



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

RAFAEL QUINTELA ALVES LINS

**A CIDADE FERVE E O BICHO ESPREITA:**  
OS DOMINANTES E A POLÍTICA EM FEIRA DE SANTANA (1945-1964)

FEIRA DE SANTANA  
2014

RAFAEL QUINTELA ALVES LINS

**A CIDADE FERVE E O BICHO ESPREITA:**  
OS DOMINANTES E A POLÍTICA EM FEIRA DE SANTANA (1945-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre História. Orientação: Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

FEIRA DE SANTANA – BA  
2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

L731 Lins, Rafael Quintela Alves  
A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964) / Rafael Quintela Alves Lins, 2014.  
150 f.

Orientador: Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. História – Política – Feira de Santana, BA. I. Oliveira, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 93:32(814.22)

RAFAEL QUINTELA ALVES LINS

**A CIDADE FERVE E O BICHO ESPREITA: OS DOMINANTES E A POLÍTICA EM  
FEIRA DE SANTANA (1945-1964)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, para seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira – Orientador  
UNEB – Universidade Estadual da Bahia/Campus II - Alagoinhas  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto – Examinador  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Marilécia Oliveira Santos – Examinadora  
UNEB – Universidade Estadual da Bahia/Campus II - Alagoinhas

Feira de Santana, 27 de agosto de 2014.

## DEDICATÓRIA

Em memória de Arivaldo e Álvaro Lins, meu pai e meu avô. Grandes momentos de um tempo sem volta... imensa saudade.

## AGRADECIMENTOS

Ao acalento, força e paciência de Geórgia, minha companheira; Marília, minha mãe, Eduardo, meu irmão; Zezé e Mariah, minhas avós.

À amizade de Alexandre Magno, Além Silva, Tiago e Malu, Saulo Cazumbá – muitas aventuras... Ao companheirismo de Lazaro, Nayara, Thiago e Aline, Yolanda e Danilo, Carol, Ronivon, Edmundo, Rebeca, Eric, Diego Che e Lucas Plekanov, Rose, Milena, Mércia, Thaya – tanta gente boa, churrascos, dominós, biritas...

Aos camaradas da *Revista A Pala* – André Santana, Chintamani Alves, Diego Carvalho, Henrique Sampaio, João Pedro, Luan Batista e Will Fialho – muito obrigado pelos sonhos compartilhados. Sou grato, também, aos incentivos de Clovis Ramaiana, João Pedro, Nayara Fernandes, Aline Laurindo e Tiago Oliveira, colegas do Núcleo de Estudos Feirenses. Aos amigos: Diego Carvalho, sempre solidário; Chintamani, leal companheiro; e João Pedro, grande irmão nas batalhas da vida – muito obrigado! Sem estes caras minha trajetória na universidade não seria a experiência que foi.

Agradeço aos conselhos de Yone Celeste, orientadora da graduação e incentivadora do mestrado; aos ensinamentos de Emília, mestra dos tempos de graduação; às boas conversas com Eurelino Coelho, leitor da qualificação e da dissertação; aos professores: Elizete, Jacques e Ana Maria, pelas contribuições durante o mestrado, gratidão que estendo à professora Marilécia, leitora da qualificação e da dissertação. Aos colegas de mestrados, muito grato por tudo. Clovis Ramaiana, torcedor errante do tricolor de aço, mais que um orientador, um confiante companheiro de jornada, um caro amigo: muito obrigado!

Agradeço a Juliaval (Colegiado do Mestrado) e Diana (Colegiado da Graduação) pela paciência e a disposição para resolver os entraves da burocracia; ao pessoal do Museu Casa do Sertão, em especial Cristiana, por zelarem dos documentos que alimentaram esta pesquisa; aos funcionários do Arquivo da Câmara dos Vereadores de Feira de Santana, pelo pronto atendimento. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), obrigado pela bolsa que viabilizou o trabalho.

## RESUMO

Acha-se aqui um estudo da situação política de Feira de Santana/BA entre os golpes de outubro de 1945 (fim da ditadura do Estado Novo) e abril de 1964 (início da ditadura civil-militar). Dessa experiência histórica analisamos: 1) as transformações da vida feirense, figuradas no crescimento da cidade e na emergência eleitoral; 2) as práticas de poder de sujeitos e grupos dominantes, percebidas a partir das suas organizações e projetos políticos; 3) os rearranjos do poder, observados nas disputas em torno da direção municipal. Para tanto, utilizamos como material empírico: os jornais Folha do Norte, Gazeta do Povo e O Coruja; os Censos do IBGE; os Projetos de Lei e Atas da Câmara dos Vereadores; os romances, *Setembro na Feira* e *O bicho que chegou a Feira*. A base teórico-metodológica foi construída a partir das noções de teoria política de Antonio Gramsci e das reflexões de Michel de Certeau sobre as relações de poder. Por fim, miramos a política local de forma ampla, integrante e indissociável do conjunto das relações sociais em curso no Brasil daqueles anos.

**Palavras-chave:** História política, classe dominante, Feira de Santana (1945-64).

## ABSTRACT

Is found here a study of Feira de Santana's political situation between the coups-de-état of october 1945 (end of *Estado Novo's* dictatorship) and april 1964 (beginning of civilian-military dictatorship). About this historical experience, we analyze: 1) the transformations in Feira de Santana's living, shown in the growth of the city and electoral emergence; 2) the power practices of dominant individuals and groups, noticed in their organization and political project; 3) the rearrangements of power, observed in the disputes around the city's administration. For that, we use as empirical material: the newspapers *Folha do Norte*, *Gazeta do Povo* e *O Coruja*; the IBGE'S census; the law projects and records of the counselor's chamber and the novels *Setembro na Feira* and *O bicho que chegou a Feira*. The teoric-methodologic basis was constructed around Antonio Gramsci's notion of political theory and Michel de Certeau's reflections around power relations. Finally, we treat the local politics in a wide, integrating manner, inseparable of social relation's picture happening in Brazil in those years.

**Keywords:** Political History, ruling class, *Feira de Santana* (1945-64)



**LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 – Subvenções públicas destinadas ao Santanópolis (1945-64) \_\_\_\_\_ 90

**LISTA DE SIGLAS**

ACFS – Associação Comercial de Feira de Santana  
ALBA – Assembleia Legislativa do Estado da Bahia  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ARFS – Associação Rural de Feira de Santana  
CEEB – Companhia de Energia Elétrica da Bahia  
CDF – Coligação Democrática Feirense  
CDL – Câmara de Dirigentes Legista de Feira de Santana  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CMFSA – Câmara Municipal de Feira de Santana  
DIP – Departamento de Imprensa e propaganda  
CIA DE CARNES VERDES – Empresa de Carnes Verdes da Bahia Ltda.  
FNEM – Fundo Nacional do Ensino Médio  
FDF – Frente Democrática Feirense  
FTC – Feira Tênis Clube  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MCS/CENEF – Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
PAN – Partido Agrário Nacional  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PDC – Partido Democrático Cristão  
PSC – Partido Social Cristão  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PR – Partido Republicano  
PSP – Partido Social Progressista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
SAMA – Serviço Autônomo Municipal de Água  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 12  |
| <b>CAPÍTULO 1 – A CIDADE FERVE</b>   | 18  |
| 1.1 – <i>A Feira daqueles Setembros</i> : cidade, passagens...                   | 19  |
| 1.2 – <i>Estradas e Currais</i> : caminhos e modelos para o capital              | 24  |
| 1.3 – <i>Coronel Farinha</i> : um estilo de poder                                | 35  |
| 1.4 – <i>Farinha e Palanque</i> : a “fazenda sem limite” e o “boi sem biografia” | 40  |
| 1.5 – <i>Sob o ditame da ordem</i> : recomposições políticas                     | 47  |
| <b>CAPÍTULO 2 – GENTES E GESTOS DO PODER</b>                                     | 55  |
| 2.1 – <i>Moderno Príncipe Sertanejo</i> : política e partido                     | 56  |
| 2.2 – <i>No sertão, um pedaço de chão limpo</i> : a UDN de Feira                 | 60  |
| 2.3 – <i>Afinidades e dissonâncias</i> : a UDN e os quadros locais do PSD e PTB  | 66  |
| 2.4 – <i>Um partido internacional na poeira do sertão</i> : o Rotary Clube       | 70  |
| 2.5 – <i>Educação política</i> : o Colégio Santanópolis                          | 82  |
| <b>CAPÍTULO 3 – O BICHO ESPREITA</b>   | 92  |
| 3.1 – <i>Cobra parada não come sapo</i> : é preciso mudar para conservar         | 93  |
| 3.2 – <i>Sob a eterna vigilância</i> : Aginaldo Soares e Almáchio Alves          | 99  |
| 3.3 – <i>A fortuna e a virtude</i> : João Marinho e Arnold Silva                 | 109 |
| 3.4 – <i>Aos golpistas, à cidade</i> : Feira/1964                                | 121 |
| <b>CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS</b>   | 132 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 136 |
| <b>APÊNDICE A – Quadro político da UDN de Feira (1945-64)</b>                    | 145 |
| <b>APÊNDICE B – Quadro político do PSD de Feira (1945-64)</b>                    | 147 |
| <b>APÊNDICE C – Quadro político do PTB de Feira (1945-64)</b>                    | 149 |
| <b>APÊNDICE D – Quadro de políticos que dirigiram o Rotary Clube de Feira</b>    | 150 |

## INTRODUÇÃO

Entendi perfeitamente: vocês não querem nos destruir, nós os vossos ‘pais’; vocês só querem tomar nosso lugar. Com doçura, com bons modos, talvez metendo em nosso bolso alguns milhares de ducados [...]. Mas os Salinas continuarão sendo os Salinas, e talvez até ganhem alguma compensação: o Senado da Sardenha [...]. Nós fomos os Gattopardos e os Leões; os que vão nos substituir serão pequenos chacais, hienas; e todos, Gattopardos, chacais e ovelhas continuarão a crer que somos o sal da terra.<sup>1</sup>

Em *O Gattopardo*, Giuseppe Tomasi di Lampedusa narrou a reação dos *Salinas* – senhores do feudo *Donnafugata*, Reino da Sicília, região sul da Itália – às novidades do *Risorgimento*.<sup>2</sup> Lampedusa descreveu os ambientes, gestos e gestas da aristocracia meridional, confessou seus medos, desejos e pecados, desvendou suas astúcias, estratégias, táticas, seus jogos de poder. Inspirado no passado da própria família, que perdeu privilégios com a unificação nacional, Giuseppe Tomasi, alimentado por vasto arquivo documental, produziu um ensaio-histórico-romanceado das transformações da política italiana.<sup>3</sup>

A novela começa com os “tricolores da Itália Unida” lançando-se aos mares do sul. Era maio de 1860, o *Risorgimento* aportava na Sicília, os conflitos tomavam o mar, as praias, o interior da ilha, até que numa manhã ensolarada um soldado morto foi encontrado no pomar dos *Salinas*. A família, cuja figura do *gattopardo* estampava o brasão de armas, enfim sentiu o calor da guerra sobre suas terras. Com isso, *Don Fabrizio Corbera*, o patriarca, avistou o dilema: aliava-se com a burguesia (classe que considerava inferior) para tentar conservar suas propriedades (e algum poder) ou perderia de vez seus privilégios, engolidos pelas forças que varriam as instituições do antigo regime europeu.

A resposta aos anseios de *Don Fabrizio* estava perto, lhe foi dada por *Tancredi Falconeri*, seu sobrinho. Na guerra, o rapaz misturou-se aos inimigos do Velho Rei, mirou, atirou e acertou a união com os vencedores. Na paz, arranjou casamento com a filha de um afortunado burguês, sacramentou a aliança entre as classes. Assim, na “revolução meridional” prevaleceram: acordos “pelo alto”, eleições sob o controle dos poderosos, realocadações entre frações dominantes, “uma lenta substituição de classes” sem prejuízo aos grandes proprietários, sem risco à ordem. Afinal, como disse *Tancredi* ao aflito tio: “para que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: BestBolso. 2007. p. 75-6.

<sup>2</sup>Movimentações políticas (1815-1870) que engendraram a unificação nacional e a modernização do Estado, a derrocada da nobreza e a ascensão da burguesia, as bases do desenvolvimento capitalista na Itália.

<sup>3</sup>“A velha ordem persiste”. SAID, Edward W. *Estilo tardio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 111-133.

<sup>4</sup>TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. Op. cit., p. 69.

Inspirados no “pulo do *Gattopardo*” (metaforizado no ditame: “mudar para conservar”) estudamos a política brasileira entre os golpes de outubro de 1945 (fim da ditadura do Estado Novo) e de abril de 1964 (início da ditadura civil-militar), com atenção ao papel histórico da classe dominante, aos seus sujeitos, organizações, práticas e relações de poder.<sup>5</sup> Para isso, visamos a situação do capitalismo brasileiro, considerando que esse modo de produzir se desenvolveu nacionalmente de forma desigual, combinando elementos globais e locais, “queimando etapas” para acelerar seu avanço. Miramos, também, as características e transformações do Estado Brasileiro, que, naqueles anos, movimentava-se no sentido de centralização e adensamento, com forte atuação social e econômica.

Até onde nossa visa alcançou, entendemos que o capitalismo brasileiro não poderia ser analisado, apenas, a partir dos desdobramentos do caso clássico europeu, modelado nas transformações econômicas e sociais da revolução industrial inglesa. Exigiu pensarmos a economia de olho nos dilemas de uma sociedade que a pouco era colonial e escravocrata, com suas díades arcaico/moderno, campo/cidade, agricultura/indústria.<sup>6</sup> Outro desafio, refletir sobre o caráter e atuação do Estado Brasileiro, que variou nas suas vestes (conservador, liberal, populista, fascista), que se fez misturado às relações sociais, afastando-se das revoluções, das reformas além-superfície, sempre sob direção das frações da classe dominante, e, com o desenvolver do capitalismo, tornou-se mais complexo e integral na vida social, econômica e cultural.

Dentro desse amplo espectro, recortamos um lugar distante dos centros nacionais de desenvolvimento econômico e decisões políticas. Tomamos o ponto de vista de um local, Feira de Santana (nesse caso uma periferia no processo de desenvolvimento do capitalismo e de formação do Estado Brasileiro) para observar um processo que se quis e se fez totalizante. Chegamos ao objeto da pesquisa: as transformações da política feirense durante a experiência eleitoral entre os anos de 1945 a 1964. Durante este período, Feira<sup>7</sup> tornou-se a maior população e economia do interior da Bahia. Naqueles anos o município sentiu intensificar os diálogos entre as diferentes formas de produzir e ver o mundo, os dilemas sociais tornavam-se

---

<sup>5</sup>Não é uma novidade a utilização da metáfora “mudar para conservar” como mote para interpretar as transições da política brasileira, por exemplo, ver: “O poder político do Brasil lúmpen e místico” em MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 07-33.

<sup>6</sup>Sobre isso, consultamos: “Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista” em FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Global, 2005. p. 261-335; MARINI, Ruy Mauro. “O ciclo do capital na economia dependente” em FERREIRA Carla; OSÓRIO, Jaime (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-46; OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. 150p; POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimentismo e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. 191p.

<sup>7</sup>Quando escrevemos Feira (maiúsculos) nos referimos ao município de Feira de Santana – BA.

mais complexos, imbricavam-se os velhos conflitos do passado pastoril com os ulteriores que chegavam junto à “grandeza e ao progresso”. Seria dança entre o arcaico e o moderno ao som dos arranjos, dissonantes, do capitalismo dependente?

De olho nesse horizonte, centramos atenção nas peripécias dos sujeitos, grupos, organizações e práticas de poder da classe dominante na Boca do Sertão.<sup>8</sup> Desta, observamos mais detidamente o punhado que compôs a União Democrática Nacional seção Feira de Santana (UDN de Feira). A trajetória desse partido foi escolhida como fio narrativo, não aleatoriamente, mas apoiada em bibliografia e fontes que revelaram seu protagonismo na reestruturação dos modos de produzir o poder em Feira de Santana, cujo enredo, pensamos, era: *mudar* – as configurações da política, trocando dirigentes, aperfeiçoando os modos de dominação social (ereção de novos órgãos e mecanismos de operacionalização do poder); *para conservar* – a exploração e acumulação do excedente do trabalho humano, a ordem e o controle social.

É chegado o momento de falarmos da relação entre objeto de pesquisa, material empírico e abordagem teórico-metodológica, para tanto, lembramos uma metáfora de Raymond Williams: a “escada rolante do tempo”.<sup>9</sup> A imagem propõe que o historiador viaje no tempo/espço da pesquisa observando simultaneamente o passado e o presente, seria mais ou menos assim: de pé sobre a engenhosa máquina, o leitor do passado identifica “perspectiva histórica”; mira as situações e meios de produção da fonte; mergulha nos testemunhos do passado, nas temporalidades construídas e reconstruídas, nos saberes que cortam e instituem discursos, nas relações do local (objeto recortado) com a totalidade (conjunto das relações sociais); e procura as encruzilhadas entre as regularidades e as peculiaridades históricas.<sup>10</sup>

Um link possível, Carlo Ginzburg, para pensar o jogo passado/presente, recorreu à imagem do labirinto como exemplo das armadilhas que turvam os olhos do agora dos fenômenos de outrora. Destino insondável, veredas sombrias, sentidos cruzados, armadilhas fatais, rotas secretas: as qualidades do labirinto. Ginzburg lembra que os antigos gregos diziam que *Teseu* palmilhou certo o labirinto de Creta com o ardil: puxou um fio do seu novelo de lã, esticou-o, arrastou-o, amarrou-o, marcando os lugares por onde passava, assim,

<sup>8</sup>Por ser passagem do Recôncavo para Sertão Baiano, assim era chamada Feira de Santana por seus moradores mais antigos.

<sup>9</sup>WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. p. 25.

<sup>10</sup>Por *regularidades* entendemos os domínios do estrutural, da sincronia. *As peculiaridades*: os eventos, as marcas da conjuntura, o que reside de diacrônico na História.

ultrapassou tortuosas encruzilhadas, desvendou o caminho real e no final do *dédalo*, enfrentou e venceu o temido *Minotauro*.<sup>11</sup>

Sem ajuda de *Ariadne*, princesa que lhe oferecera o novelo, *Teseu* passaria a vida percorrendo corredores, perdido em meio às paredes. Sem uma bússola teórico-metodológica, apontadora de sentidos para a indispensável leitura do material empírico, o historiador vagaria entre os testemunhos históricos (barulhentos ou silenciosos), fatigado por caixas e mais caixas de arquivos, surdo pelos filtros que se interpuseram aos seus ouvidos, separando-os das vozes do passado. Solitário, estaria à deriva, sem enxergar os liames entre a verdade, o falso, a ficção; e com o olhar “embotado por cimento e lágrimas”, dificilmente visaria na “massa de fragmentos e ruínas” um rumo para seu caminho, um prumo para sua construção.<sup>12</sup>

Nas veredas desta pesquisa, o primeiro obstáculo encontrado foi articular o objeto recortado à totalidade, trabalho que perpassou a identificação e análise das peculiaridades e semelhanças entre as tramas e as escalas do poder. Lembremos que Feira de Santana não era uma cidade perdida, sua história seria impossível de ser explicada por e em si. Essa história também não foi produzida a partir do resultado mecânico de macroprocessos globalizantes. Por isso, procuramos um instrumental analítico que ajudasse a interpretar as determinações históricas e as mediações entre a política de Feira (como *lócus*) e a política brasileira (o todo).

A relação local/nacional foi de fato um “nó cego” entre nossas retinas e as fontes de pesquisa. Para desatá-lo recorreremos às reflexões teóricas de alguns autores: à teoria política de Antônio Gramsci, para análise das práticas e relações de poder do local em diálogo com conjunto das relações social (os macroprocessos); Pierre Bourdieu, em suas digressões sobre as diferentes práticas políticas dentro de uma mesma classe, para inferir as “marcas de distinção” entre sujeitos e frações de uma mesma classe; Michel de Certeau, em especial seu pensamento sobre os modos do espaço, do lugar e da estratégia, noções para observar as relações de força e as práticas de poder no cotidiano da cidade (os microprocessos).

A noção gramsciana de partido político nos ajudou a interpretar as práticas de poder da fração dominante organizada em torno da UDN de Feira. Com esse conceito, enriquecemos a visão sobre tal grupo, lemos melhor suas ações e projetos políticos frente às novas dinâmicas do poder em âmbito nacional, figuradas nas emergências das eleições e da política de massa. Com Gramsci aprendemos que o partido político extrapola a institucionalidade, a estrutura rígida dos códigos eleitorais que o partido se produz na sociedade civil, no sentido de

---

<sup>11</sup>Ver: Introdução de GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2007, 456p.

<sup>12</sup>GINZBURG, Carlo. *Op. cit.*, p. 40.

organizar os desejos e as aspirações de sujeitos de determinada classe ou fração de classe, para atingir a sociedade política e dirigir o Estado.<sup>13</sup>

Foi o que vimos em Feira de Santana, partidos atuando para além da estrutura legislatória. A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), principais legendas da cidade, operavam a partir de jornais, de associações sociais, escolas, rádios. Em muitos casos seus membros ocupavam a direção de órgãos públicos ou privados no município. Por isso, abrimos diálogo com Michel de Certeau. Com ele notamos que esses lugares podem ser lidos como enunciadores de discursos, instituidores de práticas e articulares dos desejos de determinado grupo social na tentativa de manipular as relações de força.<sup>14</sup> As ações desses sujeitos em jornais, na Câmara dos Vereadores e nas diversas associações sociais, produziram efeitos sobre a cidade, legando inúmeros escritos, textos que nos serviram como materiais de pesquisa.

Por falar nas fontes, apresentamos as que alimentaram o trabalho: os jornais *Gazeta do Povo*; *Coruja*; *Folha do Norte* e as *Atas e Projetos de Lei da Câmara dos Vereadores*; os romances *Setembro na Feira* e *o Bicho que chegou a Feira*; os ensaios e crônicas de *A paisagem urbana e o homem*; a biografia, *João Marinho Falcão - a vitória de uma vida de trabalho*; produções memorialísticas, *Feira na década de 30*, *Feira de Santana no século XX* e o *Dicionário Personativo, Histórico, Geográfico e Institucional de Feira de Santana*; também, os dados estatísticos dos Sensos do IBGE de 1940, 1950 e 1960 e o Relatório de Governo do Prefeito Heráclito Dias de Carvalho. Registros múltiplos, produzidos por diversas vozes, variadas linguagens, saberes e discursos. Diferentes intencionalidades, que, quando cruzados, revelam ao menos um desejo comum: instituir suas visões de mundo.

Frente à polissemia das fontes, lembramos uma fala de Walter Benjamin: “o narrador já não está mais entre nós, em sua atualidade viva”.<sup>15</sup> A imposição da cultura escrita, numa sociedade de meios de produção simbólicos privados e monopolizados, significa, em grande medida, o sufocamento das vozes dissonantes, a transformação da História em propaganda dos vencedores, o estilhaçamento da experimentação histórico-humanas comunitárias e a instituição do *espetáculo* como mediador das relações sociais.<sup>16</sup> Os documentos trabalhados remetem-nos, em diversos momentos, às visões de mundo dos produtores do discurso, fato

<sup>13</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.03. 03.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 254.

<sup>14</sup>CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 93.

<sup>15</sup>BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 197.

<sup>16</sup>Dizia Debord que “Toda vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça das representações” em DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 13.



que nos fez redobrar a atenção para não naturalizar ou reproduzir seus elementos acriticamente.

Para isso, com Eni Orlandi, atentamos para a materialidade do texto, para sua origem social, um produto da interação humana. Segundo ela: o texto pode ser “definido pragmaticamente como uma unidade complexa de significação”, mas sua leitura requer que se “ultrapasse a noção de informação”, que o entendamos como unidade de discurso, considerando sua polissemia e sua incompletude com representação do real. Assim, o texto “não é soma de frases e não é fechado em si mesmo”, suas modalidades e versões “tem a ver com as condições de produção e a situação discursiva”. Todo texto é produto e prática social, por isso, seus componentes – sentidos, significados, significantes – por si só, não fundam a realidade ou possuem ordem própria, dissociada do social, ao contrário, são possíveis sínteses das relações sociais, produtos da vida/experiência humana.<sup>17</sup>

Por fim, apresentamos um breve roteiro do escrito. No primeiro capítulo tratamos da cidade, da conjuntura social e econômica da Feira de Santana nas décadas de 1940-50. Buscamos interpretar o avanço do comércio, o desenvolvimento da indústria, as dinâmicas populacionais e o crescimento urbano. Fenômenos encarados em diálogo com o que Francisco de Oliveira chamou de “desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil”.<sup>18</sup> Examinamos, também, as impressões dos sujeitos e grupos da classe dominante frente ao fim do Estado Novo, a emergência eleitoral, a reorganização partidária, aos realinhamentos da política.

Ao longo do segundo capítulo estudamos a organização do diretório local da União Democrática Nacional de Feira de Santana (UDN de Feira), com ênfase na sua composição social, quadro diretivo, articulações com lideranças estaduais e relações com os outros partidos da cidade (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e Partido Social Democrático - PSD). Também, somaram-se reflexões sobre o Rotary Clube de Feira de Santana e o Colégio Santanópolis, nas suas estruturas, composições, políticas sociais e ligações com o Estado.

No decorrer do terceiro capítulo, visamos às disputas de intraclasses dominante, às estratégias e táticas empregadas por seus sujeitos e frações nos momentos eleitorais. Para isso, examinamos as alianças partidárias, as dinâmicas eleitorais e a composição da prefeitura e da câmara dos vereadores. Investigamos, da mesma forma, o udenismo como prática política comum à fração da classe dominante feirense. Por fim, detemos uma breve visada sobre os eventos que antecederam o golpe civil-militar em Feira de Santana

---

<sup>17</sup>ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 28-29.

<sup>18</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. 150p.

## CAPÍTULO 1 – A CIDADE FERVE

No breve século XX, uma longa década de 1940. Para começar, a crise de 1929 e a combinação de liberalismo em decadência mais fascismo em ascensão resultava em desemprego, fome, opressão, sangue. Em 1940, a guerra fervia, tanara-se mundial e o globo foi compelido a escolher entre os Aliados (democracias burguesas) ou o Eixo (ditaduras fascistas). Em 1942, Getúlio Vargas, ditador, declarava o Brasil inimigo das... ditaduras. Em meados de 1945, o exército vermelho marchava em Berlim e duas bombas rendiam o Japão. Depois da capitulação do Eixo, soviéticos e norte-americanos dividiriam o que sobrou do mundo em dois pedaços: um comunista e outro capitalista. Na primavera de 1945, outubro, caía no Catete o Rei de Copas, era o fim do Estado Novo. Na alvorada de 1946, com uma constituição por fazer, uma porção de novos partidos e uma eleição presidencial na conta, noticiavam nove entre dez jornais do Brasil: *vivemos em nação soberana e democrática*.

Dentro desse conjunto de situações, estava Feira de Santana. Entender o que se passava nas suas ruas, avenidas, becos, esquinas; nos seus palanques, palestras, comícios, conclaves; nas suas fábricas, fazendas, currais, comércios, foi o objetivo desse primeiro capítulo. Miramos a cidade, as transformações sociais – metaforizadas nas mutações da paisagem e da população. Buscamos entender os sentidos e as intenções destas metamorfoses, costumeiramente ocultadas por camadas de interesses e conflitos de classes a partir das tramas da economia e da política.

Dizia Florestan Fernandes: “as transformações sociais são, com frequência, fenômenos de poder” e seu controle, na sociedade de classes, converte-se em alvo de disputas políticas. Assim, sob o capitalismo, as mudanças sociais não são fenômenos explicáveis em si ou a partir de um lugar isolado.<sup>19</sup> Inspirados nessas reflexões, decidimos analisar as mutações da Feira dos anos 1940 em diálogo com os desdobramentos da economia e da política nacional. Para isso, o romance *Setembro na Feira* foi mais que inspiração, foi indício; suas imagens serviram como um fio, uma linha para ligarmos as dinâmicas locais – população, crescimento urbano, transformações do campo, avanço do comércio, da indústria, os movimentos da política municipal – com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

---

<sup>19</sup>FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4.ed. São Paulo: Global, 2008. p. 55.

### 1.1 – A *Feira daqueles Setembros*: cidade, passagens...

Era início de primavera e apesar do forte sol, comum aos setembros do agreste, era instável o clima na Boca do Sertão. Não era a tão esperada chuva, era o vento a soprar furioso sobre a cidade e seus viventes. Naquela década de 1940, a Feira experimentava intensas transformações: crescimento populacional, reconfigurações demográficas, acentuada urbanização, recentes obras, empresas econômicas e equipamentos públicos. Tempo de aberturas de caminhos, novas estradas riscavam o sertão, como linhas a coser o Nordeste ao Sul do país. Período de desenvolvimento comercial e industrial, de alterações no padrão de acumulação do capital, de metamorfoses nos modos de produzir a vida.

Tantas novidades não passariam despercebidas. No romance *Setembro na Feira*, Juarez Bahia, por exemplo, as reparou e tomou para si a aventura de registrá-las. O fez narrando o cotidiano dos trabalhadores, os novos e velhos ofícios, os pequenos prazeres da vida, a proza, o gole, o trago, a fumaça dos sonhos suburbanos, as aventuras do homem ordinário. Escreveu, também, as ambições do mando, os ritos do poder, o luxo, a violência e o paternalismo dos coronéis. Registrou a paisagem urbana, as obras, as transformações do espaço, as tensões sociais. Falou, ainda, de amor, ciúme, compaixão e solidariedade, das tentações dos jovens Florêncio e Adélia, um romance só.<sup>20</sup>

No livro, encontramos rastros e vestígios, indícios, como costuma dizer Ginzburg<sup>21</sup>, da vida às portas do sertão, da Feira entre o tempo dos “coronéis da terra” e a era dos “fazendeiros da cidade”. Mas antes de percorrê-lo, fazemos uma necessária pausa para alguns pormenores da leitura – tarefa que seguiu um princípio: a “literatura como testemunho histórico” como “produto das relações sociais”. Pensar nesse sentido, dizem Chalhoub e Pereira, é afastar-se do “essencialismo idealista”, sedutora perspectiva que limita as possibilidades de interpretação do texto com seus encantos, o mais comum: naturalizar as obras literárias, separando-as de suas condições histórico-sociais de produção, o que implicaria absorver o texto literário como representações transcendentais envoltas por uma espécie de aura canônica, como fruto de um gênio particular.<sup>22</sup>

Contraopondo-se a isso, uma tática: “desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório”, explorar

<sup>20</sup>BAHIA, Juarez. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Romance urbano ambientado na Feira de Santana dos anos 1940).

<sup>21</sup>GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 281.

<sup>22</sup>CHALHOUB, Sydney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Organizadores). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 07-8.

despudoradamente todas suas cavidades, compreendendo-a como produto de determinado momento histórico. Isso porque “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada” e, tanto literatura quanto literatos, devem ser recolocados “na arena das polêmicas e conflitos de sua contemporaneidade, são sujeitos e personagens das histórias que contam”.<sup>23</sup> Algo semelhante revela Raymond Williams em *O campo e a cidade*. Para este autor, os literatos produzem, alimentados por sentimentos, experimentações cotidianas, vivências pessoais e coletivas. Defende, ainda, que, no trato da literatura, mais importante que buscar informações ou verdades factuais, é trabalhar mirando a “perspectiva histórica” da criação.<sup>24</sup>

Ao procurar o contexto por trás da escrita de *Setembro na Feira* encontramos a vida de um homem. Chamava-se Benedito Juarez Bahia, nasceu no dia 18 de novembro de 1930, em Cachoeira, cidade baiana que nos tempos de colônia e império viveu, à custa da escravidão, glórias e riquezas com seus engenhos de açúcar e fazendas de fumo. Daquela época ao primeiro quartel do século XX, o Recôncavo entrou em crise, sem escravos os Barões caducaram e o capital procurou outros lugares e formas de reproduzir.<sup>25</sup> Juarez Bahia, negro e filho de trabalhadores rurais, quando criança, mudou-se com a família para Feira de Santana. Àquela altura, a Boca do Sertão, que desde a escravidão era paradeiro comum de fugidos e libertos, atraía trabalhadores à procura de melhores condições de vida.<sup>26</sup>

Em Feira de Santana, Juarez Bahia ingressou na vida profissional cedo. Aos treze anos arranjou-se como auxiliar de serviços gerais no jornal Folha do Norte, mesmo emprego do jovem *Florêncio*, protagonista do romance.<sup>27</sup> Mais tarde, na juventude, a travessia do sertão para o mar, da Feira para Santos. No litoral paulista, labutou na estiva portuária. Depois arranjou trabalho como tipógrafo no Diário de Santos. Lá se fez jornalista, ofício com qual

<sup>23</sup>CHALHOUB, Sydney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Organizadores). *Op. cit.*, p. 07-9

<sup>24</sup>WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990, p. 22-5.

<sup>25</sup>Sobre isso ver “Salvador: breve histórico da industrialização” em OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classes e identidade de classe na Bahia*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 21-41; e “Fogo quase morto: o mundo capital” em CUNHA, Joaci de Sousa. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. 1995. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1995. p. 21-55.

<sup>26</sup>Para saber mais dos itinerários e trajetórias de escravos e libertos do recôncavo baiano ver FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

<sup>27</sup>O personagem chegou, como seu o autor, a Feira de Santana junto com a família que abandonara o campo por aspirar melhores condições de vida na cidade. Indício de traços autobiográficos na composição do romance.

ganhou a vida. Entre redações de jornais e salas de aula, foi aluno, depois professor em faculdades de jornalismo, nesses lugares escreveu suas obras.<sup>28</sup>

Das leituras de *Setembro na Feira* destacamos *Canções da cidade amanhecendo*, tese de doutoramento de Clovis Ramaiana Oliveira. Nela, o autor interpretou o romance como um “experimento historiográfico, uma tentativa de reescrever a História de Feira de Santana sob a perspectiva de memórias que teriam sido silenciadas sob as camadas de progresso e modernização”.<sup>29</sup> Oliveira apontou três dramas vividos por Juarez Bahia como “a chave metodológica” para interpretação do romance. A primeira, a “experiência pessoal de perseguido pelos ditadores pós-64, impedido de trabalhar por certo tempo e, principalmente, preso no porão de um navio por vários dias”. A segunda, ainda em 1964, a “experiência do golpe em Feira de Santana”. A derradeira situação, a experimentação no tempo de infância do “rápido crescimento da urbe, apresentando novas demandas de ordenamento citadino”, vivenciada que abriu uma trilha para esta leitura do romance.<sup>30</sup>

Lembramos, quando Juarez Bahia chegou à Feira, princípio dos anos 1940, achou uma cidade em crescimento. Entre as décadas de 1940 e 1960 a população total do município passou de 83.268 para 141.757 habitantes, crescimento de 60,8%.<sup>31</sup> Para efeito de comparação, no mesmo período, a população total do Brasil pulou de 41.236.35 para 70.070.457, um aumento de aproximadamente 71%; no Nordeste o acréscimo foi de 53%, com um salto de 14.434.080 para 22.181.880 habitantes.<sup>32</sup>

Feira não destoou à tendência do crescimento total da população nacional e regional. Já a evolução da população urbana superou, proporcionalmente, a nacional e a regional entre os anos de 1940 e de 1960. A população urbana brasileira foi de 12.880.182 para 31.303.034 habitantes, crescimento de 112,30 %; no Nordeste o crescimento urbano foi de 83,71%<sup>33</sup>; em Feira a população urbana saiu de 19.660 para 69.884 habitantes, com crescimento de

<sup>28</sup>Obras literárias: *Setembro na Feira* (Nova Fronteira, 1986); *Ensina-me a Ler* (Vozes, 1994). Obras de teoria do jornalismo: *Três fases da Imprensa Brasileira* (Presença, 1960); *Jornalismo, informação e comunicação* (Martins, 1971); *Jornal, história e técnica* (ministério da educação, 1964); *Jornal, história e técnica*, (em dois volumes) v.1: história da imprensa brasileira (Ática, 1990/ Mauad 2009) e v.2: as técnicas do jornalismo (Ática, 1990/ Mauad 2009); *Dicionário de jornalismo; século XX* (Mauad, 2009.); *Introdução à comunicação empresarial* (Mauad, 2009).

<sup>29</sup>OLIVEIRA, Clovis F. R. M. '*Canções da cidade amanhecendo*': urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. 2011. 298f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2011. p. 144

<sup>30</sup>Idem.

<sup>31</sup>ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. Vol. 2. Feira de Santana: CDL, 2000, p.123.

<sup>32</sup>ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1981, IBGE. Apud AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercília M. F. *Política e sociedade no Brasil (1930-64)*. São Paulo, SP: Annablume. 2002, p. 81-90; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, IBGE. (Fragmentos da estática urbana brasileira). Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>> Acesso em: 23 de abr. de 2014.

<sup>33</sup>Idem.

178,23%. Ainda no município, no final dos anos de 1960, a população urbana superou a rural. Nos anos de 1970 os habitantes urbanos eram 70,63% do total populacional – evidenciando a rápida urbanização.<sup>34</sup>

Uma cidade de mercadorias, mercados e mercadejar. Ana Maria Oliveira lembrou que no final da década de 1940 “a atividade comercial feirense se mostrava dinâmica, com empreendedores em vários ramos. Estavam empregadas em 689 casas de negócios quase 2.000 pessoas”. Ainda, segundo a autora, o comércio produzia “aproximadamente um quarto da riqueza local”.<sup>35</sup> Entre 1950 e 1960, o comércio avançou significativamente. Nesse intervalo o setor atacadista quase dobrou, de 45 para 84 estabelecimentos, quase triplicando o número de funcionários de 120 para 320. O setor varejista já contava (1960) com 1.327 estabelecimentos e 2.386 funcionários. Somados os trabalhadores (atacado e varejo), tinha Feira, aproximadamente, 2.704 comerciários.<sup>36</sup>

A indústria cresceu em quantidade de estabelecimentos e mais que dobrou em número de trabalhadores empregados. Em 1950 contavam-se 180 estabelecimentos industriais, com 949 empregados; em 1960, 293 estabelecimentos com 2.051 operários.<sup>37</sup> No início dos anos de 1960 tornava-se Feira de Santana a segunda cidade em número de estabelecimentos industriais da Bahia.<sup>38</sup> Naquela década, “a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) e a realização de obras públicas para higienização e reorganização espacial da cidade” institucionalizava o processo de industrialização. Feira de Santana foi também um dos “primeiros municípios brasileiros a adotar um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano”.<sup>39</sup>

Com o adensamento do comércio e da indústria, o tempo do trabalho mudava e a cidade experimentava o encurtar dos dias, o acelerar das horas, mudanças que se perceberiam no cotidiano. Ainda em 1950, a ligeireza dos automóveis tornava-se cada vez mais presente nas ruas. Nos carros, caminhonetes e caminhões “os moradores da urbe realizavam seus deslocamentos e transportavam mercadorias pelos diversos pontos da polis e de outros

<sup>34</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. Vol. 2. Feira de Santana: CDL 2000. p. 123.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Ana M. C. dos S. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008. p. 53.

<sup>36</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996*. 1998. 189 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 1998. P. 188-90.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> CRUZ, Rossini C. da. *A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional*. 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999. p. 221-2.

<sup>39</sup> CORREA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011. p. 66.

municípios”.<sup>40</sup> Em 1951 foi inaugurado o primeiro serviço de transporte público urbano, três *marinetes* venciam as distâncias citadinas, “no leva e traz”, transportavam-nos, cada vez mais apressados.

Para “fazer-se cidade”, duas obras de infraestrutura pesaram, ambas em 1950. A primeira, com aporte do capital estadual, a Companhia de Energia Elétrica Baiana (CEEB) construiu potente subestação para garantir fornecimento de energia ao município, acabando com as quedas de luz tão frequentes na urbe.<sup>41</sup> A segunda, mistura de capital municipal, estadual e federal e inaugurada com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, foi o desenvolvimento, construção e instalação do Serviço Autônomo Municipal de Águas (SAMA), sistema de gestão e distribuição de água encanada que garantiria maior raio de distribuição, controle mais rígido e cobrança frequente de água encanada.<sup>42</sup>

A vida cultural não passaria incólume aos “vendavais do progresso”. Em 1947 fundava-se a primeira rádio da cidade, a Sociedade, em 1950, a segunda, a Cultura. O município contava ainda com três filarmônicas para animar seus festejos: a Vitória, a 25 de Março e a Euterpe Feirense. Havia, ainda, uma grande escola privada, o Santanópolis, que vendia ao município seus cursos ginasiais (magistério e científico) e profissionalizantes (técnicos em comércio, em contabilidade e em administração). Em 1945 os doutores da cidade estabeleceram a Seção Feirense da Associação Baiana de Medicina, lá organizavam a categoria e discutiam as mazelas, maleitas e moléstias da saúde sertaneja. A inauguração do novo prédio do Feira Tênis Clube, em 1944, instituía um lugar específico para a diversão civilizada, oferecendo um equipamento privado capaz de produzir lazeres com segurança, higiene e qualidade para as “boas famílias da cidade”.<sup>43</sup>

As novidades que alimentavam expectativas e diversificavam experimentações aos viventes da Feira de Santana, de vários nomes foram chamadas: fim da sociedade pastoril, marcha do progresso, processo de civilização, tempo de modernidade. Aqui, preferimos interpretá-las em relação à totalidade histórica, como processos em diálogo com o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, diante das dinâmicas da vida feirense, sempre que possível, buscamos suas imbricações com os desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais em curso no Brasil daquele tempo.

<sup>40</sup>OLIVEIRA, Ana M. C. dos S. *Op. cit.*, p. 105.

<sup>41</sup>“O problema da energia elétrica em Feira de Santana”. *Gazeta do Povo*, Feira de Santana, 23 ago. 1959, p. 01. (Arquivo do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - LABELU).

<sup>42</sup>Sobre a construção do SAMA, ver: Projetos de Leis 18/1955 e 113/1955 em FEIRA DE SANTANA, *Projetos de Lei 1947-64*. Caixa 02. (Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana - ACM/FSA).

<sup>43</sup>Sobre o Feira Tênis Clube, ver: “Das diversões exclusiva”. OLIVEIRA, Clovis F, R. M. *Op. cit.*, p. 113-19.

## 1.2 – Estradas e currais: caminhos e modelos para o capital

Na história contada em *Setembro na Feira*, dois eventos metaforizam as transformações da vida à Boca do Sertão: a abertura da estrada Rio-Bahia e a inauguração dos Currais Modelos. A rodovia, cuja obra foi iniciada em 1941, em 1950 já ligava completamente, “em dois dias sem forçar o carro”<sup>44</sup>, o sertão baiano à capital do país. O asfaltamento total terminou nos primeiros anos da década de 1960, mesma época da conclusão da Bahia-Feira, rodagem que ligava Feira de Santana à Salvador.<sup>45</sup> As duas rodovias consolidaram o município como importante ponto de circulação de pessoas e mercadorias.

A estrada, o estradar, a cidade. Desde a chegada dos trabalhadores responsáveis por desbravar as matas e abrir as primeiras veredas até a pavimentação final, intensificou o fluxo de passagens e pousos de sujeitos das mais variadas origens ao município.<sup>46</sup> A chegada da gente de fora provocava torcer de narizes nos “donos da cidade”. Um jovem articulista do jornal *Folha do Norte* via os “estrangeiros” com ironia, descrevendo-os como “nortistas e nortistas, como todos os sotaques e todas as peixeiras”, desordeiros que davam muito trabalho aos destacamentos policiais, que viviam a “dar facadas em paraibanos e receber facadas de paraibanos”.<sup>47</sup> Nesse discurso, transparece um dilema: o moderno, figurado na estrada, trazendo o atraso, a “violência dos não civilizados”; era o articulista, ao seu modo, interpretando as transformações sociais do seu tempo.

A construção da estrada Rio-Bahia ocupou inúmeras páginas de *Setembro na Feira*. Para o narrador a obra mudava o cotidiano da urbe:

[...] O Departamento Nacional de Estradas e Rodagens já se instalou na Feira – daqui por diante a cidade ganha uma nova referência – o Departamento. Gente de Irará, São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Serrinha e todo o mundo, dos países do mundo e dos estados dos países ao redor do mundo da Feira vai chegando, achegam-se, entrando no esquema do Departamento.<sup>48</sup>

<sup>44</sup>BAHIA, Juarez. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 89.

<sup>45</sup>Para mais sobre a construção da Bahia-Feira, ver: SILVA, Andréa Santos Teixeira. *Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960)*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008. p. 109-70.

<sup>46</sup>OLIVEIRA, Ana M. C. dos S. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008. p. 19-20.

<sup>47</sup>NAVARRO, Hugo. “Meu caro Aloisio”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 13 jan. 1951. p.01. (Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses - MCS/CENEF).

<sup>48</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 58.



O Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), tentáculo do “Estado Novo”, penetrava sertões adentro alardeando o “progresso e a integração nacional”. O órgão federal estacionou em Feira de Santana por ocasião das obras da Rio-Bahia, e consigo trouxe o espectro do desenvolvimento econômico. A fabricação da rodagem atraiu trabalhadores das redondezas e de até de paragens mais distantes, homens e mulheres que chegavam a Feira sonhando com melhores condições de vida.<sup>49</sup> Do ponto de vista de Juarez Bahia, a instalação do DNER trazia novas referências de poder e diferentes visões de mundo para cidade. A partir daquele momento, a urbe conviveria com um empreendimento, que tinha lógicas próprias de funcionamento e formas diferentes de reger as relações de trabalho. Nas cabeças *setembrinas* tudo em torno da construção significava progresso, desde sua concepção de integração nacional, que implicava na possibilidade de desenvolvimento das trocas econômicas, aos seus próprios meios de produção:

As máquinas pesadas e leves, os caminhões, os jipes, os carros. Escavadeiras, tratores, removedores mecânicos. E os carros de boi incorporados à faina gemem entre a terra bruta e o mato fechado que cai à ação das enxadas e picaretas, das máquinas.<sup>50</sup>

Contrastes e combinações, rápidas “máquinas” operando ao lado de lentos “carros de boi”. O autor incorporou o tradicional meio de transporte/trabalho sertanejo aos canteiros do progresso. Em *Setembro*, as engenhocas à combustão, signos da produção industrial, rufavam, desvirginando matas, gretando o sertão, construindo o veio que mais tarde seria responsável pelo adensamento do fluxo de partidas e chegadas de pessoas e mercadorias à Feira de Santana. Eram elementos do moderno e do arcaico articulados, de modo desigual, para a montagem de um projeto de mundo pautado na universalização da forma mercadoria, da produção capitalista.

O Departamento, seu maquinário, técnicos, operários e obra mudavam o cotidiano da cidade. Era a melodia do progresso a ressonar, regida de lugares estrategicamente eleitos como centros – cidades industrializadas como São Paulo, Rio de Janeiro – a procurar ouvidos nos cantos mais longínquos do país, nas chamadas periferias. E, como todo espetáculo que se

---

<sup>49</sup>Sobre isso escreveu Clovis Ramaiana Oliveira “[...]é possível concluir, com pequena margem de erro, que boa parte das pessoas que contribuíram para o crescimento demográfico de Feira de Santana, no período abarcado pelos censos, veio dos demais Estados nordestinos, o que pode ainda ser observadas com o cotejo de outras fontes, como os processos-crimes, peças nas quais surgem várias pessoas oriundas daqueles Estados como testemunhas, vítimas ou autores de homicídios.” Em OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. Entre currais e modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. *Léguas e Meias: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*. Vol. 7, nº 5, 2009. p. 23-24.

<sup>50</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 58.

preza, a “modernidade” e a “integração nacional” aspiravam a um público cativo. Na construção do pedaço feirense da Rio-Bahia, não foi diferente:

Só os enfermos não vêm espiar, à noite, não vêm ao Departamento, Olhos d'Água acima para admirar a ação dos operários com seus cavalos mecânicos a construir a parte final da Rio-Bahia. Formam-se grupos, comentários, os comes e bebes, a cama e, roletes, o milho cozido, o mingau de arroz, tudo se vende, tudo é negócio nas proximidades do departamento, enquanto a rodovia avança na direção do centro da Feira, em sonhos e em suores dos que esperam a obra, dos que fazem a obra.<sup>51</sup>

Juarez Bahia produziu uma escrita marcada por dissonâncias sociais, utilizou com astúcia a contradição como artifício narrativo. Nos dois fragmentos aparecem carros de boi, comidas de rua, comércio informal, ambulantes, vadiagem, sonhos e suspiros dos trabalhadores da Feira – modos e modas de “Zé Povinho” à vista dos poderosos. Com essas imagens, Bahia cuidava de inscrever na sua obra objetos, práticas e sujeitos indesejados e silenciados pelos “Senhores da História Feirense”. Clovis Oliveira asseverou que as escolhas narrativas de Bahia alimentavam a “construção de uma escrita que questionava uma das principais marcas das transformações urbanas, os esquecimentos”.<sup>52</sup> Oliveira apontou, ainda, que o autor, ao cravar na memória elementos tidos como atrasados ou pertencentes ao mundo dos “desvalidos”, cuidou de “registrar, ao lado de inaugurações suntuosas, detalhes que estavam sendo varridos em direção ao Rio Lete”.<sup>53</sup> Nesse arquivo de miudezas, o autor de *Setembro* escreveu a “alegria plebeia” suscitada pelo acabamento da rodagem:

Viva a Feira. É um grito de guerra para comemorar o final da rodovia, o que já permite ir da Feira ao Rio em até três dias, sem forçar o carro. O que assegura a confluência de dois mundos: o mundo velho, da Europa, da Ásia, do Oriente, a confraternizar com o mundo novo das Américas, do Piauí, do Ceará, de Pernambuco, das Alagoas, do Amazonas, da Paraíba, das Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, desses brasis afora.<sup>54</sup>

Com a estrada, Feira, ganhava ares de cidade cosmopolita. Era o sertão posto aos olhos do mundo, um caminho aberto às oportunidades da economia. Chegariam mais moços e moças, mercadorias, mudanças, migrações, malas, mulas, marinetes. No balanço do “entra e

<sup>51</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p 58-9.

<sup>52</sup>OLIVEIRA, Clovis F. R. M. *'Canções da cidade amanhecendo': urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. 2011. 298f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2011. p. 150.

<sup>53</sup>Idem.

<sup>54</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 81.

sai” de pessoas e coisas, quem de fato prosperaria? Palpites? Antes uma olhada no canteiro de outra obra, muito cara, diga-se de passagem, ao desenvolvimento dos meios de produção em Feira de Santana: os Currais Modelo. No romance *Setembro na Feira* esse empreendimento expressava o próprio signo do progresso, ou melhor, de um progresso para cidade, e, como tal, despertava variadas reações. Um sentimento, entretanto, era comum aos personagens *setembrinos*: depois dos Currais, a Feira não seria mais a mesma.

A Feira com os Currais se transforma, passando de centro de pequenos negócios, de pequenos serviços, de intercâmbios artesanais a um enorme entreposto com seu mercado de produtos agrícolas e pastoris, seu grande comércio e sua nascente indústria com os estabelecimentos de beneficiamento do fumo, do algodão, do couro. O gado descortina essa nova era comercial e industrial, os Currais Modelo dão à cidade o aspecto de uma província do ouro que para chegar ao ápice só espera o fim da rodagem para o sul.<sup>55</sup>

Uma nova era se abria na Boca do Sertão? Disse Ana Maria Oliveira que “os Currais se constituíram em um atrativo singular, capaz de proporcionar à cidade não apenas o fim das carreiras de bois nas ruas e praças públicas, mas principalmente, a organização da dinâmica comercial”.<sup>56</sup> O comércio de gado era atividade econômica que, além de bastante rentável aos empresários locais, gerava divisas ao Estado. O próprio Interventor Federal admitiu a importância do mercado bovino de Feira fazendo-se presente e discursando na ocasião da inauguração dos Currais.<sup>57</sup> Havia, ainda, no “megaempreendimento”<sup>58</sup>, um espectro de desenvolvimento tecnológico, com lembrou Oliveira, “os currais se inseriam no processo de modernização que se apregoava no período, higiene e comercialização se entrecruzavam”.<sup>59</sup> Na cidade, o Folha do Norte noticiou com detalhes a estrutura dos Currais:

Compõe-se o aludido edifício de um amplo *hall* de entrada provido de largas portas, escritórios, sala de jantar para os criadores, tendo comunicações diretas com o terraço ao fundo, instalação do Serviço de Defesa Sanitária Animal, grande restaurante, cozinha e acessórios, na parte posterior: duas lojas para vendagem de arreios e outros objetos do gênero. No auto de uma das duas secções mais altas do edifício, à maneira de duas torres, está instalado depósito de águas para diversos misteres. Espaçosa área calçadada a paralelepípedos rejuntados a cimento separa esse edifício da grande balança

<sup>55</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 36.

<sup>56</sup>OLIVEIRA, Ana M. C. dos Santos. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>57</sup>“Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 fev. 1942, p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>58</sup>Descrição dos Currais Modelo pelo então prefeito Heráclito Carvalho, ver: CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira Santana: Silva e irmãos, 1940. p. 09

<sup>59</sup>OLIVEIRA, Ana M. C. dos S. *Op. cit.*, p. 43.

de fabricação norte-americana, convenientemente instalada e com capacidade de 50 mil e 500 quilos, ou seja, cinquenta e meia toneladas.<sup>60</sup>

Atento às formas, anexos e dispositivos dos Currais Modelos, Clovis Ramaiana Oliveira afirmou, “entre o Campo do Gado, agora velho, e os Currais Modelo, Campo do Gado Novo, foi interposto um imenso espaço de significados, um muro de práticas sociais que sugeriam novas sociabilidades ao mesmo tempo em que interditava outras”.<sup>61</sup> Os novos Currais foram pensados para substituir a tradicional Feira do Gado, espaço em que trabalhadores especializados ou semiespecializados (vaqueiros, magarefes, açougueiros, fateiras, quituteiras) executavam seus ofícios e vendiam seu trabalho. Como foram afetados e como reagiram esses trabalhadores? Questão complexa que pede pesquisa dedicada, aqui não há pretensão de respondê-la, apenas de lembrá-la. Por hora, acreditamos que o novo equipamento aspirava sobrepor o espaço daqueles sujeitos, mudar o manejo do gado, esvaziar suas práticas de trabalho.

Vemos na construção dos Currais Modelo uma vitória da classe dominante. Para os grandes criadores de gado, a materialização de um interesse antigo, um passo para industrialização do produto bovino. Para os trabalhadores especializados, a perda do poder de barganha, já que os novos processos (padronizados, simplificados e automatizados) os tornariam dispensáveis. Para os comerciantes, os Currais atendiam os anseios de controle do trânsito das boiadas e de limpeza do centro urbano. Lembramos que “tocar boiadas nas ruas da Feira” era prática mal vista ao olhar dos donos da cidade, especialmente quando bois desgarravam em disparada derrubando tudo à sua frente, só parando na unha dos “bravos encouraçados”.<sup>62</sup>

Rio-Bahia e Currais Modelo sintetizavam as transformações da Feira, uma cidade em crescimento, populacional e urbano, com comércio e indústria em ampliação, com surgimento de novos atores sociais, com adensamento dos conflitos sociais. Era capitalismo em desenvolvimento, e seu modo de produzir e ver o mundo avançando sobre outro já tradicional, se emaranhando naquele cotidiano. Não seria a primeira vez que isso aconteceria na História, num escrito de 1857, um pensador alemão chamava atenção a esse respeito:

Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as

---

<sup>60</sup>“Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 fev.1942. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>61</sup>OLIVEIRA, Clovis F. R. M. *Canções da cidade...Op. cit.*, p 75.

<sup>62</sup>OLIVEIRA, Clovis F. R. M. *Canções da cidade... Op. cit.*, p. 72-5.

outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta.<sup>63</sup>

Marx não viveu o suficiente para testemunhar a expansão mundial do capitalismo, nem os efeitos mais profundos do imperialismo nas colônias e ex-colônias. Contudo, parece ter pressentido que havia algo de peculiar na expansão capitalista, uma voracidade inesgotável que escondia a inapetência de conviver com outro modelo de produção qualquer. Michel Lowy lembrou que Marx, no escrito de 1857, ainda não tratava de “modos de produção diferentes, mas de ramos distintos da produção: a indústria e a agricultura, o capital e a renda fundiária”, e que, mesmo assim, seria possível “alargar o alcance desta formulação e utilizá-la para compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais onde subsistem relações pré-capitalistas”.<sup>64</sup>

As análises de Lenin e Trotsky do desenvolvimento do capitalismo na Rússia são exemplos das possibilidades a que Lowy se refere. Pensando a partir de Marx, Lenin examinou a transição russa “a partir das contradições internas da agricultura” e Trotsky “sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista mundial”.<sup>65</sup> O primeiro refletiu sobre as tramas do *Imperialismo*, concentrações da produção, formação dos monopólios e financeirização do capitalismo.<sup>66</sup> O segundo maquinou sobre o desenvolvimento capitalista em sociedades pré-capitalistas. Para Trotsky, nas economias periféricas, o capitalismo industrial se fazia “queimando as etapas intermediárias de desenvolvimento”, articulando os elementos “tradicionais” (em maioria frutificações do trabalho no campo) com os elementos “modernos” (mercadorias e técnicas industriais, disseminadas a partir das cidades).<sup>67</sup>

Considerações que despertaram a curiosidade de Antonio Gramsci, que de olho nas contradições sociais, escreveu *A questão meridional*, ensaio que ressalta o caráter dialético da relação entre sul (camponês) e norte (industrializado). No texto, Gramsci analisou que com a expropriação do trabalho e da terra, os camponeses meridionais seguiam para a norte industrializado, lá engrossavam o exército de reserva, processo que rebaixava o poder de barganha e o salário dos trabalhadores urbanos, fenômeno que aumentou a extração de mais-

<sup>63</sup>MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1856 – 1857: esboço da crítica da economia política. São Paulo. Boitempo. 2011.

<sup>64</sup>LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro. Vol. 01, nº 01, p. 73. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf)> Acesso em: 25 abr.2014.

<sup>65</sup>Idem, p. 74.

<sup>66</sup>LENIN, Vladimir. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. 3a ed. São Paulo: Global Ed, 1985.

<sup>67</sup>Ver: Introdução e Capítulo I em TROTSKY, Leon. *A história da revolução Russa*. Vol. 03. 03 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

valor e a acumulação de capital. O autor apontou, ainda, que o resultado desse processo foi a miséria do camponês e a pobreza do operário. Por fim, ele propôs a união das duas forças sociais exploradas contra a burguesia agrária, industrial e financeira.<sup>68</sup>

Os pensamentos de Marx e do três marxistas influenciaram algumas interpretações do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por hora, a intenção é utilizar elementos de suas reflexões como possibilidades interpretativas para formular (apenas formular) duas questões: como foram articulados os elementos da vida pré-capitalista em Feira de Santana (agricultura camponesa, renda da terra, criação de bois, vaqueiros, trabalhadores de ofício) com as “modernidades” (produtos, técnicas, mentalidades, sujeitos) da recém-nascida indústria de base e bens de consumo do Brasil? Quais os agentes e agências do desenvolvimento do capitalismo em Feira de Santana?

Pensando nesses processos numa escala macro, Francisco de Oliveira afirmou que o Estado teve papel de relevo no desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. Segundo ele, a partir da estrutura estatal, operacionalizavam-se políticas que aceleravam o crescimento do parque industrial em centros urbanos, “ampliando as relações de super-exploração do semi-campesinato nacional”.<sup>69</sup> Sobre o “problema agrário” na transição da economia “agrário-exportadora” para “urbano-industrial”, refletiu o autor:

Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado constituindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação em baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como sorte de “acumulação primitiva”.<sup>70</sup>

Oliveira apropriou-se da noção marxiana de “acumulação primitiva”, cunhada a partir da análise da expropriação da terra dos camponeses (notadamente os cercamentos na Inglaterra) e da espoliação das riquezas coloniais, para estudar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O sociólogo alargou a noção de “acumulação primitiva” na sua base, refletindo que em países periféricos, com a expansão imperialista, não só a expropriação da terra gerava “acumulação”, mas, sobretudo, a expropriação do produto excedente da posse transitória da terra (uma amálgama de renda fundiária e mais-valor).<sup>71</sup>

<sup>68</sup>GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165p

<sup>69</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo, SP: Boitempo, 2003. p. 42.

<sup>70</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Op. cit.*, p. 42-43.

<sup>71</sup>Idem, p. 35-60.

Sob esse prisma as duas metáforas *setembrinas* (para transformações econômicas da Feira), Rio-Bahia e Currais Modelo, revelam mais alguns indícios para a interpretação dos desdobramentos do capitalismo no interior do Brasil. A *Estrada*, que abriu os caminhos e integrou o local com a capital do país, cortou boa parte da Bahia e transpassou outros estados, possibilitando o fluxo migratório das áreas interioranas para as cidades, também, o trânsito de tecnologias e mercadorias, fenômenos que não tardaria a baratear a reprodução da vida do trabalhador local, aumentando a extração de mais-valor.

Os *Currais*, projetado para articular a indústria e o boi com intenção de desenvolver a acumulação do capital, era sonho antigo da classe dominante local. Ainda em 1926, Arnold Silva, então Intendente Municipal, expressara no seu discurso de posse a vontade de construir um lugar, moderno e organizado, para as atividades correlatas ao comércio de gado.<sup>72</sup> Naquela época os dirigentes não viabilizaram o projeto. Pouco depois, 1939, liderados por Heráclito Carvalho, reuniram-se novamente em torno desse propósito, reafirmado em relatório enviado por Carvalho à Landulfo Alves, então Interventor do Estado:

Está no meu programa de Governo, a construção dos Currais Modelos, obra grandiosa e de vulto, digna do progresso de Feira de Sant'Ana. Já não é sem tempo que esse melhoramento sem impõe. Ele está exigindo mesmo que se torne em realidade esse projeto, tantas vezes adiados.<sup>73</sup>

O documento apresentava as medidas adotadas pelo dirigente, em especial o levantamento de crédito para obra. Carvalho informava os resultados de dois pedidos de empréstimos, um para uma instituição bancária e o outro para uma agência de fomento. No sistema financeiro fez “com a Caixa Econômica Federal um empréstimo de 300,000\$000” e do Instituto de Fomento Econômico da Bahia teve proposta de financiamento aceita, mas negou-a por considerar as cláusulas “demasiadas pesadas para o município”.<sup>74</sup> Anos depois, o Folha do Norte, em razão da inauguração do equipamento, noticiou o custo da obra:

O custo dessa utilíssima realização é estimado em seiscentos e sessenta e dois contos, dos quais trezentos contos foram tomados por empréstimos pela Prefeitura, com o prazo de dez anos, estando o seu pagamento garantido à Caixa Econômica Federal, que foi a emprestadora, pelo alugueis dos currais aos criadores nos dias de feira, sendo a cobrança feita na razão de 500 réis

<sup>72</sup>SILVA, Arnold. *Discurso de posse*. Feira de Santana: Silva e irmãos, 1926. p. 02-4.

<sup>73</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira Santana: Silva e irmãos, 1940. p. 09.

<sup>74</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p. 09

por cabeça e 1\$000 por ocupação do solo. Dessa renda caberá uma parte à caixa Federal. O resto (362 contos) proveio do erário público.<sup>75</sup>

Segundo o jornal, o gasto final da construção girou em torno de 662,000\$000 contos de réis. Uma parte da obra seria custeada por capital privado, levantado a partir do uso comercial futuro da instalação. O restante do montante, mais de cinquenta por cento do custo total, cerca de 362,000\$000 contos de réis, recairia sobre o poder público, cabendo aos cofres do município arcar com o compromisso. A título de entendimento e comparação de valores, a receita total do município, em 1935, foi de 496,156\$450, em 1936, 611,325\$716 e em 1937, 474,205\$187.<sup>76</sup> A dívida pesou tanto para as contas da cidade, que o tesouro deixou de pagar as prestações do empréstimo à Caixa.

Seis anos após a inauguração dos Currais Modelos, a direção municipal - que passou de Interventoria, com mandatário indicado pelo governo do estado para Prefeitura, com eleições diretas para o cargo executivo – apurou a dívida e solicitou formalmente que a Câmara de Vereadores apreciasse seu mérito. Em ofício datado em 28 de julho de 1948, o Prefeito Aguinaldo Boaventura reportou a situação do ônus junto à Caixa, dizia ele:

O referido empréstimo foi contraído sob a condição de ser amortizado em 10 anos, com o pagamento de duas prestações semestrais de Cr. \$ 23.062,90, vencendo juros de 9% ao mês. Não houve, da prefeitura, a pontualidade nos pagamentos, tanto assim que, ao demonstrativo de conta corrente, já conferido, o saldo devedor é de Cr. \$ 170.637,80.<sup>77</sup>

O histórico da dívida seguiu acompanhado de uma solicitação de abertura crédito público para quitá-la. Em 19 de julho de 1948, a Câmara respondeu à correspondência do Prefeito: “opinamos favoravelmente, tendo a lamentar que a prefeitura não tenha cumprido com pontualidade os pagamentos”.<sup>78</sup> Estava o erário público autorizado a retomar o pagamento das parcelas do empréstimo. De Arnold Silva, em 1926, passando por Heráclito de Carvalho nos anos 1930, até Aguinaldo Boaventura e a câmara de vereadores em 1948, os “donos da cidade”, a partir da imprensa e dos seus dirigentes investiram pesado para convencer o conjunto da população que aquela obra beneficiaria o município como um todo.

Nos documentos consultados o nome “Currais Modelos” apareceu sempre acompanhado por considerações elogiosas, sobretudo quando se tratava de instituir suas

<sup>75</sup>“Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 fev.1942. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>76</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p. 09-10.

<sup>77</sup>FEIRA DE SANTANA. Ofício da Prefeitura Municipal, 28 set.1948, *Projetos de Lei de 1948-54*. (ACM/FSA).

<sup>78</sup>FEIRA DE SANTANA. Projeto de lei nº 1, 19 de jun. 1948, *Projetos de Lei de 1948-54*. (ACM/FSA).



atividades e justificar os gastos de construção. Argumentos centrados nas noções de progresso, modernidade, higiene, na ideia de que a cidade necessitava do empreendimento para prosperar e que todos habitantes se beneficiariam com a instalação.<sup>79</sup> Discurso que pode ser sintetizado nas palavras de Arnold Silva:

Não se admite, de fato, que a Feira de Santana, devendo ao boi boa parte do seu renome e desenvolvimento, entreposto que é dos três primeiros entre os grandes mercados de gado vivo do país, não dê a esse mercado conveniente instalação, permanecendo ele no mesmo estado que se iniciou, de confusão e insegurança, quando éramos um simples e modesto arraial.<sup>80</sup>

Investidas em direção à padronização da produção não ficariam somente nos Currais. O Governo Heráclito de Carvalho planejou e construiu um Aviário Modelo, estabelecimento que instituiria regras e tecnologias para o manejo ovíparo. Também um Matadouro Modelo, lugar específico, com tecnologia e higiene para o corte dos bovinos.<sup>81</sup> Não parou por aí, o Estado, figurado no Instituto Baiano de Fumo e na Prefeitura de Feira de Santana, patrocinou a Festa do Fumo. O evento, que reuniu “lavradores, mestres de armazéns, escolhedores e pessoas outras”, realizou exposição e concurso de espécimes de fumo, pagando “aos vencedores 450\$000, em dinheiro” e distribuindo aos produtores “600 envelopes de sementes de fumo de boa qualidade”.<sup>82</sup>

O prefeito Heráclito de Carvalho, Seu Lolô, como era conhecido na Feira, além de apreciador de bons charutos, produzia e “tinha armazém de fumo onde classificava os tipos para exportação em longa escala”.<sup>83</sup> No seu tempo de Interventor Municipal, construiu na cidade, com apoio do Interventor do Estado, Landulfo Alves, os Institutos do Fumo, espécies de “mini Currais Modelos” da produção de tabaco. Os Institutos, espalhados por diversas regiões da urbe e de alguns distritos, notadamente Bonfim, aprimoravam tipos e formas de produzir para exportação.<sup>84</sup>

---

<sup>79</sup>“Currais Modelo, obra grandiosa e de vulto, digna do progresso de Feira de Santana. Já não é sem tempo que esse melhoramento se impõe” em CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p. 09; “Uma obra de extraordinário vulto e que se constitui de há muito tempo legítima e justa aspiração da comuna” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 fev. 1942. p. 01; “Obra de grande vulto que testifica o progresso crescente desta terra [...] desta cidade que vibrou de júbilo intenso e generalizado, vendo traduzida para a realização oportuna e feliz uma de suas mais antigas e justas aspirações” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 fev. 1942. p. 01.

<sup>80</sup>SILVA, Arnold. *Op. cit.*, p. 03.

<sup>81</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p. 10-13.

<sup>82</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p.17.

<sup>83</sup>DAMIÃO, Oscar. *Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998. p. 69.

<sup>84</sup>Idem.

A cultura fumageira surgiu no Recôncavo Baiano, tempo de Brasil Colônia. No final de século XIX, espalhada pelos sertões, sustentava pequenos proprietários de terra, além de render lucros aos grandes produtores voltados para exportação. Nos anos de 1940, com a concorrência internacional, os plantadores tiveram que se adequar às normas de exportação. O governo federal, então, baixou o Decreto nº 5.739, de 29 de maio de 1940<sup>85</sup>, que estabelecia regras para a produção, desde as formas de produzir e estocar, até o padrão de qualidade das folhas, inclusive instituindo tamanho mínimo das que seguiam para o comércio exterior.

Na Bahia, o Estado fomentava a industrialização da cultura fumageira através do Instituto Baiano de Fumo (fundado em Cruz das Almas em 1935) e dos Institutos do Fumo (organizados em Feira na década de 1940). Diversos sujeitos da classe dominante de Feira mantinham a produção e exportação de fumo entre seus negócios, eram eles: Eduardo Fróes da Mota e Agostinho Fróes da Mota Neto, Carlos Bahia, Heráclito Dias de Carvalho, João Mendes da Costa, Adalberto Pereira, Joaltino Silva, Francisco e Raimundo Maia, Valentim José de Souza, Rosendo de Oliveira Lopes e João Mamona.<sup>86</sup>

Desses produtores, alguns exerceram cargos públicos. Eduardo Fróes da Mota e Heráclito de Carvalho, por exemplo, foram prefeitos; João Mendes da Costa, deputado federal por vários mandatos; Carlos Bahia, candidato duas vezes a prefeito de Feira; João Mamona, vereador. Nomes, também, reconhecidos na cidade como grandes criadores de gado. Índícios das imbricações entre política e economia, especialmente das práticas de poder dos sujeitos e grupos da classe dominante que estruturavam (se estruturando) no Estado com intenção de tornar seus interesses particulares em necessidade gerais, como se pode observar no conjunto das obras elencadas.

Percebemos nos equipamento Modelos a articulação, em vários níveis, de interesses em favor da acumulação capitalista, desde o erário da prefeitura, acumulado a partir dos impostos sobre mercadorias e serviços locais (produto do trabalho humano), passando pelo sistema financeiro nacional, empréstimo da Caixa Econômica Federal (índice das políticas do Estado para o incremento da industrialização do interior do Brasil), até o capital internacional metaforizado numa de suas mercadorias: a “grande balança de fabricação norte-americana, convenientemente instalada e com capacidade de 05 mil e 500 quilos”.<sup>87</sup>

<sup>85</sup>BRASIL. Decreto nº 5.739, 29 maio1940. *Diário Oficial da União*, 01 jun. 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-5739-29-maio-1940-322942publicacaooriginal-1-pe.htm>> Acesso em: 23/04/ 2014.

<sup>86</sup>DAMIÃO, Oscar. *Op. cit.*, p. 226.

<sup>87</sup>“Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 fev.1942. p. 01. (MCS/CENEF).

Uma derradeira reflexão: o sentido do nome. Quando os batizaram – Modelos – tentavam instituir exemplos, marcas, símbolos que deveriam carregar, em si, a imagem do progresso. Seria a face do moderno, o único e verdadeiro “modelo” (centrado na racionalidade, rapidez, higiene) para desenvolver as formas de produzir a vida material nos sertões da Bahia. Venceu esse projeto. Triunfou o grande fazendeiro, único com recursos suficientes para bancar as novidades da produção e atender as “necessidades do mercado”. Ganhou, ainda, o capital internacional que emprestava a juros, importava produtos agrícolas a preço reduzido, exportava mercadorias industrializadas e lucrava com a grande indústria produtora de máquinas – a moderna balança importada para os Currais Modelo de Feiras, uma boa evidência disso.

### 1.3 – *Coronel Farinha*: um estilo de poder

Mulherengo, envaidece-se com o apodo de garanhão da Queimadinha [...] paternalista ao extremo posa de protetor dos pobres, mas não dispensa um centavo do que lhe devem as pessoas necessitadas. Naturalmente político inveterado, homem duplamente marcado pelo destino: a parte do comerciante, sabido, ativo e a parte do ambicioso do poder, sem idealismos, mas com boa dose de egoísmo, a vislumbrar na política o caminho talvez da recuperação familiar, desde que sente, como nenhum outro a mudança operada na administração, no equilíbrio da autoridade, no sistema de controle social.<sup>88</sup>

Em epígrafe, uma pequena descrição do *Coronel João Farinha*, personagem marcante de *Setembro na Feira*. Erguido por Juarez Bahia como um monumento, ácido e satírico, aos mandões da “República Velha”, o coronel foi ficcionado em três camadas.<sup>89</sup> A primeira mostra um setentão de riso alto e largo, a imagem do velho bonachão, bochechas despencadas por obra do tempo, avermelhadas pelo toque do sol, o bigode bem tratado e uma próspera barriga pendendo sobre o cinto. Vestido em terno de linho branco, pousava o chapéu de aba larga na cabeça, revólver na cinta, *Havana* no bico, bota lustrada e esporas de prata nos pés. Sempre em montaria de primeira – cavalo puro-sangue de cascos limpos, crina aparada, sela vistosa, passeava pelas ruas a distribuir simpatia, favores, a cobrar alugueis e empréstimos. Tão rico “que não sabia o tamanho da própria fortuna”. Um sujeito que esforça em produzir carisma para si e dependência, gratidão e medo para os outros.

<sup>88</sup>BAHIA, Juarez. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 42.

<sup>89</sup>As descrições que se seguem são baseadas nas passagens do Coronel Farinha no romance *Setembro na Feira*, com intenção de evitar o excesso e a repetição de notas de rodapé decidimos referenciar as evidências, o texto de Bahia, no final de nossa descrição da personagem.

O coronel era também homem de vaidades, sujeito que se arrogava “honrado e retado”. *Farinha* era do tipo conversador, galanteava as moças e contava piada aos moços. Orgulhoso até não poder mais, alardeava sua virilidade, mantinha inúmeros romances, sem esforço de torná-los secretos ao público. Entre suas inúmeras amantes, uma jovem, de fogosa fama, era a predileta, respondia pelo apelido de Menininha. *João Farinha*, parece-nos, era daqueles que enchia a boca: “pra cavalo velho, capim novo”. Se não “dava no couro”, reputação de “corno manso” não tolerava, sempre que necessário ordenava aos jagunços dar cabo dos “garanhões” que ousassem “relar” nas carnes e curvas das “teúdas e manteúdas”.

Na terceira camada desse personagem, o autor escondeu a astúcia da raposa velha, as manhas do “político inveterado”, os segredos da linhagem dos *Farinhas*, casa acostumada aos giros da roda da fortuna e às viradas dos jogos de poder. O coronel detinha um aguçado senso de poder, seus olhos conseguiam ler de longe as demandas da política, seu raciocínio rápido buscava meios de adaptação às novas contingências. Habilidades vitais no tempo em que:

[...] as transformações sociais, políticas e econômicas afetaram profundamente a cidade, sua gente. Então, o coronel Farinha compreende o fenômeno, não foge dele e não o contesta. Sabe que a aristocracia rural tornou-se decadente e que isso coincide com estes últimos anos quarenta, que a terra deixou de ser unidade de medida da representação social e que na Feira a classe dos fazendeiros, com suas prerrogativas de barões feudais, teve de ceder lugar a outras categorias, aos comerciantes, aos liberais, a novos líderes, aos intelectuais, aos artífices, aos trabalhadores, aos construtores da Rio-Bahia.<sup>90</sup>

Juarez Bahia entendeu que a partir dos anos 1940 dois movimentos mudaram os destinos dos mandões da cidade. O primeiro, a emergência de novos sujeitos sociais (trabalhadores, moradores dos subúrbios, artífices) até então marginalizados na tessitura político-institucional do município, processo que tencionou as formas de poder centradas na figura do coronel da “República Velha”. O segundo, as reconfigurações da estrutura política (figurada no retorno das eleições em 1945), fenômeno que impelia rearranjos de poder à classe dominante. Assim, os “velhos poderosos”, procurando conservar a posição de mando, abriram-se às negociações, alianças e disputas, com os “novos líderes”, de sua própria classe e de outras: profissionais liberais, intelectuais, empresários, industriais, trabalhadores.

*Setembro na Feira* pode, inclusive, ser lido como uma alegoria ao esgotamento das relações de poder da “República Velha”, época em que as alianças entre o poder local e o Estado, acertadas entre coronéis e governadores, determinavam a ocupação e as sucessões dos

---

<sup>90</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 44.

cargos públicos municipais. Tempo de rixas e acordos entre as famílias da alta roda, por ocasião da montagem do ordenamento político-municipal. Período de “voto de cabresto” e “currais eleitorais”, com as eleições sob os auspícios dos coronéis e no crivo do “bico da pena”. Sobre esse contexto na Bahia, Consuelo Sampaio Novais alertou, era “no ato das eleições, que o mecanismo opressão se estabelecia: como não existia o voto secreto e a mesa eleitoral controlava a presença e a votação, tornava-se fácil a pressão sobre os eleitores”.<sup>91</sup> Em Feira de Santana, Nayara Fernandes Cunha, refletiu:

Eram os membros do conselho responsáveis pelas mesas eleitorais, fazer o alistamento eleitoral e a sua revisão a cada eleição, também, verificavam o resultado das eleições e lavravam e liam as atas, convocavam os eleitores para as eleições federais e estaduais. Assim, ao assumir essa função, esses sujeitos se tornavam personagens importantes no jogo político, tinham a possibilidade de fazer as duplicatas eleitorais e as fraudes nos resultados.<sup>92</sup>

Os próprios membros do Conselho Municipal, espécie de Câmara dos Vereadores da época, geriam os procedimentos eleitorais. Os eleitores eram previamente alistados pelos partidos, muitas vezes pelos próprios candidatos. Votavam em aberto, possibilitando aos mesários e escrutinadores, sempre figuras ligadas aos candidatos, bisbilhotar, fiscalizar, induzir ou coagir o eleitor. Ações que facilitavam o controle do processo eleitoral, em especial das urnas destinadas aos eleitores mais afastados das capitais.<sup>93</sup>

Em *Setembro na Feira*, Bahia representou a relação do coronel *Farinha* com o eleitorado da cidade. O velho político, durante a campanha eleitoral, sabedor que os analfabetos não tinham direito ao voto, contratava cabos-eleitorais letrados para ensinar os potenciais votantes a “desenhar” o próprio nome:

Quando se elegeu prefeito, no passado, foi assim que agiu o coronel Farinha. Votem, votem meus filhos no bom e honrado coronel Farinha. E nos postos eleitorais escribas contratados recrutavam tabaréus analfabetos para o treino de escrever o nome. O coronel passava entre as colunas de eleitores, paternal como sempre, e dizia-lhes brincando: - Treinem meus filhos, trinem bastante. Não podemos correr o risco de votos anulados.<sup>94</sup>

<sup>91</sup>SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1975. p. 48.

<sup>92</sup>CUNHA, Nayara F. *Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012.p. 52.

<sup>93</sup>Sobre isso ver o segundo capítulo, “Política e eleições em Feira de Santana na “Primeira República”” em CUNHA, Nayara. *Op. cit.*, p. 47-100.

<sup>94</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 41.

Na Feira de *Setembro* (romance), o coronel *João Farinha* e sua gente, fazendeiros criadores de boi, mesmo com alguns concorrentes, davam as cartas do jogo eleitoral. Na Feira da “República Velha” (pesquisa histórica), Nayara Cunha acenou no mesmo sentido e afirmou: “todos os que assumiam posições políticas possuíam relações com o comércio de gado ou eram proprietários de terras ou negociantes”.<sup>95</sup> Jogando com realidade e ficção, enumeramos, entre os poderosos reais, os que poderiam ser parceiros do imaginário *coronel setembrino*: Agostinho Fróes da Motta, Bernardino Bahia, Filinto Marques, Gonçalo e José Alves Boaventura, João Mendes da Costa, Álvaro Simões, João Martins da Silva, Celso Martins, Heráclito Dias de Carvalho, Eduardo Fróes da Mota e Arnold Silva.

Homens da alta roda, alguns foram ícones da política feirense da “era dos Velhos Intendentes”. A exemplo dos dois primeiros, Agostinho Fróes da Motta e Bernardino Bahia que, aliados, revezaram-se durante quase 12 anos na Intendência Municipal, formando uma espécie de centro gravitacional dos ocupantes do Conselho Municipal, coronéis ou não.<sup>96</sup> Foram os frutos dessa ordem, Eduardo Fróes Mota e Arnold Silva, o primeiro, filho do coronel Agostinho, o segundo, genro do coronel Bernardino, herdaram o capital político dos patriarcas. A princípio prosseguiram a antiga aliança, rompendo-a mais tarde, em 1937, por razões ainda não totalmente esclarecidas.<sup>97</sup> Por fim, Heráclito Dias de Carvalho, o coronel que inspirou Juarez Bahia na composição de *João Farinha*, um homem rico que se mostrou sensível às boas oportunidades, foi delegado de polícia na “República Velha” e o político que conseguiu passar mais tempo na direção municipal durante a “Era Vargas”.<sup>98</sup>

As lideranças da política feirense, sempre em busca da melhor posição, não se desligavam dos dirigentes regionais e estaduais. Enquanto dançavam na governadoria *calmonistas*, *marcelinistas*, *seabristas*, acordos entravam e saíam dos bolsos e das gavetas sertanejas.<sup>99</sup> Com o fim da “República Velha”, corriam os políticos da Bahia e da Feira a

<sup>95</sup>CUNHA, Nayara F. *Op. cit.*, p. 59.

<sup>96</sup> Bernardino da Silva Bahia - Período: Out/1912 à Dez/1915; *Agostinho Fróes da Mota* - Período: Jan/1916 à Dez/1917. *Agostinho Fróes da Mota* - Período: Jan/1918 à Dez/1919; *Bernardinho da Silva Bahia* - Período: Jan/1920 à Dez/1921; *Bernardino da Silva Bahia* - Período: Jan/1922 à Dez/1923.

<sup>97</sup> Sobre isso, escreveu Kelman Silva: “[...]Arnold Silva e Eduardo Fróes da Motta eram envolvidos com o comércio de gado e fumo, foram sócios em um empreendimento bancário, o que nos levar a inferir que é bem possível que o causou essa dissidência entre eles foi uma disputa econômica ligada às atividades comerciais e não necessariamente uma grande motivação política.” SILVA, Kelman C. da. *Quem manda na Feira? Política, classe e rearranjos de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930 – 1945)*. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Santo Antonio de Jesus, 2012. p. 141.

<sup>98</sup> Entre o Golpe de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização (com as eleições para prefeito em 1947) contam-se 15 sucessões na direção política municipal. Nesses 17 anos, 14 interventores diferentes ocuparam a sala principal do paço municipal.

<sup>99</sup> Sobre isso, ver: o segundo capítulo, “Política e eleições em Feira de Santana na “Primeira República”” em CUNHA, Nayara F. *Op. cit.*, p 47-100.

procura de permanência no poder: uns identificaram-se com tenentismo, apoiaram a “Revolução de 1930”; outros, irredutivelmente conservadores, foram contra Vargas. Ainda existiam os oportunistas, geralmente conservadores que ocupavam cargos políticos eleitos, que avaliando bem as relações de força da conjuntura nacional se associaram com o movimento liderado por Vargas.

A “dança das cadeiras” agitou a cena política municipal, entre a desestabilização da “República Velha” e o fim do “Estado Novo”, casacas foram viradas e desviradas, alianças foram feitas, desfeitas, refeitas. Os giros das posições políticas indicam que na prática de sujeitos e grupos da classe dominante, em especial os elementos dirigentes, mover-se na maré das relações de força, sempre junto aos encouraçados vitoriosos, era tática recorrente para manter-se no poder.<sup>100</sup> Juarez Bahia vergou seu olhar para essa faceta dos políticos locais:

[...] veio a revolução, o coronel Farinha, que um homem de República Velha, logo aderiu. Jogou o lenço vermelho ao pescoço, como os do Sul e se bancou de revolucionário. Agora, se você perguntar a ele se ainda é fiel, prepare-se para ouvir: “Eu, revolucionário? Não me confunda, sou revolucionário não”. Dos anos trinta até pouco tempo, ninguém era mais revolucionário do que ele, Farinha. Deixou de sê-lo muito recentemente, recentíssimo, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao sentir o cheiro do fim da que da ditadura. O negócio é que sempre em cima do muro, sempre espiando do alto e confraternizando com os vitoriosos do dia, o coronel Farinha conseguiu uma coisa notável: em todos esses anos de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no país, nenhuma autoridade o incomodou.<sup>101</sup>

Lembremos que a emergência da fração liderada por Getúlio Vargas abriu uma janela de modificações na política brasileira, erguia-se um Estado centralizado que avançava rapidamente país adentro. Os cargos de Intendente e Conselheiros Municipais, definidos nos “currais eleitorais” e no “bico da pena”, foram extintos e a gestão da cidade ficaria sob a responsabilidade de um Interventor Municipal, sem eleições e legislativo municipal, nomeado a partir de acordos entre os chefes políticos locais e o Interventor Estadual, tudo em consonância com os princípios do Governo Federal, centralizado na figura presidencial. Com o fim do Estado Novo outra invenção, a direção da cidade ficaria cargo de um prefeito, auxiliado pela câmara de vereadores, todos eleitos em votação direta e secreta.

<sup>100</sup>Afirma Silva: “[...]ao examinar quem foram os indivíduos que conduziram a vida política da cidade desde o último período da Primeira República até o golpe do Estado Novo, e mais adiante no fim do regime estadonovista, percebe-se que não houve um deslocamento expressivo das forças políticas, subsistindo as mesmas lideranças, não marcando uma mudança brusca dos sujeitos que compunham a classe dirigente, não havendo a sua superação e nem a substituição por outro setor.” SILVA, Kelman Conceição da. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>101</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 98-9.

*Setembro* mostra-se sensível à conjuntura política nacional e preciso em relação aos jogos do poder local. Na citação, por exemplo, vemos que Farinha, representação dos donos da cidade, sentiu as mudanças sociopolíticas e agiu: “jogou o lenço vermelho ao pescoço” – se o sertão virasse mar e Garibaldi estivesse a navegar por Feira, o coronel possivelmente estaria na proa do seu barco – abandonou seus consortes de “República Velha”, seguiu os caminhos que se abriam a “Revolução de 1930”, depois virou à direita junto com ditadura de Vargas, por fim, após a Segunda Guerra, tomou outro rumo, virou democrata. A questão é, mesmo com todas as mudanças, Farinha continuou onde queria estar. Foi ditador, democrata, liberal, conservador, mas continuou no poder. Este era seu estilo, o estilo do poder.<sup>102</sup>

#### **1.4 - Farinha e Palanque: a fazenda sem limite e o boi sem biografia**

Continuamos nos rastros das paisagem e personagens de *Setembro na Feira*. Antes, porém, uma nota sobre a vida do seu autor. Juarez Bahia, quando trabalhou no *Folha do Norte*, conviveu com alguns dos prestigiados senhores da Feira, fato que possivelmente lhe rendeu memórias e causos da política daquele tempo. Naquele jornal, seu patrão era Arnold Silva, legenda da “República Velha”, coronel que continuou forte na política feirense até o fim dos anos de 1950. Na redação do *Folha*, entre amigos, aliados políticos, empregados e clientes de Arnold Silva, circulavam: Hugo Navarro, advogado, jornalista e político; Áureo Filho, empresário, professor e político; Honorato Bonfim, médico e jornalista; João Marinho, empresário e político. Consideradas essas informações, entendemos que a experiência no *Folha do Norte* foi um dos marcadores da composição narrativa de Juarez Bahia, em especial, quando se ocupou das questões da política local.

No romance, *João Farinha* é apresentado como filho e herdeiro político do “velho Heráclito Farinha”, referência de Juarez Bahia a um famoso coronel da Feira, o real e de “carne e osso”, Heráclito Dias de Carvalho. Para reforçar essa hipótese, argumentamos que Juarez Bahia viveu na Feira de Santana da época em que Carvalho era político portentoso, tanto que governou o município por sete anos durante a instável “Era Vargas”. Nesse ínterim, Carvalho participou do ajustamento do Código de Posturas Municipal, a intensificação da cobrança de impostos, a proibição do abate de gado no matadouro municipal, a construção e inauguração dos Currais Modelos, o início das obras da Rio-Bahia.

---

<sup>102</sup>A interpretação da personagem coronel João Farinha foi baseada no romance como um todo, dele destacamos as seguintes passagens: BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 40-5; p. 97-9 e p. 172-6.



Nas sagas de *João Farinha* e Heráclito Dias de Carvalho, rastros para uma mirada na transição entre duas formas de fazer política na cidade. Mudanças marcadas pela “redemocratização” de 1945, com o retorno das eleições, voto direto, secreto e partidos nacionalizados, esvaziava a política lastreada nos imperativos dos coronéis, embora, algumas figuras e práticas dessa política tenham se incorporado a conjuntura que se inaugurava. Somam-se, portanto, as relações de poder próprias do mundo burguês, as quais chegavam com seus sujeitos, instituições e dinâmicas. Esse foi um dos principais temas da conversa entre coronel *João Farinha* e o polemista *Tom Palanque*:

- Mas o amigo faz uma distinção entre coronéis e fazendeiros – diz o coronel Farinha – e isto eu não entendo [...] - Separo os dois – diz Tom Palanque – como dois polos diferentes. A fazenda é uma instituição às vezes dominada pelo coronel, outras vezes não. E o coronel é outra instituição, da qual deriva o coronelismo com suas implicações políticas e sociais, econômicas e ideológicas, nem sempre representativas da fazenda [...] - Mas – observa Farinha – o que seria a fazenda sem o coronel? [...] melhor seria perguntar o que seria o coronel sem a fazenda. Ouve um tempo em que eram inseparáveis as duas instituições, hoje mais não. O coronelismo continua, mas a fazenda adquiriu dimensão própria, é como o boi que não depende do rebanho para viver. No tempo do seu avô, do seu pai, coronel Farinha, a instituição-coronel era mais forte do que a instituição-fazenda.<sup>103</sup>

No livro, *Tom Palanque é o avesso de João Farinha*. Inspirado em figuras populares da cidade, o primeiro, lembrou Clovis Oliveira, que pela construção física, intelectual e de hábitos de vida (negro, esguio, polemista de boa oratória, frequentador de botecos e candomblés) parecia que Bahia, com *Tom*, narrava o poeta Aloísio Resende. Também, Mário Ferro Velho, petebista dado à falação públicas, parece-nos, foi verve para a composição de *Tom Palanque*, personagem que tinha no trabalho, catador de ferro velho e no gosto pela assembleias e polemicas, semelhanças com político do Partido Trabalhista Brasileiro.

Em *Setembro*, a *bossa* de *João* e *Tom* cantava a vida das fazendas, os dilemas dos coronéis, o desarranjo da sociedade do pastoreio. A fazenda, descrita como uma instituição entre duas dimensões, a tradicional (ligada à sociedade do pastoreio) e a industrial (ligada ao mundo do capitalismo). Havia, entretanto, pontos de interseções entre os dois modelos, por exemplo: a associação entre as relações sociais tidas como arcaicas (derivadas da “República Velha”) e os elementos da produção obedientes à lógica da empresa moderna (a reboque da industrialização intensificada a partir de 1930). Se antes a fazenda era o lugar da política, quem a dominava exercia o poder, com o avanço do mundo burguês, ela precisava “apenas

<sup>103</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 173.

render”, sem depender da posição política dos proprietários. A realização da mercadoria da fazenda passou a ter mais importância que a própria fazenda, isso trazia suas consequências:

[...] – Hoje o coronel está mudando. Acho que todo mundo pode perceber isso. A fazenda se abre para a uma convivência indiscriminada, isto é, um sujeito sai da urbe e vem se instalar no sertão, investindo na fazenda. E quando não é um sujeito é uma empresa, uma reunião de sujeitos com interesses às vezes conflitantes como indivíduos. [...] – O que eu queria salientar é que essa mudança, do coronel na sociedade, da fazenda na sociedade, como fenômeno social, político, econômico, é uma mudança que pode ser perfeitamente observada na Feira de Santana, a cidade toda se transforma com essa mudança da fazenda, do coronel, desde o sapateiro ao oleiro.<sup>104</sup>

E como ficaria o coronel nesse novo trânsito social? Ou virava empresário ou sucumbiria. Desde a década de 1920, os coronéis “enrolavam os bigodes” a meditar sobre aperfeiçoamentos das técnicas de manejo da lavoura e da pecuária, tudo pela produtividade das suas propriedades. Chintamani Alves chamou atenção para a circulação nos jornais municipais, Folha do Norte e O Progresso, de inúmeros artigos que inteiravam os produtores locais das novidades científicas aplicadas ao mundo rural, ensinando métodos e técnicas para melhorar os resultados das atividades econômicas do campo. Em diálogo com Sônia Mendonça<sup>105</sup>, Alves percebeu, na articulação da Subseção Feirense da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), indícios do processo de identificação de uma fração de classe local com seus pares pelo Brasil: os ruralistas. As principais demandas do grupo eram, a ampliação da força de trabalho no campo, para baratear o custo da mão de obra e o aprimoramento dos utensílios e manejos aplicados à produção agropecuária.<sup>106</sup>

Retomando a palestra *setembrina*. Entre um licor de jenipapo e outro, *Palanque* argumentava a *Farinha* que os coronéis estavam a mudar. Intencionando acompanhar os novos rumos do país, alguns buscavam refazer-se, fundar companhias, associações de produtores, transformar a fazenda em negócio lucrativo, desenvolver novas formas de empoderamento – pareciam caminhos possíveis. Com as técnicas de poder do coronelismo em baixa, os coronéis partiram a readaptação e para as disputas políticas, com novos sujeitos e grupos das cidades, através das eleições. Essa constatação de *Tom Palanque* causava tremores em *João Farinha*. E a conversa continuava:

<sup>104</sup>BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 174.

<sup>105</sup>MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. 219p.

<sup>106</sup>ALVES, Chintamani S. *Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas (1900-1920)*. 2013. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2013. 218p.

[...] a diferença que você quer fazer do fazendeiro para o coronel é para abrir um lugar ao industrial, não? [...] - Bem, agora voltamos ao bom começo da conversa. É mais ou menos isso. A fazenda desdobra-se na indústria, isto é, concilia-se com ela. E aí o fazendeiro cresce mais do que o coronel. O coronel prefere manter a fazenda nos limites de sua conveniência de dono da terra. O fazendeiro, ao contrário quer a fazenda sem limites, por exemplo, quer mais do que criar gado para o abate, quer criar também para engorda, quer o frigorífico e quer a pastagem, quer a plantação e quer a agricultura, de acordo com as circunstâncias quer o couro e quer o sapato, pensar num mercado interno e num mercado externo, pensa num chapéu de abas largas, como o seu, e pensa igualmente num avião para encurtar distâncias, ganhar tempo, economizar dinheiro, fazer investimentos.<sup>107</sup>

O diálogo acontecia durante festa em terreiro de uma famosa Mãe de Santo da Feira. Nesse espaço sagrado, Juarez Bahia, através de *Tom Palanque*, deu cores a uma das metáforas mais poderosas do romance: a “fazenda sem limites”. Parece que ao construir essa imagem, Bahia, refletia sobre a inserção do mundo rural na cadeia produtiva da industrialização brasileira pós-1930. A fazenda se tornaria, doravante, uma complexa unidade produtiva que fugiria aos desígnios de um homem só, entrando na seara do mercado, dependendo de financiamentos, tecnologias, balança comercial, políticas públicas? Sonia Mendonça lembrou que esse processo começou entre 1888-1931, com as primeiras organizações dos produtores e com a criação do ministério da agricultura, continuando nas décadas de 1940 e 1950 para se consolidar, na chamada modernização agrícola, durante a ditadura civil-militar entre 1964-85.<sup>108</sup> Parece que *Tom Palanque* não estava de todo errado na sua previsão.

Um breve *click* no animado papo *Setembrino* para contextualização de alguns fatos, Francisco de Oliveira afirma que, a partir dos anos de 1930, enredaram-se eventos que mudariam substancialmente a estrutura econômica, social e política do Brasil. Entravam em cena sujeitos e tramas que emergiam do desenvolvimento capitalismo: operariado e burguesia industrial. No campo, as relações de produção sofriam mutações, modernizavam-se os meios e processos produtivos; na cidade, a industrialização, alavancada pelo Estado, mudava a paisagem e a vida. Sobre isso afirmou Oliveira:

[...] as cidades são, por definição as sedes da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização

<sup>107</sup> BAHIA, Juarez. *Op. cit.*, p. 175.

<sup>108</sup> MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997, 219p; MENDONÇA, Sonia R. de. *A Questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento - 1964-1990*. Volume 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 201p.

do produto, e, nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas, tanto maior a taxa de urbanização.<sup>109</sup>

A nova situação socioeconômica brasileira desenvolvia, em si, novas necessidades. “De um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para atividades agrário-exportadoras e, de outro, a *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno”.<sup>110</sup> A condição de país com produção industrial em desenvolvimento, mesmo que periférica e tardia, tornava mais complexo o jogo político entre as frações da classe dominante. A nova valsa do poder implicava disputas intraclasse pela direção da política, dos modos de desenvolvimento do capitalismo e da necessidade de controle do mundo do trabalho, em especial do proletariado em formação.

Nesse sentido, acentuava-se a desestruturação do mandonismo local e a construção de agências públicas, instituidoras de políticas econômicas e sociais a partir do aparelho do Estado, e privadas, organizadas no corpo social por frações de classe que disputavam a intuição dos interesses particulares.<sup>111</sup> Ariscamos dizer que tais processos resultavam, em grande medida, da transição, em curso na década de 1950, do capital competitivo (formador de mercado interno de produção e consumo) para o capital monopolista (reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais dos monopólios e oligopólios). Sobre isso, pensou Florestan Fernandes:

É na década de 1950 que se pode localizar a segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica propriamente irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo daí em diante, como um dos seus polos dinâmicos na periferia.<sup>112</sup>

O sociólogo paulista apontou dois movimentos geradores da “irrupção do capitalismo monopolista” no Brasil: um externo e outro interno. De fora, montava-se o movimento de convergência da economia brasileira ao sistema monopolista dependente, “a disposição das economias centrais e da comunidade internacionais de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo”, fenômeno que visava “implantar dentro do país o esquema de organização e crescimento

<sup>109</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo, SP: Boitempo, 2003. p. 58.

<sup>110</sup>Idem.

<sup>111</sup>Públicas por terem sido organizadas no aparelho de Estado e privado não em oposição ao público, mas por serem formadas a partir de adesões voluntárias.

<sup>112</sup>FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Globo. p. 299.

econômicos intrínsecos à grande corporação”. Fenômenos que, segundo Fernandes, interferem diretamente “na ‘decisão interna’ de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos, de economia competitiva dependente e subdesenvolvida”.<sup>113</sup>

A macro transformação socioeconômica refletida por Fernandes, pensamos, insidia sobre desarrumação do poder local, em especial, a partir do avanço da estrutura capitalista, com a mercadoria a reproduzir sua lógica nas diversas dimensões da vida humana. Esses dois acontecimentos afligiam, de diferentes modos, o coronel *João Farinha* e o polemista *Tom Palanque*. O primeiro, enquanto suspirava pela ruína da velha ordem, reunia seus escombros tentando reconstruí-la, para adaptá-la ao novo mundo que emergia. O segundo desejava a mudança, o estilhaçar das correntes que prendiam os trabalhadores aos donos da terra. Quem teria seu desejo realizado? O rico coronel branco ou pobre sucateiro negro? Um desfecho sem supressas viria, como lembrou Muniz Sodré, na Feira, os vitoriosos “são os mandões de sempre, os velhos udenistas, pessedistas, fosse lá que fossem, mas sempre velhos”.<sup>114</sup>

O que os “mandões de sempre” fizeram para continuar no poder? No final da década de 1930, por exemplo, dois “velhos” coronéis, Arnold Silva e João Martins da Silva, mais um “velho” comerciante, João Marinho Falcão, fundaram a Companhia de Carnes Verdes da Bahia. O empreendimento de porte estadual tinha sede em Salvador e vasto patrimônio, segundo um dos seus herdeiros, que contava “com cerca de 200 açougues e muitas fazendas na zona sertaneja e outras regiões por onde passavam e descansavam as boiadas gordas, que vinham para o abate na capital”. Além do corte do bovino, a Cia de Carnes Verdes explorava diversos subprodutos, beneficiados ou não, do gado: couro, banha, sebo, farinha de carne, uma verdadeira indústria do boi.<sup>115</sup>

Os fenômenos sociais que atingiam a Boca do Sertão, pensamos, não estavam isolados do que acontecia no Brasil, por isso fazemos um breve intervalo para comparar, Feira de Santana de meados do século XX e Campinas dos fins do XIX. Sobre esta última, Sérgio Buarque de Holanda observou que o desenvolvimento da linha férrea e da grande lavoura, ampliada pelas novas redes de comunicação, intensificaram a desigualdade nas relações entre campo e cidade, fenômeno que legou, a esta última, ares de centro econômico e de poder. Para Holanda, “simplificando-se a produção, aumentou, por conseguinte, a necessidade do recurso aos centros urbanos distribuidores de mantimentos, que outrora se criavam no próprio

---

<sup>113</sup>Idem, p. 301-2.

<sup>114</sup>SODRÉ, Muniz. *O bicho que chegou a feira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. p. 146.

<sup>115</sup>FALCÃO, João. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax, 1993. p. 68.

lugar”.<sup>116</sup> A grande lavoura adentrando o interior era uma marca da industrialização brasileira, processo que criava novos núcleos urbanos e empurrava a produção de alimentos para territórios cada vez mais distantes das grandes cidades. Afirmou, ainda, o autor:

O fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo citadino, mais do que rural. É um indivíduo para quem a prosperidade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio. As receitas de bem produzir não se herdaram pela tradição e pelo convívio, através de gerações sucessivas, com as terras de plantio, mas são apreendidas, por vezes nas escolas e nos livros.<sup>117</sup>

Segundo Holanda, o resultado desse processo “é que o domínio agrário deixa, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial”.<sup>118</sup> Consideramos as distâncias físicas e temporais entre as regiões, e não nos parece absurdo buscarmos semelhanças no processo experimentado na Campinas de Sérgio Buarque de Holanda, com o vivenciado na Feira de Juarez Bahia. Por exemplo: a “fazenda sem limite”, expressão do modelo industrial de produzir o boi, exigia procedimentos técnicos simplificados, economia de gestos e métodos. Dispensava, também, trabalhadores especializados, saberes que antes eram indispensáveis para cultura bovina se perdiam. Era a ascensão de um tempo e queda de outro. Um dos símbolos disso tudo era a casa da fazenda, que, como afirmava o cronista e político Ruy Santos, passou de centro de poder à “casa de veraneio, de passar tempo, de exibir riqueza”.<sup>119</sup>

Estrada Rio-Bahia, Currais Modelo, Cia de Carnes Verdes da Bahia, fidalgos vestidos de empresário, coronéis respondendo quando chamados de doutor. A “fazenda sem limites” encontrava a cidade, que se fazia centro do poder, fenômeno que executava um golpe de misericórdia na chamada “sociedade do pastoreio”. Com as mutações sociais que rasgavam a Feira – dispensavam-se vaqueiros, aprimoravam-se rebanhos, desenvolviam-se tecnologias para atrair investidores de fora, fabricava-se a cidade, alargando as ruas e destelhando os velhos solares das fazendas – o intelectual da fidalguia feirense chorava em lamentações: “o boi já não tem mais biografia”.<sup>120</sup> O aboio abafado pelo roncar dos caminhões boiadeiros.

<sup>116</sup>HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 175.

<sup>117</sup>Idem.

<sup>118</sup>Idem.

<sup>119</sup>SANTOS, Ruy Feira de Santana, grande porta do sertão baiano. *Conferências antológicas*. Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos, 2011, p. 33.

<sup>120</sup>Referência ao escritor feirense Eurico Alves, sobre sua obra, ver: SOARES, Valter Guimaraes. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador, Ba, Feira de Santana, Ba, 2009. p. 157; e o Capítulo 5 de OLIVEIRA, Clovis F. R. M. *Canções da cidade amanhecendo*: urbanização, memórias urbanas e

Sem tropas e comitivas, só os Mercedes a estradar o sertão, sacolejando estrume, adubando os caminhos para uma nova forma de produzir, ver e viver o mundo.

### 1.5 – Sob o ditame da ordem: recomposições políticas

Rio de Janeiro, outubro de 1945. Com o “Estado Novo” em vias de esgotamento – fim da censura, anistia política e organização de novos partidos – Vargas era deposto e as eleições presidenciais, marcadas para dezembro do mesmo ano. As notícias da capital federal suscitavam grandes expectativas sobre o futuro da política municipal, provocavam ânsia e sanha nos poderosos da Feira, afinal, quem comandaria a cidade nos tempos vindouros? Se voltarmos a abril de 1945, na “boca da noite” acontecia em Feira de Santana um comício:

Em regozijo pela democracia a mocidade estudantil da nossa cidade, fez realizar no dia 19 do decorrente mês um grande comício democrático, na Praça Fróes da Mota, onde aglomerava grande massa popular desde às 19 horas. Do coreto da praça acima referida pendiam distintos acusadores contra a ditadura fascista que em 37 *os salvadores magnânimos* quiseram impor à nacionalidade. As orações: Às 20 horas, mais ou menos, deu-se início as orações, com leitura, pelo Sr. Cleto Carvalho, de uma mensagem do Sr. Arnold Silva, transmitindo ao povo de sua terra o seu pensamento sobre o fato histórico que foi a anistia. Falou em seguida, a estudante Dolores Silva, em discurso equilibrado e impetuoso. Usaram as palavras depois, o bel. Vicente dos Reis, o Sr. Cleto Carvalho, o jornalista José Bahia, o advogado Humberto de Alencar, o escritor Clóvis Amorim, o industrial democrata progressista Agnaldo Boaventura e o Sr. Aloísio Melo.<sup>121</sup>

Pelo Brasil os comícios em favor da Anistia Política multiplicavam-se. Eventos que além de esbravejar o fim da ditadura, anunciavam o retorno das eleições diretas para presidente. Mesmo sem data definida e sem candidatos oficiais, o clima de campanha esquentava o cotidiano político do país. Dos palanques, erguidos para entrincheirar a causa dos presos e exilados, ouviam-se as rugas entre os partidários do Brigadeiro e os quemistas de Getúlio, calava-se sobre a atroz perseguição política impetrada pelo “Estado Novo”.<sup>122</sup>

Do “grande comício feirense”, primeiro, há de se perguntar sobre o significado do local de seu acontecimento: o coreto da Praça Fróes da Mota. A área destinada à assembleia em favor da Anistia coincidia com o endereço da residência do Interventor Municipal, o

---

silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. 2011. 298f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2011. p. 207-249.

<sup>121</sup>“O grande comício do dia 19”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 abr. 1945. p. 04. (MCS/CENEF).

<sup>122</sup>SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 13. ed São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 85.

coronel Eduardo Fróes da Mota. O tal coreto ficava defronte à fachada do palacete da família Fróes da Mota. Seria um fato corriqueiro se o evento não fosse realizado por adversários do governante e se seus assuntos e palavras de ordem não afrontassem o alcaide.

Um momento para o exercício de imaginação, de possibilidade histórica. Pensemos no Interventor, após um nutrido jantar, na sala anterior da mansão, sentado na poltrona predileta, aquela estrategicamente posicionada defronte aos janelões de madeira de lei, a uma distância que lhe permitisse ver, de dentro para fora, o centro da praça, as árvores, o púlpito, os pilares, a abóboda do coreto – conjunto formador do grande monumento à sua linhagem. O herdeiro Fróes da Mota veria, naquele 19 de abril, uma imagem indigesta: os dedos em riste dos opositores quase adentrando os buracos do seu nariz. O que o ele faria?

Por pouco essa resposta não estampou em letras vermelhas a primeira página do *Folha do Norte*. No mesmo dia da tal assembleia, Eduardo Fróes da Mota, encontrava-se, conjuntamente com seus correligionários, em visita política aos distritos de Feira de Santana. Itinerário composto por comícios, inaugurações de obras, almoços e jantares, eventos que faziam parte das comemorações do aniversário de Getúlio Vargas na cidade. Mais detalhes da agenda do interventor.<sup>123</sup>

O que percebemos é erguiam-se novos palanques em Feira de Santana. O *Folha do Norte*, sempre atento aos acontecimentos da política, mostrava, em notícias, as características dos grupos que disputariam doravante a direção política municipal. Entre eles, dois se destacavam: os que participavam do “Estado Novo” e apoiavam Vargas e os que se opunham ao agonizante regime e seu presidente. Essas discordâncias indicam a não homogeneidade, ao menos na orientação política, da classe dominante na cidade.

Para melhor compreender essas diferenças, corremos os olhos numa carta de Arnold Silva. É preciso dizer que não foi difícil encontrá-la, não estava trancada num pequeno baú de madeira, guardada numa velha pasta de couro ou escondida em misterioso fundo falso de gaveta, tão comuns nas antigas escrivatinhas. Seu endereçamento não era pessoal, nem seu conteúdo íntimo. A carta era aberta, destinada aos sabores dos ventos, quanto mais olhos e ouvidos atingissem, mais perto ela chegaria das intenções do punho que escreveu. Além de publicada integralmente na primeira página do jornal *Folha do Norte*, foi lida em voz alta pelo escritor Clovis Amorim do alto do coreto, palanque improvisado por ocasião de uma assembleia pública. A primeira parte da missiva dizia:

---

<sup>123</sup>“As comemorações em homenagem ao aniversário do Presidente Vargas”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 abr.1945. p. 02. (MCS/CENEF).



A anistia, que se aclama e festeja desde ontem, não é apenas a confraternização da família brasileira. É também a mais recente das capitulações da ditadura agonizante. Outras capitulações indispensáveis não de vir, assim a consciência nacional permaneça vigilante e incorruptível e não interrompa o seu clamor pela redemocratização. Teremos, então, por força de um diploma oriundo da vontade popular, de um desses diplomas que honraram os povos emancipados – não por clemência, bondade ou favor de usurpadores indulgentes – teremos, então, por direito e não por mercê, imprensa livre, palavra livre e voto livre.<sup>124</sup>

Destacamos, da carta, que o tom de comemoração ao informar as “capitulações” da “ditadura agonizante” é revelador da oposição de Arnold Silva ao “Estado Novo”. Segue a isso um emblemático enunciado: “que a consciência nacional permaneça vigilante e incorruptível” (palavras utilizadas pelo autor para conclamar os feirenses, especialmente seus correligionários, ao combate à política estado novista). A escrita proposital da expressão “vigilante e incorruptível” vinculava seu discurso à recém-nascida União Democrática Nacional (UDN), que se propalava “partido da eterna viglância”, da “moralização política” e do “combate a corrupção”.<sup>125</sup>

No fragmento discursivo, Arnold Silva, descreveu a democracia como valor e bem universal “de diploma oriundo da vontade popular”, decorrente da necessidade de “povos emancipados” que, segundo ele, “não por clemência, bondade ou favor de usurpadores indulgentes” construiriam a democracia. Parece que naquele momento o “velho senhor Silva” admitia o “povo” como principal sujeito político da democracia. Todavia, não seria qualquer “povo” a comandar tal regime. Não aparenta que Silva desejasse a multidão como protagonista político. Nas linhas de seu discurso emergia o ideal que a democracia deveria ser constituída a partir de “diploma oriundo da vontade popular”, num regime de representatividade política aos modos dos povos já “emancipados”, alusão à democracia norte-americana, imagem comum entre os udenistas.

Nas páginas do jornal Folha do Norte um telegrama de Arnold Silva chamou atenção. Com ele, o político feirense marcou sua posição no tabuleiro da política baiana, deixou claro seu alinhamento às forças contrárias ao regime estadonovista e sua proximidade aos outrora

<sup>124</sup>“O momento político”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 abr.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>125</sup>Elementos agregadores do discurso da UDN: negação da experiência ditatorial do Estado Novo como forma de governo; a significação da democracia liberal enquanto valor universal, descrevendo-a como antagônica ao regime Getulista; a representação do “povo” como sujeito político, a partir da noção de cidadão/eleitor; o discurso de moralização da conduta pública e da vida privada. Sobre isso, ver: BENEVIDES, Maria V. de M. *UDN e udenismo: ambiguidades no liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 149-159.

Autonomistas, engrossados por Juracy Magalhães e iluminados pela “chama da eterna e vigilante”.<sup>126</sup> Na mensagem, assim escreveu o político feirense:

Acabado de ouvir, com surpresa, pela celeberrima hora do Brasil, a notícia, procedente da Bahia, de que “o ex-deputado Arnold Silva, desligando-se do antigo PSD, manifestou ao prefeito de Feira de Santana solidariedade à candidatura do general Dutra para presidente da República” pedia se fizesse desmentir inominável perfídia. Continua fiel à orientação do grande líder democrático Juraci Magalhães e integrado no apoio à candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>127</sup>

Telegrama e rádio, signos da rapidez e da eficiência, conceitos que tomavam de assalto o mundo do pós-Segunda Guerra. Fragmentava-se o tempo, as distâncias, os homens. O chefe político, doravante, poderia comandar de longe. Na ocasião, Arnold Silva estava na capital federal a acompanhar os desdobramentos da política nacional, quando ouvira no rádio uma notícia que envolvia seu nome. Julgando o informe como detração e farsa, Silva contratacou, seguiu para os *Correios* e de lá remeteu um telegrama aos seus conterrâneos e correligionários, esclarecendo sua posição política. Assim, rapidamente, desmentiu o que antes demoraria dias para se desatar e reafirmou seu alinhamento ao grupo que apoiava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Dois meses após o episódio do telegrama, Silva retornava à Feira de Santana para, então, junto aos seus, concentrar energias na campanha presidencial do Brigadeiro.

A derrocada do “Estado Novo” animou intrigas no interior da classe dominante em Feira. As tensões entre sujeitos e grupos que ocupavam os mesmos lugares na produção alimentaram a constituição de duas unidades de força, cada uma com seus elementos identitários, visões de mundo e projetos de poder (alguns semelhantes outros distantes). A partir desses dois grupos, um em torno de Arnold Ferreira da Silva e outro ao redor de Eduardo Fróes da Motta, estruturaram-se os diretórios locais dos partidos políticos, definiram-se as primeiras alianças políticas municipais e as primeiras estratégias eleitorais.

Nos interrogamos sobre as dissonâncias nas orientações políticas dos dominantes, o que determinou diferentes escolhas políticas entre sujeito e grupo de origem econômica semelhante? Pierre Bourdieu reflete essa questão, considerando as relações entre condição de classe e posição de classe numa dada estrutura social:

<sup>126</sup>A tocha azul acessa era o símbolo da UDN.

<sup>127</sup>O momento político”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 abr.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição em estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independente de propriedades intrínsecas como, por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condição de existência.<sup>128</sup>

O sociólogo argelino considera que “a mediação entre sujeito e grupos sociais” extrapola a “dicotomia entre internalidade e externalidade” de uma determinada classe. Ainda, que as práticas e representações desses sujeitos e grupos não seriam resultados unicamente do seu lugar na estrutura social, seriam, também, formadas a partir das situações experimentadas dentro dessa estrutura (*propriedade de posição*), em especial as relações que desenvolvem com as outras classes.<sup>129</sup> Bourdieu argumenta que as decisões políticas dos sujeitos e grupos da classe dominante não derivavam somente da sua posição na produção, sendo determinadas, também, pelo complexo de relações sociais estabelecidas no conjunto da sociedade.

Voltando aos momentos finais do “Estado Novo”, no dia 28 de maio de 1945 foi publicado o Decreto-Lei 7.586/45, apelidado de Lei Agamenon Magalhaes, em homenagem ao seu principal costureiro, o pernambucano de Serra Talhada, Agamenon Sérgio de Godói Magalhães, então Ministro da Justiça do “Estado Novo” e homem de confiança de Vargas. O decreto reorganizava a Justiça Eleitoral, dava providências e provimentos aos órgãos e procedimentos necessários para o retorno das eleições. A Lei Agamenon Magalhães instaurou, também, algumas novidades na política brasileira, por exemplo, intuiu o voto direto/secreto e estruturou os partidos políticos em bases nacionais, diferente das experiências anteriores, com partidos organizados a partir dos estados.<sup>130</sup>

As eleições presidenciais se aproximavam e as campanhas adentravam os sertões do Brasil. Em Feira, a fração oposicionista, organizada com ajuda de Juracy Magalhães em torno de Arnold Silva, fundou a secção feirense da União Democrática Nacional (UDN). Os governistas, organizados municipalmente por Eduardo Fróes da Mota, montaram o Partido Social Democrático (PSD) municipal. Uma terceira via se organizava com atraso, mas com força, era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), amálgama de patrões como Aginaldo Boaventura e Hamilton Cohim e trabalhadores como Claudemiro Suzart e Mário Ferro Velho.

O páreo presidencial foi noticiado pelo Folha do Norte. Das 52 edições em circulação no ano de 1945, quase metade tratava do processo eleitoral. No semanário, de propriedade do

<sup>128</sup>BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo. Perspectiva, 1987. p. 03.

<sup>129</sup>FONTES, Virgínia e MENDONÇA, Sônia Regina de. “História e teoria política” em CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 65.

<sup>130</sup>GOMES, Ângela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2005. p. 279-81.

udenista Arnold Silva, a pauta e o tratamento das informações eram absolutamente contrários ao “Estado Novo”. Nesse sentido, o PSD local tornou-se alvo prioritário, escopo de boa parte das incursões negativas do jornal. Percebemos que o *Folha* se transformava, notadamente durante as campanhas eleitorais, em órgão de propaganda da UDN.

No periódico acompanhamos a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes em Feira de Santana. Em 02 de junho, o *Folha do Norte* noticiou a instalação da UDN na Bahia, destacando o papel decisivo de Octavio Mangabeira e Juracy Magalhães para organização do partido.<sup>131</sup> Em a “A honra do Brasil lampeja em nossos escudos”, o jornal feirense transcreveu na íntegra um discurso do Brigadeiro. Nesta fala, as noções “ordem social e moralidade política”, “combate contra corrupção” e “nova ordem política” apareciam com recorrência – mais tarde esses conceitos foram amplamente utilizados por Arnold Silva e a UDN de Feira quando em campanhas políticas ou em ataques aos adversários locais.<sup>132</sup>

“Nossa causa é invencível”, *slogan* estampado no alto da primeira página da edição de 1º de setembro de 1945. Logo abaixo do vaticínio, leiam-se diversas reportagens das campanhas da UDN. A mais relevante destacava as palavras de Juracy Magalhães: “volto hoje à Bahia com uma perfeita compreensão dos meus deveres com a causa da democracia do Brasil. Não trago amarguras, não alimento e nem trarei dissensões antigas”.<sup>133</sup> De fato, relevou antigas contendas políticas, Magalhães, quando Interventor Estadual, anos 1930, enfrentou a campanha “Bahia para os baianos”, movida pela Concentração Autonomista Baiana, grupo de Octavio Mangabeira, Aliomar Baleeiro, Rafael Cincorá, que em 1945 tornaram-se seus aliados na UDN.<sup>134</sup>

Em 08 de setembro, Juracy Magalhães e Jaime Aires partiram de Salvador, passaram por Feira de Santana e aportaram em Serrinha. Lá inauguraram o comitê municipal da UDN em meio a uma receptiva festa organizada pelos correligionários locais.<sup>135</sup> Nesse ínterim, o “coronel cearense” ajudou a organizar o Comitê Feirense pró-Eduardo Gomes, encabeçado

<sup>131</sup>“Entra em atividade a União Democrática Nacional” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 02 jun.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>132</sup>“A honra do Brasil lampeja em nossos escudos”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 jun.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>133</sup>“Juracy Magalhães ao povo da Bahia”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 01 set. 1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>134</sup>Sobre a Concentração Baiana Autonomista, ver: capítulo 2, “O Autonomismo Baiano”, em SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, EDUFBA, 2000. p. 31-8.

<sup>135</sup>“Instalado festivamente comitê da UDN em Serrinha”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 08 set.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

por Arnold Silva, João Mendes da Costa Filha, João Torres Ferreira, Áureo Filho, sediado na Rua Conselheiro Franco, nº 48, logradouro movimentado e bem-posto no centro da cidade.<sup>136</sup>

No Folha do Norte de 13 de outubro, o Comitê lançou um manifesto dirigido ao “povo feirense”, solicitava-lhe apoio irrestrito nas eleições. No texto pediam votos, prometiam melhoramentos para cidade, criticavam os adversários.<sup>137</sup> Em 17 de novembro, os “brigaderistas” convocavam todos os feirenses para na “Praça Sant’Ana participar do grande comício da UDN na cidade”<sup>138</sup>, para atrair o público anunciaram Juraci Magalhães e Octavio Mangabeira como convidados especiais. Seria o primeiro grande evento político-eleitoral organizado pela UDN de Feira e, na composição do palanque, observamos as articulações estabelecidas pelos udenistas locais com figuras da política estadual e nacional.

No evento discursaram: Arnold Silva, Áureo Filho, João Mendes Filho, Clovis Amorim, Raimundo Oliveira – por Feira de Santana; Jaime Aires e Nestor Duarte – pela “Bahia”. Juraci Magalhães e Octavio Mangabeira não apareceram, mas enviaram suas falas, lidas durante o ato. As palavras de ordem consonavam: moralidade na vida pública, democracia e liberalismo político. O fechamento da carta de Mangabeira sintetizava retórica udenista, dizia “para a fundação, no Brasil, da nova democracia que há de surgir militante das cinzas do Estado Novo, como da estrumeira nascem as árvores que darão flores e frutos – a democracia do povo, a democracia pelo povo, a democracia para o povo”.<sup>139</sup>

Depois da retórica-democrata de Magalhães e Mangabeira, lembramos uma reflexão de Marcelo Badaró: “(...) a cada conquista na direção do sufrágio universal e da elegibilidade ampliada, as classes dominantes impunham limitações diretas ao exercício do poder político decorrente de tais conquistas”.<sup>140</sup> Os poderosos, ao longo do tempo e dos conflitos políticos, se apropriaram das noções de eleições e democracia, defendidas pelos trabalhadores, transformando a força emancipadora desses signos em práticas e representações perpetuadoras da ordem vigente. Eleições e democracia, dentro do capitalismo, reproduzem as desigualdades sociais, tornando-se elementos da ordem social burguesa, estratégia de dominação dessa classe sobre as demais.

<sup>136</sup>“Instalado o Comitê Feirense pró-Eduardo Gomes”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 06 out.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>137</sup>“Manifesto do Comitê Feirense pró-Eduardo Gomes”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 13 out.1945. p.01. (MCS/CENEF).

<sup>138</sup>“O comício de amanhã”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 17 nov.1945, p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>139</sup>“Mensagem de Octávio Mangabeira ao povo feirense”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 24 nov.1945. p.01. (MCS/CENEF).

<sup>140</sup>BADARÓ, Marcelo Mattos. O significado das eleições no Brasil de hoje. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, Vol. 4, Nº 1, 171-184p, julho de 2010, p. 171. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1867>> Acesso em: 21 mar. 2014.

A derrocada do “Estado Novo” e a emergência eleitoral – travestida de democracia burguesa e expressada na eleição presidencial de 1945 – metaforizaram a efervescência de um Brasil que mudava. Vivia-se a industrialização e a urbanização, com aperfeiçoamento e a interiorização dos meios de comunicação; se tornava mais veloz com novas máquinas, rotas, rodovias; e ampliava os domínios do Estado com a criação de legislações para a educação e para o trabalho, com a nomeação de agentes e criação de agências de planejamento, fomento e implantação de políticas públicas. Mudava-se variados elementos e instituições da economia, da sociedade e da política, conservava-se a ordem social.

## CAPÍTULO 2 – GENTES E GESTOS DO PODER

Aqui analisamos a situação política de Feira de Santana a partir das ações e reações dos sujeitos e grupos da classe dominante em meio à queda do “Estado Novo” e a ascensão do jogo eleitoral. No horizonte dessa vista, um norte: a política mirada como relação social de poder, como conjunto de enredos que extrapola as coisas, gentes, lugares, procedimentos e ritos das instituições que formam o aparelho de Estado. Como nexos imiscuídos aos mais variados aspectos da vida humana, a política impele suas delicadezas e rudezas à sociedade como um todo. Para estudá-la, tentou-se manter um olho nas “gestas do rei”<sup>141</sup>, outro no “teatro da dominação”<sup>142</sup>, atentando-se para as relações entre a tessitura social (sujeitos, grupos, classes, conflitos) e a ossatura do Estado (instituições, agências, agentes).

Do diálogo entre a teoria política de Antonio Gramsci (as noções de Estado, hegemonia, relações de força, partido) com as reflexões de Michel de Certeau a respeito das tramas da cultura (cotidiano, relações de poder, estratégia e tática), fez-se um roteiro de estudo das práticas de empoderamento dos sujeitos e grupos da classe dominante em Feira de Santana. Nesse *script*, os protagonistas foram: as práticas e lugares de poder dos dominantes, suas organizações privadas, equipamentos e maquinarias de produção e operacionalização do poder capazes de enfrentar as transformações sociais, mudando o necessário na conjuntura para conservar a ordem de exploração do trabalho.

Examinamos, também, a organização do diretório local da União Democrática Nacional (UDN), com ênfase na sua composição social e quadro diretivo, nas suas articulações com lideranças estaduais e relações com os outros partidos da cidade, o Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A isso, somaram-se reflexões sobre o Rotary Clube Feirense, sua organização, composição, políticas sociais e ligações com o Estado; e sobre o Colégio Santanópolis, mirado como espaço de circulação de quadros da política feirense, de captação de verbas públicas e privatização da educação municipal.

---

<sup>141</sup>GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006. p. 11.

<sup>142</sup>THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50-62.

## 2.1 – *Moderno Príncipe Sertanejo*: política e partidos

O moderno príncipe, o mito-príncipe não poder ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode só um organismo; um elemento complexo de sociedade na qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação.<sup>143</sup>

Basta uma olhada nos escritos de Gramsci, em especial nos *Cadernos do Cárcere*,<sup>144</sup> para uma metáfora roubar a atenção: o partido político como *príncipe moderno*. A alegoria ressignifica a obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, à luz do marxismo e das questões do século XX. No livro de Maquiavel, o príncipe era descrito como uma figura mítica, que deveria ser impressa numa personalidade individual cujo dever seria organizar a vontade coletiva da fragmentada Itália (séculos XV e XVI) em torno da unificação, da formação do Estado Absoluto. Um soberano capaz de possuir a *virtú* e controlar a *fortuna*, o arquétipo do príncipe de Maquiavel.<sup>145</sup>

Gramsci observou, atento às formas de produção materiais e simbólicas da vida humana nas sociedades modernas, que o poder político tendia a extrapolar a personalidade individual, que somente identidades coletivas reuniriam condições de organizar a vontade em escala social, dizia que o príncipe “não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo”.<sup>146</sup> Um intelectual coletivo, “persuasor permanente”, organizador de vontades coletivas, um partido político, a face do *moderno príncipe*.

Os escritos do marxista sardo, embora limitados pelas condições do cativo, revelam-se densos e abrangentes. A concepção de *bloco histórico*, por exemplo, é uma das que saltam aos olhos dos estudiosos da política. Costurada para dar sentido teórico à relação superestrutura/infraestrutura, esta noção, preconiza a determinação histórica da política e alerta para necessidade de o historiador identificar as mediações, “justa relação”, nas palavras do autor, entre as regularidades (estruturas/permanências/instituições) e as peculiaridades (evento/rupturas/sujeito). De olho na *Introdução de 1857*<sup>147</sup> e no *Prefácio de 1859*<sup>148</sup>, textos basilares para economia-política marxiana, Gramsci apresenta dois princípios:

<sup>143</sup>GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*: vol.3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 16.

<sup>144</sup>Conjunto de escritos de Antonio Gramsci, marxista de origem sarda (região agrícola do sul da Itália), deputado e dirigente do partido Comunista Italiano, com a ascensão do fascismo foi preso por Mussolini. Nos dez anos de clausura produziu vasta obra, cerca de 29 cadernos escolares, sobre diversos temas. Para mais sobre a trajetória de Gramsci, ver: MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007. 301p.

<sup>145</sup>MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 04 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010. 197p.

<sup>146</sup>GRAMSCI, Antônio. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>147</sup>MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1856-1857. São Paulo. Boitempo, 2011. p. 37-61.

<sup>148</sup>MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-51.



1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja soluções ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e de se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.<sup>149</sup>

Nosso roteiro teórico-metodológico, apoiado nos escritos de Gramsci, começa com a radical historicização da política. Nesse sentido, primeiro, nos esforçamos em desnaturalizar os sujeitos, agentes e práticas de poder. Para isso, é imperativo dessacralizar o Estado e quaisquer outras instituições do poder, retirar suas mantas de neutralidade, de exterioridade, restituindo toda sua materialidade, recolocando-as, enquanto construções sócio históricas que são, dentro do conjunto das relações sociais.

O próximo passo, entender que entrelaçadas à situação política acham-se as classes sociais, que elas se constroem na luta por sua reprodução (nesse processo estabelecem as relações de antagonismo entre os que detêm os meios de produção da vida e os que têm apenas sua força de trabalho). No papel, uma classe representa um conjunto de sujeitos que ocupa o mesmo lugar na produção, entretanto, apesar das semelhanças que uma dada situação econômica pode oferecer a uma classe social, não há garantias que ela será homogênea. Endogenamente podem residir frações em momentos e graus distintos de consciência política:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante ainda não se sente solidário com o fabricante; [...] Um segundo momento é aquele que se atinge a consciência da solidariedade de interesses de todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. [...] Um terceiro momento é aquele que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que se assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera da superestrutura [...] <sup>150</sup>

O último momento corresponde ao desenvolvimento ético-político de determinado grupo social. Nele encontra-se um projeto político desenvolvido, ou em vias de desenvolvimento, um instante marcado pelo desejo de organizar e sistematizar os interesses do grupo a fim de torná-los universais. É o tempo em que “as ideologias geradas anteriormente transformam-se em partido”, intelectuais coletivos que se ocupam das

---

<sup>149</sup>GRAMSCI, Antônio. *Op. cit.*, p. 36

<sup>150</sup>Idem, p. 41.

“questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo fundamental sobre uma série de grupos subordinados”. Atingindo tal ponto de desenvolvimento político, o grupo social, quando dominante, possui a capacidade de organizar e operar tecnologias de poder cada vez mais eficientes, tendo competência para tornar-se, além de dominante, dirigente.<sup>151</sup>

Em Feira de Santana, o grupo social que detinha o monopólio dos meios de produção materiais e simbólicos, classe dominante, aperfeiçoava suas formas de poder. Maturava-se cotidianamente, movia-se para ultrapassar os limites do econômico-corporativos. Buscamos evidências desse processo nas políticas públicas, encontramos algumas. A primeira, articulada por Eduardo Fróes da Mota, quando prefeito nomeado em 1945, regulamentava o preço de gêneros alimentícios no mercado municipal<sup>152</sup>. A segunda instituía multa para os comerciantes que abrissem seus estabelecimentos nos domingos e feirados.<sup>153</sup> As interpretamos com indício do confronto do grupo dirigente com os interesses imediatos de comerciantes e produtores de gêneros alimentícios, fração que o próprio prefeito fazia parte. Lembramos que as políticas de controle do preço da cesta básica e da extensão da jornada de trabalho eram, com frequência, utilizadas por Getúlio Vargas, foram pilares na construção de sua autoimagem de “pai dos pobres”. Talvez, daí, tenha surgido a inspiração ou orientação do prefeito Fróes da Mota, na ocasião seguidor daquele presidente.

A terceira: políticas públicas para questão da moradia. No período pesquisado, elas começaram através de um Decreto Municipal, publicado em 17 de fevereiro de 1945. Nele, a Prefeitura destinava fundos da reserva pública para a Cooperativa Imobiliária dos Pobres. A própria *Cooperativa* assegurou que tal verba à ajudou “a adquirir mais de 09 casas”.<sup>154</sup> Um detalhe, a família do então prefeito, Eduardo Fróes da Mota, possuía inúmeras casas de aluguel, era um dos maiores senhorios da cidade instituindo políticas habitacionais.<sup>155</sup> Anos depois, 1950, o Estado, com outra direção, prosseguia com tal prática:

Desempenhando-se de um dos seus compromissos para com o povo que o elegeu, o Sr. Aguinaldo Soares Boaventura, operoso prefeito municipal,

<sup>151</sup>Idem, p. 41-2.

<sup>152</sup>“Governo Municipal: Decreto 222 de 05 de dezembro de 1945”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 20 jan.1945, p. 02. (Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses - MCS/CENEF).

<sup>153</sup>“Governo Municipal: Aviso aos Comerciantes”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 12 maio 1945, p. 02. (MCS/CENEF).

<sup>154</sup>“De pobre para pobre” *Folha do Norte*, Feira de Santana 20 abr.1945. p. 04. (MCS/CENEF)

<sup>155</sup>Sobre as posses da família Fróes da Mota, ver: REIS, Wagner A. *Agostinho Fróes da Mota: trajetória e conquistas de “um homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)*. 2012. 2019 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012. p. 88-132.

resolveu aforar a pessoas que não possuam propriedade urbana, duzentos lotes de terreno, entre Nagé e Baraúnas. Ninguém poderá aforar mais de um lote e nem poderá fazer sem documentar seu estado de pobreza. Dada a crise de habitações que pesa sobre a cidade, todo o louvor merece tão acertada providência.<sup>156</sup>

Através do escrito percebemos que setores da classe dominantes, através da prefeitura, pretendiam ultrapassar as ambiências do centro, estendendo seus “operosos tentáculos” sobre o subúrbio. Os aforamentos podem ser lidos como estratégia de controle social e como política para baratear o custo da força de trabalho. Lembramos que a moradia é dos fatores mais caros para reprodução da vida do trabalhador, ao doar lotes para construção de casas, residências em grande medida erguidas em cooperativas e mutirões comunitários, o Estado alimenta a acumulação capitalista. Francisco de Oliveira rememora que:

[...] a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução. Isso não é um argumento só teórico. É um argumento que se encontra e se ancora na prática com a qual se fazem os inquéritos e as pesquisas sobre o custo de vida. Nas pesquisas sobre custo de vida, hoje bastante amplas (naquele tempo já eram suficientemente sofisticadas, feitas em diversos níveis e graus de abrangência diferentes), o item *habitação* quase desaparece. Isso vai se refletir diretamente na avaliação do custo de sobrevivência. É assim que a lei define: salário mínimo é a cesta de bens necessária para a reprodução de uma família clássica, de tipo nuclear. Quando os governos, para orientar a política econômica, calculam o salário mínimo, o custo da habitação desaparece e influencia na fixação do valor. É isso que tem o efeito de rebaixar o salário.

Não diferente, analisamos a política habitacional, além de constante na reprodução da força de trabalho, como parte de uma estratégia que planejava delimitar e instituir regiões/lugares dentro da cidade. Seria a criação de unidades de controle social. Lembramos, os duzentos lotes, situados entre *Nagé* e *Baraúnas*, deveriam ser distribuídos aos que comprovassem estado de pobreza (como isso era calculado, não sabemos). Assim, os dominantes intencionavam construir lugares (regiões) específicos para determinada classe social – aos trabalhadores coube subúrbio e aos patrões, o centro.<sup>157</sup>

Entre as práticas de controle social na História, a instituição de regiões apareceu com frequência. Michel Foucault falava que “pode-se apreender o processo pelo qual o saber

<sup>156</sup>“Governo do Município”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 25 mar.1950, p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>157</sup>Quando escrevemos “aos trabalhadores coube subúrbio e aos patrões, o centro”, não se trata de uma metáfora. Evidenciamos o local (áreas distantes do centro) dos 200 lotes aforados para os trabalhadores. Já para os patrões foram disponibilizados 76 lotes no centro da cidade, ver: p. 132-3 deste trabalho.

funciona como um poder” a partir de seus efeitos num dado espaço, numa “*região*, de domínio, de transferência”.<sup>158</sup> Nesse sentido, Albuquerque Jr. desconstruiu o arquivo mental, nordeste, denunciando que noção de região “antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar)”.<sup>159</sup> A região, nesse sentido, não é algo dado, natural e permanente, ao contrário, é um constructo histórico, permeado de sentidos, de relações de poder, de conflitos sociais.

Ao seu turno, Michel de Certeau pensava o controle social atento a produção e ao consumo de *lugares* e *espaços*, refletia: “um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”, notadamente “uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.<sup>160</sup> Diferente do *espaço*, que “é um *lugar* praticado”. Assim, o *lugar* é a instituição das disposições (o corpo que habita a razão do discurso, os domínios da estratégia) e o *espaço* é o movimento/consumo, consonante ou dissonante, do *lugar* (a apropriação e ressignificação do discurso, o reino da tática).<sup>161</sup> A fabricações de *regiões/lugares* configuram-se como elementos ordenadores, como *script* para disposições físicas e sensíveis das práticas em determinado corpo social.

As políticas habitacionais implicavam, o planejamento das ações (série de cálculos políticos), a produção do espaço (instituir um tipo de organização social), a formatação de um discurso de divisão (legitimar a delimitação dos lugares). Processos que exigem racionalidade, poder, espacialização e organicidade, elementos que indicam o rompimento do “círculo corporativo”, império dos interesses “meramente econômicos” de uma classe (nesse caso a dominante, única capaz de acumular tamanha força) evidenciando sua partida para uma “fase mais estritamente política, que se assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera da superestrutura”.<sup>162</sup> Na busca das expressões políticas dessa classe, da sua personalidade coletiva, partimos para o estudo de seus lugares de poder: partidos, associações, escola, jornais. A partir das organizações visualizamos os elementos identitários, as diferenças internas, as estratégias dos dominantes em Feira de Santana.

## 2.1 – No sertão, um “pedaço de chão limpo”: a UDN de Feira.

[...] a UDN foi “conservadora tradicional” no meio rural e “conservadora liberal” nos meios urbanos [...] se apresentava como “o partido do lenço

<sup>158</sup> Ver: “Sobre a geografia”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. 251.

<sup>159</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 36.

<sup>160</sup> CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 187.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, p. 41.

branco”, o “partido dos homens de bem”, “o partido da ordem” e o “pedaço de chão limpo”.<sup>163</sup>

Estudar um partido político é interpretá-lo como expressão da vontade coletiva de um determinado grupo social, como ponta de lança nas disputas da direção política, intelectual e moral do próprio grupo e da sociedade como um todo. A União Democrática Nacional de Feira de Santana (UDN de Feira) não foi diferente, seus organizadores se queriam consciência da cidade: disputaram intensamente a ossatura do Estado; esforçaram-se em tatuar suas visões de mundo em cada palmo da tessitura social da urbe; construíram relações com outros sujeitos e grupos políticos além dos limites do local; defenderam, na cidade, demandas do capitalismo e pautas do liberalismo. A análise da UDN de Feira não se restringe ao exame das práticas e representações de grupo de políticos locais, foge aos limites do município, chega ao conjunto social do Brasil daqueles anos.

A UDN oficializou-se partido político em 07 de abril de 1945. Começou como movimento de oposição ao “Estado Novo”, preparou a terra, com ideário liberal, semeou-a, germinou no crescimento da classe média urbana, floresceu no combate ao getulismo, frutificou projetos políticos, a luta anticomunista, a participação nas articulações do golpe civil-militar de 1964. Um ano depois, pelo machado do AI-2 foi cortada, pereceu como legenda, mas permaneceu dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).<sup>164</sup>

Em Feira de Santana, a UDN foi organizada nos meses finais do “Estado Novo”, durante a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência em 1945. O dia exato da fundação perdeu-se no tempo, junto com suas atas e documentos internos, todavia, a partir dos jornais que acompanhavam a política feirense, pode-se arriscar que a “eterna vigilância” chegou no município entre 03 de setembro, quando uma comitiva chefiada por Juracy Magalhães inaugurou “festivamente o diretório da UDN em Serrinha”<sup>165</sup> e o dia 06 de outubro, quando o Comitê Feirense pró-Eduardo Gomes já funcionava a pleno vapor.<sup>166</sup>

Miramos a UDN de Feira através de algumas fontes, as principais eram: as Atas da Câmara de Vereadores e o Folha do Norte. Nas *Atas*, cerca de 10 livros, com centenas de páginas, constam falas, moções, debates e projetos de lei dos vereadores udenistas, evidências

<sup>163</sup>BENEVIDES, Maria V. de M. *UDN e udenismo: ambiguidades no liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 212.

<sup>164</sup>MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 76-90p.

<sup>165</sup>“Coronel Juracy Magalhães: instalado festivamente o diretório da UDN em Serrinha”. *Folha do Norte*, Folha do Norte, 08 set.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>166</sup>“Instalado o Comitê Feirense Pró Eduardo Gomes”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 06 out.1945, p. 01. (MCS/CENEF).

para a visada das suas posturas políticas e ligações sociais. No *Folha* – jornal que lhe serviu de pulmão, porta-voz, veículo de propaganda – indícios do projeto e ações políticas do grupo (são inúmeros artigos, colunas, discursos, campanhas, convocatórias e resenhas dos eventos da legenda na cidade, em Salvador, na Capital Federal).

Para recompor os caminhos da UDN de Feira, esquivando-se dos relatos laudatórios, recorreremos à noção de trajetória. Pierre Bourdieu definiu-a como “uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações”.<sup>167</sup> Ou seja, a trajetória histórica não é linear, ao contrário, se faz permeada por contingências, oportunidades, vicissitudes, sem os intervalos teleológicos e sucessões causais – da “ilusão de uma biografia linear”.<sup>168</sup> Pensar nesses termos afasta-nos das tais obsessões das origens, do fatalismo histórico, dos “fantasmas do passado”, que tanto Marc Bloch alertava para exorcizarmos.<sup>169</sup>

Primeiro passo para composição da *trajetória histórica* de um partido político é a identificação de sua base social, já que “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”.<sup>170</sup> Nacionalmente a UDN constituiu-se a partir de uma frente ampla, abrangente e nada homogênea, que reuniu os mais diversos e improváveis sujeitos, desde Juracy Magalhães e Octavio Mangabeira, antes inimigos declarados, passando por militares como o Brigadeiro Eduardo Gomes, pelos liberais Virgílio e Afonso Arinos, até João Mangabeira e Hermes Lima, antes ligados ao PCB.<sup>171</sup>

No esforço de mapear o alicerce da UDN, organização que se fez nacional, abrangente e multifacetada, Maria Vitoria Benevides agrupou seus componentes em cinco seções. Com isso, traçou uma espécie de tipologia dos grupos originais da legenda, apontou como as principais: “as oligarquias destronadas com a revolução 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram em 1945; os grupos liberais com forte indefinição regional; as esquerdas”.<sup>172</sup>

Sobre as tipificações de Benevides pousam algumas críticas. Paulo Santos Silva, por exemplo, afirmava que enquadrar o movimento Autonomista Baiano, base da oposição do Estado Novo na Bahia, apenas como “oligarquias destronadas com a revolução de 1930”,

<sup>167</sup>BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas* sobre a teoria da ação. 9º ed. Campinas, Papirus, 2008. p. 81.

<sup>168</sup>Idem.

<sup>169</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001. p. 55.

<sup>170</sup>GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*: vol.3. 3º. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 83.

<sup>171</sup>BENEVIDES, Maria V. de M. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>172</sup>Idem.

seria o mesmo que considerá-lo um bloco monolítico.<sup>173</sup> Dantas Neto chamou atenção que “seria melhor não incluir ou excluir, por critérios regionais, liberais (entronizados ou não em 1930) na ou da condição de oligarcas, assim como não alijar do campo liberal todas as oligarquias destronadas a partir deste ano”.<sup>174</sup>

Notamos que esses dois autores concordaram que os perfis traçados por Benevides desconsideram as diferenças e disputas no interior do Autonomismo, grupo complexo que reuniu políticos com orientações ideológicas diferentes, dos conservadores Luiz Viana Filho e Simões Filho aos liberais Octavio Mangabeira e Nestor Duarte, por exemplo. Os autores preferem pensar que a formação do movimento Autonomista, uma das bases políticas da UDN/Bahia, teve a negação do Estado Novo como elemento conjuntural para aproximação de frações políticas com orientações ideológicas nem sempre comuns.

Aparte as críticas, a tese de Benevides ainda é o estudo de maior fôlego sobre UDN. A análise do conjunto de práticas políticas da “eterna vigilância”, o udenismo, é seu ponto alto. Segundo a autora, roteiro do udenismo é tramado em quatro atos: elitismo, moralismo, bacharelismo e liberalismo. A característica elitista aparecia na “defesa da presciência das elites e no sentido de excelência dos udenistas”. A face moralista correspondia “ao ascetismo tático no embate à corrupção (via indireta de ataque ao getulismo)” e ao “compromisso pela moralização desejada pelas classes médias, que a UDN pretendia representar”. O bacharelismo significava “o gosto excessivo pela retórica, antigo apego reconhecido ao longo da história das elites brasileiras” e a “ênfase no legalismo formal e na ordem (a tradição assegurada)”. E o liberalismo, ideologia reivindicada pelos udenistas, era de certo modo “negado na exclusão da participação popular e traído no golpismo de inspiração elitista e militarista”, assim, carregava dramáticas ambiguidades.<sup>175</sup>

Outra referência para o estudo sobre a “eterna vigilância” é o livro *A UDN e o anti-populismo no Brasil*, de Otávio Dulci. Nele, seu autor atenta para um elemento determinante na composição ideológica e programática desse partido:

A UDN aparece historicamente como portadora de um projeto político alternativo ao que orientava o Estado Populista: um projeto de natureza liberal, formulado a partir de uma visão essencialmente crítica do populismo. Chamar-lhe-emos de projeto anti-populista. Era um ponto de referência para

<sup>173</sup>SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000. p. 45-60.

<sup>174</sup>DANTAS NETO, Paulo Fábio *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte; Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006, p. 76.

<sup>175</sup>BENEVIDES, Maria Vitória. *Op. cit.*, p. 149.

a oposição ao sistema, cuja tradução prática variava de acordo com a dinâmica interna da UDN.<sup>176</sup>

Dulci argumenta que a UDN se construiu politicamente como alternativa e oposição ao populismo, nesse sentido, foi, então, o anti-populismo característica primeira da organização. A própria montagem do ideário do partido, imerso em grande medida nos princípios do liberalismo, era fruto desse antagonismo. Vale lembrar, mais uma vez, que o projeto liberal udenista carregava no seu interior contradições, a campanha em favor da nacionalização do petróleo foi um exemplo. Outro contrassenso, era utilização dos ingredientes “viciosos do populismo: clientelismo, mandonismo e personalismo” utilizados nas disputas eleitorais e nas práticas de governo.<sup>177</sup>

Como, então, identificar a base social da UDN de Feira em meio ao complexo de sujeitos, ideologias, práticas e relações de poder que permeavam aquele período da política brasileira, baiana e local? Esticando o fio, amarrando e marcando a posição dos políticos locais no labirinto das relações sociais. Mapeamos todos os sujeitos eleitos para cargo públicos pela UDN de Feira e, quando possível, levantamos suas formações, ocupações e parentesco. Assim, chegamos ao seu quadro de composição.<sup>178</sup>

Como base nos dados levantados, vemos que na UDN de Feira foi comum recrutar “dentro de casa”. João Marinho teve dois filhos, Wilson e Nilton Falcão, nas fileiras da *eterna vigilância*. Arnold Silva levou seu sobrinho, Hugo Navarro da Silva, o genro Waldy Pitombo e o cunhado Carlos Bahia. Áureo Filho encaminhou Alberto Oliveira, seu filho, à atividade partidária. João Batista Carneiro, não chegou a figurar entre os comandantes da seção local, entretanto, seu filho João Durval, foi um dos principais nomes da renovação do partido. Ainda, João Mendes da Costa Filho teve sua irmã Edith Mendes da Gama e Abreu, proeminente figura da ala feminina do partido, radicada em Salvador, foi candidata à Câmara Estadual em 1946.

Para mapearmos as lideranças do partido utilizamos um critério, o da força política para concorrer aos cargos eletivos mais relevantes: Prefeitura e Câmaras Federal e Estadual. Disputaram a direção municipal Carlos Bahia, por duas vezes (1947 e 1950); João Marinho Falcão (1954); Arnold Ferreira da Silva (1958); João Durval Carneiro (1962); Joselito Amorim, por ocasião do golpe civil-militar (1964). Pleitearam os legislativos Estadual e Federal Áureo Filho, Deputado Estadual eleito em 1962; João Mendes da Costa Filho,

<sup>176</sup>DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1986. p. 38.

<sup>177</sup>FERNANDES, Cleber Luiz. *A UDN e o PSD goianos (1945-64)*. Goiânia: Kelps. 2005. p.32.

<sup>178</sup>Ver: APÊNDICE A – Quadro político da UDN de Feira (1945-64).



Deputado Federal eleito 1945, 1958 e 1962; Wilson Falcão Deputado Estadual, Deputado Estadual eleito em 1958 e Federal em 1962.

Sobre a formação educacional dos udenistas descobrimos que dos 23 nomes elencados, 13 tinham formação superior: 05 médicos, todos formados na Faculdade Baiana de Medicina, destino vezeiro para os filhos das famílias de posse do interior; odontólogos foram 03, também formados em Salvador; advogados, 02, bacharelados pela Faculdade de Direito da Bahia em Salvador; 01 contabilista e 02 professores. Sendo que bacharelismo era característica marcante na UDN e em diversos momentos justificou os elementos de meritocracia e elitismo do seu discurso.

No grupo predominaram as atividades ligadas à produção rural e ao comércio: 10 fazendeiros dedicavam-se à criação de bovinos, destes, 06, cultivam fumo para exportação, 04 mantinham casas comerciais ou empresas no centro urbano, 03 possuíam estabelecimentos industriais, 03 atuavam como profissionais liberais e 01 se fez industrial e banqueiro. Outra ocupação recorrente foi o comércio: 06 udenistas ocupavam-se exclusivamente do mercadejar, 04 dividiam seu tempo entre comércio urbano e produção rural, assim, contamos 10 comerciantes entre os principais nomes do partido. Por fim, 06 dedicavam-se exclusivamente à profissão de formação: 02 advogados, 02 médicos e 02 professores.

A UDN de Feira teve nos proprietários rurais, nos comerciantes urbanos e nos profissionais liberais sua base social e centro de poder. Os proprietários rurais, notadamente produtores de gado e fumo, destacam-se como centro de poder do grupo.<sup>179</sup> Levamos em conta que parte desses senhores acumulavam fortuna, também, com casas comerciais no centro urbano; com estabelecimentos industriais; com capital financeiro, Arnoldo Silva, sócio de um banco local nos anos 1930, e João Marinho, articulado ao correligionário Clemente Mariane, trouxe para Feira o Banco da Bahia nos anos de 1940. Não entendemos as ambivalências das atividades produtivas do grupo como dualista. Interpretamo-las como marcas do caráter dialético do modo de acumular de certas frações da classe dominante em determinadas regiões do Brasil – explorando o trabalho no campo e na cidade.

A característica ruralista, por assim dizer, de parte relevante do quadro da UDN de Feira não discrepou do que se via nacionalmente. É ponto pacífico entre os pesquisadores da legenda, que os udenistas queriam construir sobre si a imagem de representantes das classes médias urbanas. Entretanto, como ponderou Benevides, o partido também “contava, entre

---

<sup>179</sup> Dos 08 nomes elencados, alguns parágrafos acima, como líderes da UDN/Feira, 07 se encaixam nessa qualificação.

seus representantes parlamentares, com grandes números de proprietários rurais”<sup>180</sup>. Era uma organização marcada pela dissonância de ter entre os seus componentes “os coronéis conservadores, nas áreas rurais, e a classe média liberal nas cidades”.<sup>181</sup> Essas ambiguidades significavam a busca/disputa para expressar o novo/moderno na política brasileira, por isso a UDN reivindicava a representação das clamadas médias urbanas, enquanto mantinha como parte de sua missão conservar o velho/tradição, as frações dominantes mais arcaicas, a aristocracia rural, por exemplo, nas rodas do poder.

### 2.3 – Afinidades e dissonâncias: a UDN e os quadros locais de PSD e PTB

A história de um partido político, afirmava Gramsci, está para além das suas dinâmicas internas, dos programas de governos e das características ideológicas do seu grupo primordial. Isso porque um partido “não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos” e sua história só pode ser entendida a partir da análise “do quadro global de todo conjunto social e estatal”.<sup>182</sup> Observar as relações entre a UDN (local, estadual, nacional) com os demais partidos torna-se necessário. A composição das alianças eleitorais nas escalas baiana e feirense, por exemplo, mantiveram-se em sintonia. Quase sempre o partido lançava candidaturas próprias em oposição ao PSD, já a exceção, ficou por conta do diretório estadual, que nas eleições para o Governo da Bahia, 1946, aliou-se com o PSD contra os trabalhistas. Afora esse arranjo, batizada de “Paz Baiana” no quadro eleitoral geral, UDN e PSD, na Bahia, mantiveram posições de antagonismo e o PTB, quando não emplacava candidatura própria, oscilava entre os dois partidos.<sup>183</sup>

Em Feira de Santana, o PSD foi o principal rival político da UDN. Nacionalmente o PSD foi organizado nas malhas do Estado Novo, teve nos grupos que participaram da ditadura varguista sua base.<sup>184</sup> Na cidade não fugiu à característica, nasceu ainda na ditadura (meados de 1945) com Eduardo Fróes da Mota, interventor municipal na ocasião, como regente da legenda. Carlos Valadares, Almáchio Boaventura, Oscar Marques figuraram entre os

<sup>180</sup>BENEVIDES, Maria V. de M. *UDN e udenismo: ambiguidades no liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 150

<sup>181</sup>Idem, p. 213.

<sup>182</sup>GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*: vol.3. 3º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 87

<sup>183</sup>Sobre a “A paz baiana”, ver: “Ente Novos e Velhos Baianos” em DANTAS NETO, Paulo Fábio *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte; Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006. p. 54-60.

<sup>184</sup>HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 119.

primeiros líderes pessedistas da Feira. Num segundo momento, a partir da derrota eleitoral de 1958, Francisco Pinto e Colbert Martins tornaram-se os principais nomes da organização.

O partido dispôs de significativos recursos para disputar a direção municipal, a seu serviço teve dois jornais: o Diário da Feira, que funcionou por curto período (1951-54) e o Gazeta do Povo, inaugurado em meados dos anos 1950, extinto em nome do golpe de 1964. O primeiro hebdomadário pertenceu a Almáchio Alves Boaventura e o segundo foi mantido por Eduardo Frões da Mota. Para melhor compreender as dinâmicas do PSD, compomos um quadro com seus candidatos eleitos em Feira de Santana entre 1945 e 1964.<sup>185</sup>

Dos 26 nomes do PSD de Feira, apenas um elemento fugiu ao olhar da pesquisa, dele nenhuma informação além do nome e da legislatura que compôs. Vale ressaltar que alguns sujeitos acumulavam mais de uma atividade profissional/econômica, decidiu-se, então, contabilizar todas as atividades por eles desenvolvidas, não considerando apenas a atividade que os notabilizaram socialmente. Por exemplo: Francisco Pinto, que era filho de um grande fazendeiro da região, ele próprio possuía fazenda, firmara-se profissionalmente como advogado (ligado aos trabalhadores da cidade), ocupação que o levou à vida política, seara que o notabilizou publicamente e que se dedicou até o fim da vida, nesta análise considerou-se tanto sua origem de classe (fazendeiro) quanto sua profissão de formação (advogado).

Dentre os pessedistas encontramos: 12 fazendeiros, 04 destes, também, comerciantes; 06 eram apenas comerciantes; mais 07 profissionais liberais e 05 funcionários públicos. Sobre a formação escolar: 04 advogados, 05 médicos, 04 professores, 02 contabilistas, 01 formado em odontologia, 01 com formação ginásial e 01 com formação primária. No recrutamento, a ligação de parentesco se mostrou pouco usual entre os pessedistas, os irmãos Antônio e Francisco Pinto, foram o único caso no partido. Nesse aspecto, o PSD distanciava-se da UDN, que como evidenciado anteriormente, abrigava inúmeras relações familiares entre os seus.

As bases sociais e a trajetória escolar da UDN e do PSD feirense resguardavam semelhanças. Nos dois partidos enfileiravam-se bacharéis, juntos somavam 23 (advogados, médicos, odontólogos), contamos, também, nas duas legendas, 05 professores e 03 contabilistas. Do total de udenistas e pessedistas, 62% tinham formação profissional, 75% com grau Universitário. No quesito origem social, observamos a presença majoritária de fazendeiros. Dos 24 udenistas mais 26 pessedistas, 50 no total, 25 eram criadores de gado e/ou produtores de fumo. Fazendeiros que além de morar, exerciam atividades produtivas na cidade, dentre eles, 10 possuíam casas comerciais, 05 ainda desenvolviam atividades

---

<sup>185</sup>Ver: APÊNDICE B - Quadro político do PSD de Feira (1945-64)

indústrias, e outros 08, profissões liberais. Indício da importância da relação campo e cidade para o desenvolvimento do capitalismo e para formação política dos sujeitos e grupos da classe dominante de Feira de Santana.

No âmbito nacional, Sergio Miceli comparou os quadros pessedistas e udenistas durante a constituinte de 1946. O autor concluiu que, em geral, as duas organizações eram frutos da mesma classe social, mas ressaltou que existiam diferenças político-ideológicas entre seus componentes. Segundo ele, estas dissonâncias constituíam-se, principalmente, nas experimentações de cada elemento:

A despeito de inúmeras características comuns, mormente no que se refere à origem social, à formação escolar e à trajetória ocupacional, as diferenças entre os grupos derivam, de um lado, dos laços que seus integrantes mantêm com setores distintos da elite econômica, bem como da posição relativa que ocupam na hierarquia das profissões liberais e culturais, e, de outro, do grau de proximidade quer em relação aos grupos dirigentes estaduais quer em relação ao poder central ou às "extensões" em que se desdobrou sua presença no plano estadual. Tais diferenças foram se cristalizando em consequências das modalidades de delegação política que tomaram vulto em meio às mudanças por que passaram as relações de força entre os grupos dirigentes estaduais e o Governo Federal a partir de 1930 e, em especial, após a instauração do Estado Novo.<sup>186</sup>

A análise dos quadros locais de UDN e PSD reforça a tese sobre as semelhanças entre os estratos dos dois partidos. A composição social dos representantes nacionais (deputados federais) dos dois partidos se repetia nos diretórios feirenses e, não por coincidência, segundo Miceli, esses partidos recrutaram “nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns Estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a Primeira República”.<sup>187</sup> Com toda similitude econômica, existiam diferenças político-ideológicas entre os dois grupos, a principal se fez em torno de Getúlio Vargas: os pessedistas o apoiavam e os udenistas o combatiam com ferocidade.

Os integrantes de UDN e PSD de Feira mantinham relações estreitas com as lideranças estaduais dos seus partidos. Nos jornais *Folha do Norte* e *Gazeta do Povo* há farta evidência de tal contato, páginas inteiras, principalmente em tempos de campanha eleitoral, dedicadas aos acontecimentos políticos da capital baiana, sobretudo, da atuação política dos dirigentes udenistas e pessedistas como Juracy Magalhães, Octavio Mangabeira, Clemente Mariani, Luiz

---

<sup>186</sup> MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930 em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano (tomo III): sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 561.

<sup>187</sup> MICELI, Sérgio. Ob. cit., p. 563.

Viana Filho, Manoel Novais, Antonio Balbino, Regis Pacheco na formação e no posicionamento político-ideológico dos partidários feirenses de PSD e UDN.<sup>188</sup>

Os mesmos critérios de análise foram utilizados para a construção do quadro do PTB feirense.<sup>189</sup> Como uma espécie de “terceira margem” da política partidária da cidade, os petebistas conseguiram o feito de ganhar a primeira eleição direta e secreta para prefeito de Feira de Santana, com Aguinaldo Soares Boaventura, em 1947. O PTB foi organizado institucionalmente em meio ao turbilhão do “queremismo”, por uma ala do Ministério do Trabalho e sua base militante contava com setores burocratizados dos sindicatos urbanos. Segundo Lúcia Delgado, o partido, a princípio, “buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária”.<sup>190</sup> Em Feira o PTB manteve relações com sindicatos da cidade (fumageiros, construção civil e comerciários, notadamente) conseguindo eleger representantes para as 05 legislaturas entre 1945 e 1964.<sup>191</sup>

O PTB se fez heterogêneo em composição social: 03 funcionários público, 02 fazendeiros, 02 comerciantes, 02 industriais, 02 comerciários, 02 dirigentes sindicais, 02 escritores, 01 ex-jogador de futebol, 01 professor e 01 militar de carreira. Característica que combinava com variedade da formação escolar do conjunto: 04 habilitados para o magistério, 03 técnicos em contabilidade, 01 advogado, 01 ginásial incompleto e 01 autodidata. Um partido de muitas faces que carregava uma marca: o getulismo. Sobre isso, Yolanda Leony, trabalhando com os processos trabalhistas movidos em Feira entre 1945 e 1964, notou que:

O PTB feirense organizou-se, pelo menos na década de 1950, pleiteando a condição de representantes dos trabalhadores, levando à frente a herança getulista, tentando sempre se mostrar como “antecipador” da vontade coletiva. [...] A formação de um quadro composto por importantes líderes sindicais pode ter ajudado o partido a participar e disseminar sua reivindicada “herança getulista”.<sup>192</sup>

<sup>188</sup>Entre tantas evidências dessa afirmação citamos duas: “Manoel Novais: autentico representante do povo! ”. *Gazeta do Povo*, Feira de Santana, 10 set.1957. p. 01. (LABELU) e “Juracy Magalhães: uma vida para Bahia”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 25 out.1954. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>189</sup> Ver: APÊNDICE C - Quadro político do PTB de Feira (1945-64).

<sup>190</sup>DELGADO, Lúcia de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos no desafio da democracia FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Organizador). *O Brasil Republicano: livro 03: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 141.

<sup>191</sup>Sobre isso, ver: LEONY, Yolanda C. B. *Conflitos e Negociações entre trabalhadores e patrões (Feira de Santana 1940-60)*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012. p. 41-50.

<sup>192</sup>LEONY, Yolanda C. B. *Op. cit.*, p. 45.

O partido teve 02 “bons de voto” em Feira: Aguinaldo Boaventura e Hamilton Cohim. Os dois, afortunados que eram, possuíam casas de comércio e indústria. Cohim, ainda, fazia parte do seletto grupo de grandes pecuaristas da cidade. Além das lideranças eleitorais, dos que conseguiram alcançar afirmação nas urnas, o PTB, diferente da UDN e do PSD, matinha integrantes junto aos sindicatos da cidade, dentre eles destacaram-se Alcides Fadigas, Manoel Narciso da Natividade, Waldomiro Alves dos Santos, Lourival Pereira Bastos, Antonio Lourenço Nery.<sup>193</sup>

#### **2.4 – Um partido internacional na poeira do sertão: Rotary Clube.**

O Rotary Club Internacional nasceu nos Estados Unidos da América (EUA), em 1905. O mais famoso dos seus “pais fundadores”, Paul Harris, era advogado, protestante e trabalhou em inúmeras cidades norte-americanas até firmar-se em Chicago. Nessa cidade idealizou – atento aos valores cristãos, ao discurso liberal e às transformações socioeconômicas daquele tempo – a montagem de uma associação voluntária com objetivo de servir a comunidade e propagar a solidariedade, o companheirismo e o progressismo.<sup>194</sup>

Não é hábito entre historiadores tomar associações voluntárias como escopo de pesquisa. Sociólogos, todavia, inclinam-se a esse objeto, suas primeiras referências foram Max Weber, Alexis Tocqueville e Georg Simmel. O primeiro considerava “o fenômeno associativista como resultado de um processo de secularização das seitas protestantes”, constituída de grupos seletos que objetivavam “a distinção e o privilégio”. Tocqueville pensava-o como um produtor de “laços de reciprocidade” em sociedades “modernas e democráticas”. Para ele “os indivíduos encontravam nas associações fontes legítimas de associação”, lugares para enfrentar o fim dos privilégios nobiliárquico e as “tirantias da igualdade”. Simmel ressaltava o caráter “ambíguo” dessas associações, dizia que na “sociedade moderna, democrática e capitalista o indivíduo tende a um isolamento interior”, fenômeno que o levaria a buscar a “distinção grupal e no limite individual” nesses espaços de sociabilidade.<sup>195</sup>

Mais tarde, ainda na tradição do pensamento sociológico, Antony Giddens, Norbert Elias e Pierre Bourdieu refletiram sobre as associações voluntárias. Segundo Giddens o

<sup>193</sup>LEONY, Yolanda C. B. *Op. cit.*, p. 47-8.

<sup>194</sup>COSTA, Egberto Tavares. *Caminhando e Servindo: 60 anos do Rotary Clube de Feira de Santana*. Feira de Santana-BA: Editora Gráfica Radami, 2001. 111p.

<sup>195</sup>SETTON, Maria da G. J. *Rotary Club: Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 19-33.

associativismo significava a tentativa, por parte dos sujeitos, de reorganizar as sociabilidades pós-tradicionais. Elias pensava o “associativismo como unidade de referência no mundo atual”, como espaços ocupados com a formação das identidades na modernidade. Já Bourdieu acreditava que essas associações se fazem instituições produtoras de bens simbólicos, formadora de um determinado *habitus*, forjado e compartilhado entre os seus membros.<sup>196</sup>

No Brasil, destaca-se, *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*, livro da socióloga Maria da Graça Setton. Inspirada nas reflexões de Pierre Bourdieu, a autora apresenta sua definição da associação: “espaço para ver e ser visto. Espaço que funciona como uma escola moral, forte instrumento de controle social e político”. Para Setton, o Rotary, tinha a classe média urbana como alvo de recrutamento, para isso, utilizava as representações de mobilidade econômica e distinção social para conquistar a adesão daquele grupo. Depois de consolidado no EUA, os rotarianos planejaram sua expansão internacional. Quase um século depois da fundação, 1990, o clube contava com mais de 1.200.000 sócios em todos os continentes do globo terrestre. Dados que evidenciam a “boa sorte” das estratégias de produção e reprodução da associação.<sup>197</sup>

Na década de 1910, os tentáculos do Rotary atravessaram aduanas norte-americanas, passaram por Caribe, América Central, venceram a Linha do Equador, cruzaram as fronteiras dos Uruguai e da Argentina, em 1922, estenderam-se sobre o Brasil.<sup>198</sup> O primeiro clube brasileiro foi inaugurado no Rio de Janeiro, à época capital federal, seu quadro social foi constituído por empresários cariocas, burocratas e políticos dos governos federal, estadual, municipal.<sup>199</sup> O primeiro presidente do Rotary Club Brasileiro foi “o senador da República e ex-governador do Ceará, João Thomé de Saboya”.<sup>200</sup> Sob os auspícios da “República Velha” começou a jornada da associação. Com o intuito de conquistar adesões, difundir seus valores e visões de mundo em todo o território brasileiro.

Na Bahia, o Rotary inaugurou os trabalhos no ano de 1933. O primeiro clube do estado constituiu-se em Salvador. Quase oito anos depois chegou às cidades de Alagoinhas e Feira de Santana. Na última, foi organizado por fazendeiros, empresários, comerciantes, profissionais liberais. João Marinho Falcão foi o primeiro presidente e principal aglutinador, foi na sua casa que aconteceram as reuniões preliminares à fundação da unidade rotária

---

<sup>196</sup>SETTON, M. da G. J. *Op. cit.*, p. 26-27.

<sup>197</sup>Idem, p. 14-9.

<sup>198</sup>Sobre a chega do Rotary no Brasil, ver: COSTA, Egberto T. *Op., cit.*, p. 115.

<sup>199</sup>SETTON, M. da G. J. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>200</sup>Idem, p. 27.

feirense.<sup>201</sup> Falcão, considerado por seus pares “um exemplo vivo do progresso”, por sua virada de garoto humilde para empresário de vistosa fortuna, transformara-se em referência para os sócios e propaganda efetiva para seus projetos políticos. Diz Andrei Valente que:

A chegada do Rotary Club na década de 40 em Feira de Santana coincide com a atuação dos empresários no sentido de diversificar suas atividades econômicas vinculando-se, num primeiro momento, a uma industrialização incipiente e pouco qualificada, mas que a partir da década 60, após o golpe civil/militar passa a receber diversos incentivos de aparelhos de hegemonia como o CEDIN (financiado pelo capital externo) e SUDENE servindo também como elo de articulação entre o capital internacional que passam a instalar indústrias na cidade.<sup>202</sup>

Em 1941, ano do aparecimento do Rotary Clube em Feira, parte do mundo se despedaçava na Segunda Guerra Mundial. No Brasil vivia-se o Estado Novo, regime que vacilava entre Eixo e Aliados, que impusera constituição de inspiração fascista, censura aos meios de comunicação, limites aos direitos políticos. Nessa conjuntura, mesmo atrelado às frações dominantes, pouco fez a unidade feirense. Provavelmente o maior esforço dos associados tenha sido organizar o Club. Através do Folha do Norte, investigamos os passos da associação entre os anos 1941 e 1944, encontramos poucas notícias, a maioria convocações e informes das reuniões ordinárias e algumas manifestações de apoio às causas beneficentes.

Em 1945, o panorama mudaria. A guerra mostrava seu vencedor: os Aliados. Àquela altura o Estado Novo, desestabilizado internamente por seus opositores, paradoxalmente enfraquecido com a derrota dos seus inimigos de guerra, esmorecia a censura e anistiava presos e exilados políticos, condições fecundas para a reorganização das frações contrárias ao regime. De longe veio o “espírito” animador das frações dominantes contrárias ao Estado Novo. Foi dos Estados Unidos que importaram a ideologia para contrapor Governo Vargas:

A onda de liberalismo emergente no imediato pós-guerra teve efeitos fortes sobre o mundo ocidental, polarizando-se numa intensa campanha contra qualquer regime político que lembrasse o fascismo europeu. Ao mesmo tempo, este liberalismo correspondia à consolidação da preponderância norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre o mercado mundial.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup>FARIAS, José B. S. *Guia Distrital: a humanidade é a nossa missão*. Feira de Santana-BA: Editora Gráfica Radami, 2001, p. 53.

<sup>202</sup>VALENTE, Andrei de B. Estado e direção de Classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização de Feira de Santana. *A Pala Revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, ano 01, n. 1, 2010, semestral. p. 09.

<sup>203</sup>MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2. Ed Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 46.



A reorganização da política internacional do pós-guerra mostrava um mundo dividido em dois blocos: EUA de um lado e URSS do outro. Zonas de influências constituíram-se e o Brasil tornou-se alvo das incursões ideológicas de ambos, com mais força do liberalismo norte-americano. Sobre a face do liberalismo brasileiro, afirmou Werneck Viana que a comunhão entre dirigentes católicos e liberais foi marco decisivo para seu avivamento e sob o selo do 2º Congresso Brasileiro de Direitos Sociais tentava-se formar uma ideologia para “compatibilizar o indivíduo e seu interesse com uma ordem comunitária entre capital e trabalho”. No bojo dessa filosofia a assunção de um renovado tipo de homem: o liberal. Este seria o sujeito que adquiriria a completude indentitária “na medida em que, como dirigente de uma organização da sociedade civil, é capaz de promover o bem comum”.<sup>204</sup>

Werneck Vianna definiu essa visão de mundo de “liberalismo comunitarista”, que em tese defenderia “o mercado de trabalho e a própria empresa, por se constituírem como pontos nodais para o estabelecimento de uma sociedade equânime e equilibrada, devem se submeter à regulamentação do direito”. No campo das ideias, buscavam a superação do “capitalismo selvagem” defendendo que o “fato econômico, em sua crueza mercantil, deve ceder lugar ao mundo da juridicidade”. Almejavam um mundo regido pelo racionalismo, comandado por instituições civis, com o Estado bem apartado da sociedade, apenas como monopolizador da violência, longe dos moldes totalizantes do Estado Novo. Desejavam que as empresas assumissem o papel de protagonismo social, superando os interesses individuais em favor das necessidades coletivas, num tipo de ética capitalista comunitária.<sup>205</sup>

O Rotary Clube foi um dos difusores dessa cultura. Operou em diversos países combatendo tanto o comunismo, quanto os elementos (resistentes) pré-capitalista. Miramos duas passagens que ilustram o estreito entre liberalismo e Rotary. A primeira, uma transcrição de parte da tese aprovada no Congresso do Rotary Internacional na Louisiana, ano 1928; e a segunda, retirada de um folheto publicitário produzido por um dos clubes em solo italiano:

1). Deste modo por assim dizer, transformou-se a honestidade num interesse e se criou aquela nova figura do homem de negócios que sabe associar, em todas as atividades profissionais, industriais e comerciais, seu interesse pessoal com interesse geral, o que é, no fundo, o verdadeiro grande objetivo de toda a atividade, já que cada homem que atua com honestidade, mesmo que o faça inconscientemente, serve, sobretudo, ao bem-estar geral. 2) O Rotary é fundamentalmente uma filosofia de vida que busca conciliar o

<sup>204</sup>VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p 317.

<sup>205</sup>Idem, p. 317-8.

eterno conflito existente entre o desejo do ganho pessoal e o dever e o consequente impulso de servir o próximo.<sup>206</sup>

Muito embora os princípios do espírito rotário confluem com valores humanitários, sendo comuns campanhas publicitárias e críticas contumazes às mazelas econômicas, nada de anticapitalista sustentava-se. Pelo contrário, a grande cruzada do Club foi historicamente construída em torno do aperfeiçoamento do próprio capitalismo, algumas bases da sua cultura, como: educar, moralizar e elevar espiritualmente os diversos estratos da classe dominante; difundir valores que se consubstancializassem em práticas civilizadas de competitividade entre os pares de classe; incentivar e propagandear o desenvolvimento da técnica, tecnologia e do industrialismo; atenuar os conflitos sociais através do assistencialismo clientelista.<sup>207</sup> Um exemplo da circulação desses valores entre os rotarianos de Feira:

Após a leitura do expediente pelo secretário, Sr. Joaltino Silva, foi dada a palavra ao palestrante do dia Newton Falcão que produziu a alínea 06 do capítulo II parágrafo único, dos Estatutos do Clube, que se refere à elevada norma ética na vida comercial e profissional, reconhecendo o mérito de toda ocupação útil, exercício dignificante, por todo rotariano, da respectiva profissão, tendo em vista a oportunidade de servir à coletividade, assunto em torno do qual foi tecido precioso comentário que terminou relembrando elevado fim.<sup>208</sup>

Do doutrinamento liberal emergiam experimentações formativas para classe dominante feirense. Um exemplo seria o da prática de palestrar aos pares. Vemos nisso um elemento pedagógico de formação política, já que palestrar requer acúmulo de saber a respeito de determinado tema, legitimidade para falar e ser ouvido, além de pressupostos como racionalidade, disciplina, hierarquia. Também, o exercício de falar em público era aprendizado precioso para os aspirantes ao mundo dos comícios e tribunas. Por fim, a noção de ética nos negócios (“o trabalho que dignifica o homem”) e a hierarquia produzida pelo mérito (o valor do “homem que vence na vida”), que circulavam no ambiente rotário feirense, criavam vínculos ideológicos entre frações da classe dominante de variados lugares, conferindo-lhes alguns elementos identitários totalizantes. Lançamos mão de algumas

<sup>206</sup> Documentos do Rotary Clube Internacional apud GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 04. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3°. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 297.

<sup>207</sup> Sobre isso, ver: Capítulo IV: *As estratégias de consagração*. SETTON, Maria da Graça J. *Op. cit.*, p. 135-64; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 04. *Op. cit.*, p. 295-298 e p. 299-301; SILVA, Marcos José Diniz. Rotary Club, maçonaria e igreja católica: “serviço social” e polêmica religiosa no Ceará nos anos de 1930. *Revista de História Regional* 16(2): 495-516, Inverno, 2011, p. 495-516. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2390/2480>> Acesso em: 23/05/2014.

<sup>208</sup> “A semana do Rotary” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 15 set. 1945, p. 01. (MCS/CENEF).

reflexões de Gramsci para nos ajudar a interpretar as relações entre capitalismo, política, classe dominante e Rotary Clube. Assim, o marxista sardo reflete:

[...] a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de ser um negócio, são um serviço social, ou, mais precisamente, de que são e podem ser um negócio na medida em que é um serviço. Em outras palavras: o Rotary gostaria que fosse superado o “capitalismo selvagem” e que se instaurasse um novo costume, mais favorável ao desenvolvimento das forças econômicas.<sup>209</sup>

Para Gramsci, o Rotary se constituiu através do tempo como um partido internacional, operando como “persuasor permanente”, organizador da vontade coletiva de frações da classe dominante em inúmeros países. Concordamos e reafirmamos que buscar o papel histórico de uma associação internacional é generalizá-la, não há como considerá-la igual em todos os lugares que pousou. Longe disso, se estabelecemos que diacronicamente o Rotary construiu-se enquanto um partido internacional, sincronicamente examinamos suas práticas de empoderamento, formas de produção e reprodução da sua organicidade e visões de mundo.

Retornamos à Feira de Santana dos anos 1950. Naquele tempo, lembrou Andrei Valente, o Rotary constituiu-se como vetor de uma nova cultura que “funcionaria como mais um elemento de integração entre Feira de Santana e o capital internacional”.<sup>210</sup> Isso significaria uma aliança entre o desenvolvimento da produção (industrializar, modernizar a economia) e a elevação do espírito dos feirenses (moralizar e civilizar). Para tanto seria necessário reformar a sociedade, modificar comportamento, adequar corpos, produzir práticas culturais que estivessem em acordo com os ritmos do mundo capitalista.

De olho no progresso material e no destino moral da cidade, os rotarianos prepararam um conjunto de diretrizes com intenção de modelar o comportamento da mocidade local. Os sócios escolhidos para sistematizar o plano de “influenciar a formação da juventude feirense”: Dival Pitombo e Áureo Filho. Os dois transformaram as tensões e aspirações do órgão numa tese que privilegiava três eixos, três instituições para concentrarem energias, para circular suas visões de mundo, para ampliar sua influência: a família, a escola e o governo – o conjunto formador da sociedade, segundo eles.

O título da proposição: “Como pode o Rotary influenciar na formação moral da juventude”. O texto não ficou restrito aos olhos dos associados locais, foi apresentado em abril de 1950, na Segunda Conferência do Distrito 123, realizada em Natal, Rio Grande do

<sup>209</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 04. *Op. cit.*, p. 295-296.

<sup>210</sup>VALENTE, Andrei de Brito. *Op. cit.*, p. 09.

Norte.<sup>211</sup> O evento, amplamente divulgado nas páginas do Folha do Norte, reuniu delegações de diversas unidades rotárias da região Norte/Nordeste. Visitas, encontros e conferências aconteciam com frequência e segundo Maria da Glória Setton, constituíam-se enquanto espaços de fabricação da “mensagem rotária” com capacidade para “assegurar a produção de receptores, aptos a consumi-las, como também de produção de agentes capazes de reproduzi-las e renová-las”.<sup>212</sup>

Aos pormenores do documento, os autores começaram apresentando sua definição de moral. Noção defendida “no seu sentido amplo”, isto é, aplicável em todos os aspectos da vida social e derivada de “uma norma ética superior”. Segundo eles, somente com o exercício cotidiano da moral (moralidade) o sujeito teria uma “existência digna, dentro de uma sociedade educada para o bem”. O objetivo derradeiro da prática dos “bons valores” seria a “preservação da estrutura moral da civilização” e o “amadurecimento desta mentalidade ‘cidade mundo’ para a qual tendem todos os esforços das nações democráticas do nosso século”. O que lemos nesse discurso é a existência de um sujeito universal, com padrões éticos centrados no racionalismo e a defesa de um tipo de formação social, espelhada na experiência norte-americana, capitalista e liberal.<sup>213</sup>

Sobre a construção ética do indivíduo, o documento defende que é alicerçada nos “princípios de educação doméstica” e no “convívio social”. Família e sociedade (privado e público) aparecem, então, com os principais moldes do sujeito. Os rotarianos acreditavam que a “formação moral” era baseada em três princípios, “o humanitário, o cívico e o individual”, que confeririam ao sujeito “uma capacidade mais dilatada para o exercício da liberdade e da justiça”.<sup>214</sup> Para eles, formar a moral era, também, construir “líderes destinados a conduzir a humanidade”, “que terão de transformar em realidade palpitante o mundo melhor que nos compete formar”. Na cabeça dos rotarianos pairava uma ideia fundamental: o Club tinha “como síntese dos seus objetivos achar a fórmula de uma vida perfeita”. Para isso, investiam no que chamaram de “luta pela preservação da estrutura moral da civilização”, colocando-se no papel de reformadores da cultura.<sup>215</sup>

Ao postularem-se formadores da moralidade e engenheiros da “mentalidade de cidade mundo”<sup>216</sup>, apresentavam-se como portadores do saber racional e positivo. Certeau diz que é

---

<sup>211</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. Como pode Rotary influenciar na formação moral da juventude. *Conferências Antológicas*. Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos, 2011. p. 77.

<sup>212</sup>SETTON, Maria da Graça J. *Ob. cit.*, p. 156.

<sup>213</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>214</sup>Idem.

<sup>215</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>216</sup>Idem.

possível “definir o *poder do saber* por essa capacidade de transformar incertezas da história em espaços legíveis [...] graças à constituição de campos próprios (cidades autônomas, instituições neutras, laboratórios de pesquisas desinteressadas) ”.<sup>217</sup> O Rotary feirense apresentava-se como instituição neutra, desinteressada, com o único objetivo de servir a comunidade. Seus membros, políticos e homens de negócio, investiam bens materiais (capital) e simbólicos (história de vida, distinção social) para organizar esse “espaço legível” (legitimado na racionalidade-científica e moralidade) para materializar seus interesses de classe.

Voltamos às linhas do documento. Nele encontramos dez encaminhamentos, que nos dizem muito sobre o “desinteresse” do clube. Uma espécie de plano de ações para tentar nortear a vida e o comportamento da juventude, desde as práticas íntimas, privadas até suas posturas no espaço público. Boa parte do cotidiano da mocidade aparece no escopo da tese. Vejamos alguns dos pontos:

I – Devem ser realizadas, em nosso clube, palestras de natureza educativa, para as quais sejam convidados grupos de pais e pessoas responsáveis da comunidade, que irmanados com Rotary possam praticar e propagar os meios de melhores dizeres na educação da juventude. II – Individualmente os rotarianos poderão agir em todas as oportunidades, através de uma influência direta ou indireta, dentro do seu círculo de relações, procurando educar os pais, em seu maior interesse em insinuar nos filhos a prática das virtudes sociais que são a base de toda moralidade perfeita. [...] VIII – Cooperar com todas as campanhas assistenciais e educacionais, de natureza privada ou oficial, que tenham como finalidade o enlevamento moral do jovem. IX – Colaborar em todos os processos de divulgação – a imprensa, o rádio, o teatro, o cinema etc. – na formação de um ambiente propício à formação moral da juventude. X – Combater, por todos os meios ao seu alcance, a publicidade sensacionalista e tendenciosa, que possam corromper os bons sentimentos dos jovens, desviando-a da linha de uma educação equilibrada e fecunda.<sup>218</sup>

Primeiros alvos: família e escola. A família é considerada o “berço e alicerce da formação moral dos povos” e o Rotary avaliava que poderia influenciar a “família feirense” de duas formas: individualmente, “os rotarianos poderão agir, em todas as oportunidades, através de uma influência direta ou indiretamente dentro dos seus círculos, procurando educar os pais antes de educar os filhos”; coletivamente “por meio dos clubes, organizando palestras, para as quais sejam convidados grupos de pais e pessoas responsáveis dentro da comunidade.” Maria da Graça Setton lembra que fazia “parte das estratégias de promoção do grupo receber

<sup>217</sup>CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 94.

<sup>218</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *Op. cit.*, p. 23-24.

bem, oferecer um almoço e expor, mesmo que de forma sucinta, os propósitos da instituição”.<sup>219</sup> Nas páginas do *Folha do Norte* vemos inúmeros registros de eventos patrocinados pelo clube que confirmam essa prática.

Em fevereiro de 1945, por exemplo, a unidade feirense organizara uma cerimônia com todas as características do que defenderiam no futuro documento – seria um prenúncio? Ou aquela experimentação instituiu um tipo de prática ao grupo? O fato é que a mesa diretora de 1945-6 convidou Eurico Alves Boaventura, escritor, bacharel em direito e juiz, para conferir palestra sobre menores, crianças e adolescentes, em situação de pobreza, abandono, marginalidade. Boaventura expôs o que existia de mais avançado na sociologia criminal aplicada ao menor infrator, conclamando os membros do clube à “campanha em prol do menor abandonado”, por sua “educação moral”. Aconselhou os rotarianos a investirem contra “as casas de jogos”, espaços que considerava insalubre para moral dos menores, segundo ele no “jogo, vai o menino perdendo o pudor. Começa a tropeçar, vai caindo. É amanhã um inerte despudorado”. Boaventura dizia, ainda, que a criança era “Via-Láctea da esperança” e que era preciso garantir futuro profissional e moral para os pequenos desvalidos.<sup>220</sup>

Quase cinco meses depois, 22 de setembro de 1945, acontecia o “Dia da Primavera”. Com pretexto de consagrar a chegada da estação das flores, o clube convidou “a família feirense” a participar da sua variada programação “às 10 horas – colocação da placa plantada na árvore da amizade no parque Bernardino Bahia; às 12 horas – almoço na área esportiva do Colégio Santanópolis; 14 horas – chá dançante aos visitantes e convidados”.<sup>221</sup> Cinco anos mais tarde, 1950, o “Rotary instituiu uma taça para ser disputada entre os concorrentes ao – grande circuito ciclístico de Feira de Santana”.<sup>222</sup> Exemplos de intervenções no cotidiano feirense, nesses eventos (lugares instituídos para ver, ser vistos, falar, ser ouvido) veiculavam-se os valores da associação.

A preocupação rotária com o direcionamento moral e profissional do jovem atingia o segundo alvo: a escola. Na mentalidade dos associados, na escola era preciso “educar os pais, antes de educar os filhos”, para que as lições investidas no espaço escolar não fossem “entravadas pela incompreensão dos pais, que não dispensam a assistência devida ao esforço do professor”.<sup>223</sup> Lembramos que os redatores do documento em revista, Áureo Filho e Dival Pitombo, exerceram o magistério como ofício. Ambos conheciam o cotidiano escolar nos seus

<sup>219</sup>SETTON, Maria da G. J. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>220</sup>“A Via-Láctea da esperança” em BOAVENTURA, Eurico Alves. *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA, 2006. p. 129-130.

<sup>221</sup>“Rotary Club de Feira”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 22 set.1945. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>222</sup>“Semanal do Rotary”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 03 jun.1950, p. 06. (MCS/CENEF).

<sup>223</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *Ob. cit.*, p. 18

interstícios: reuniam experiência docente, administrativa e burocrática. E mais, o primeiro era dono do maior colégio privado da cidade, o Santanópolis, um facilitador para o conjunto de ações que Rotary pretendia exercer:

A escola tem que ser, portanto um centro de convergência na formação espirituais dos jovens. E aí que tem Rotary um campo dos mais vastos para sua influência. As sociedades de pais e professores constituem os núcleos, nos quais as atividades rotárias podem atingir o seu clímax de eficiência. Orientando e dirigindo os seus componentes dentro das normas dos ideais rotários, conseguindo no setor educacional atingir em grande parte os objetivos previstos.<sup>224</sup>

Alguns dos objetivos previsto eram:

IV – Rotary deve intensificar nas escolas a fundação de “Clubes Pan-Americanos” que estimulem a solidariedade continental e de “Clubes de Amizade Universal”, fomentando o intercambio da mocidade de todas as pátrias. V – Devemos lançar mão de todas as atividades escolares extracurriculares como sejam imprensa escolar, jogos desportivos, clubes agrícolas, cooperativas, grêmios culturais etc. para incentivar o desenvolvimento do “sistema de honra”, “autogoverno” e iniciativa na formação da personalidade dos jovens.<sup>225</sup>

Fundar “Clubes Pan-Americanos” e “Clubes de Amizade Universal” aparece-nos indício da ligação do universo rotário com a cultura americanista. No pós-guerra as disputas político-ideológicas entre USA e URSS intensificaram-se. Do lado norte-americano o ideário liberal animou os contendores do regime soviético, transformando-se na filosofia dos países aliados aos USA. Comparando o discurso do clube feirense com os dos clubes paulistas, estudados por Maria da Gloria Setton, arriscamos asseverar que o Rotary do Brasil, era de fato um difusor do americanismo, do liberalismo. Nas palavras de Setton, os rotarianos cultivavam os “valores sociais como a moral, a justiça, o trabalho e a perseverança (...)”, defendendo arduamente “o ideário liberal de que as oportunidades são iguais para todos e explicam as desigualdades estruturais de nossa sociedade pela incapacidade moral de certos indivíduos”.<sup>226</sup> Individualismo, igualdade de oportunidades, a hierarquia, meritocracia, livre iniciativa, moralismo: elementos ideológicos fartamente utilizados por Rotary.

Em Feira de Santana o Clube Pan-Americano funcionava dirigido por Áureo Filho. Suas reuniões aconteciam nos domínios do Colégio Santanópolis. O que acontecia por lá?

<sup>224</sup>OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *Ob. cit.*, p. 19.

<sup>225</sup>Idem.

<sup>226</sup>SETTON, Maria da G. J. *Op. cit.*, p. 92.

Não se sabe. Nas fontes consultadas não encontramos indícios das atividades por lá desenvolvidas, fato que nos impediu de interpretar suas práticas e precisar suas ações na cidade. Como alternativa seguimos as pistas de Gramsci e Setton, com o primeiro, imaginamos que o grupo Pan-Americanista, reunia-se para circular os ideais do *american way of life*; com a segunda, supomos que usavam o espaço das reuniões para estimular o diálogo Feira/USA. Proporcionar o intercâmbio entre os rotarianos de todo o mundo é parte da política do Rotary Clube Internacional. Sobre essa troca de experiência, achamos o registro:

O presidente concedeu a palavra ao Dr. Wilson Falcão, que proporcionou palestra sob o tema – Impressões de Viagem aos Estados Unidos – [...] Antes de concluir sua excelente narrativa, o Dr. Wilson Falcão, num gesto de altamente significativo, fez entrega à presidência de vários prospectos, folhetos e retratos da América do Norte, como lembrança da 4ª Convenção Anual de Rotary Internacional, a que teve presente com seu digno pai João Marinho Falcão.<sup>227</sup>

Mais uma vez, insistimos no caráter de partido internacional da associação. No fragmento lemos que dois feirenses participaram do encontro internacional, visitando os Estados Unidos, país que era propaganda viva para Rotary Club. Regressados da viagem, um deles fez circular material publicitário do encontro, além de palestrar sobre suas vivências em solo norte-americano, ações para disseminar a mentalidade liberal/rotariana em Feira de Santana. Lembramos que os viajantes, pai e filho, cinco anos depois ocupariam lugares de destaque no aparelho de governo local. O pai, João Marinho Falcão, eleito prefeito; o filho, Wilson da Costa Falcão, vereador mais votado naquele pleito.

Fato que chamou atenção para a relação do Rotary com a vida política feirense. Na cidade, ocupar cargos em associações civis foi ponto comum na trajetória de diversos políticos. Segundo Diego Corrêa, eles utilizavam tais espaços para ampliar sua exposição pública, principalmente através dos eventos sociais patrocinados por suas agremiações, constantemente noticiados pelos jornais locais.<sup>228</sup> Seguindo esta pista identificamos os rotarianos que ocuparam cargos públicos eletivos no período pesquisado.<sup>229</sup>

Para a construção do quadro buscamos os sócios que, entre 1945 e 1964, ocuparam cargos na mesa diretora do Rotary e mandatos no executivo ou legislativo municipal, estadual ou federal. Chegamos a 11 nomes: 05 filiados a UDN, 05 ao PSD e 02 ao PTB. Vemos que o

<sup>227</sup>Semanal do Rotary?. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 03 jul.1950. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>228</sup>CORREA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011. p. 25.

<sup>229</sup>Ver: APÊNDICE D – Quadro de políticos que dirigiram o Rotary Clube de Feira (1945-64)



clube abrigava políticos de variados partidos, inclusive de legendas rivais, no caso UDN e PSD. Na cidade foram 03 prefeitos e 15 vereadores. Na legislatura municipal de 1948 a 1950, exatamente 30% dos vereadores eram rotarianos. Entre 1951 e 1954, dos 13 vereadores 04 faziam parte do clube. No intervalo entre 1955 e 1958, o prefeito e mais 02 vereadores. No ano de 1964, já depois do golpe, o prefeito e mais dois vereadores faziam parte da associação. Na Câmara Estadual, 04 mandatos. Deputados Federais, 02 eleitos.

Sobre suas relações com o Estado, os rotarianos diziam “não raro vamos encontrar assumindo cargos diretivos na administração pública elementos rotários capazes de facilitar a realização dos princípios de Rotary no ambiente social”.<sup>230</sup> Na prática utilizavam os “elementos” instalados na estrutura estatal para aviar seus objetivos. Um exemplo: ao saber que o Governo Estadual pretendia construir um matadouro frigorífico no município de Conceição da Feira, o *clube* mobilizou os associados ligados ao Governador Regis Pacheco para tentar mover a obra para Feira de Santana. Correspondências entre o Rotary e o gabinete de Pacheco ganharam as páginas dos jornais:

Povo feirense intermédio nosso Rotary representando todas as classes solicita Vossência (sic) construção Matadouro Frigorifico nossa cidade atendendo razões consideradas vg (sic) entre outras o prejuízo econômico que trará ao nosso município sua localização em outra região vg (sic) confiando deste modo promessa de Vossência (sic) em discurso aqui pronunciado pt (sic) esperando sua atenção justas aspirações nosso povo enviamos nossas saudações cordiais pt (sic) Dival Pitombo – Presidente.<sup>231</sup>

Começava uma campanha publicitária em favor da causa e o Folha do Norte foi meio de publicidade. Os rotarianos argumentavam que Feira de Santana reunia “razões técnicas, econômica e de tradição” da obra. Retórica que aliava a racionalidade (diziam que a cidade era mais preparada tecnicamente, desde 1943 possuía um moderno equipamento para servir a indústria do boi: os Currais Modelo) com a tradição (a fama da feira de gado que remontava ao século XIX). A fração da classe dominante ligada ao Rotary esforçava-se para desenvolver a indústria a partir do produto do campo, para isso utilizaram a tradição rural da cidade como argumento para atenção dos seus interesses.

Em resposta, Regis Pacheco afirmara que, considerando o apelo do clube, mandaria um técnico para analisar a viabilidade da instalação do Matadouro Frigorífico em Feira, explicou, contudo, que as obras seriam de responsabilidades do “Ministério da Agricultura através do

<sup>230</sup> OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. *O., cit.*, p. 20

<sup>231</sup> “Construção do Matadouro Frigorífico: o Rotary Club inicia campanha pró-localização em Feira de Santana”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 jun.1952. p. 01. (MCS/CENEF).

Instituto Pecuário da Bahia” e, que até aquele momento, ainda não existia “decisão final” sobre a questão. Entrou em cena o rotariano Carlos Valadares, então Deputado Federal, para interceder junto ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da República. Vejamos:

Meu colega Oliveira Brito viaja para Salvador amanhã ficou de dar-me urgentes e seguras informações sobre assuntos seu telegrama pt (sic) tenho razões não acreditar Matadouro Frigorífico na cidade Conceição pois estou confiante palavra de presidente Vargas e ministro Cleofas sentido auxilio federal realização esta obra em nossa terra vg (sic) como já fiz ver preclaro Governador do Estado pt (sic) Cordialmente Carlos Valadares.<sup>232</sup>

Na questão do Matadouro Frigorífico, o Rotary se colocou como porta-voz do “povo feirense” e defensor das suas “justas aspirações”. Seus membros vestiam os interesses de classe com estampa de necessidades coletivas e desfilavam como se estivessem “representando todas as classes” do município. No *Gazeta do Povo*, mais duas evidências das ações rotarianas, no sentido de influenciar governo e opinião pública. O primeiro, carta ao presidente da república, “pedindo providências no sentido de serem liberadas as verbas da Santa Casa de Misericórdia”, que tinha um rotariano como curador. O segundo, a doação de verbas para ajudar na construção de um prédio escolar: “em maio do ano vindouro será feita solenemente a inauguração da primeira escola rotária feirense”.<sup>233</sup> Manobras para conseguir a realização de objetivos traçados numa organização dirigida pelos “donos da cidade”.

## 2.5 – Educação política: o Colégio Santanópolis

Existiam mais conexões entre o Colégio Santanópolis e a política feirense que um rápido olhar poderia perceber. Para começar, observamos a trajetória política dos seus principais dirigentes. O idealizador, fundador e dono, Áureo de Oliveira Filho, no período estudado, foi integrante do Rotary, partidário da UDN, vereador e deputado estadual. O professor Joselito Amorim, foi diretor da agremiação, rotariano, udenista, vereador e prefeito. Por fim, Alberto Sampaio Oliveira, herdeiro de Áureo Filho, diretor do *Colégio* nos anos 1950, foi rotariano, udenista e vereador.

Antes de continuarmos refletimos rapidamente sobre a educação e sua função social. Começamos com a escola que, dentro do capitalismo, configurou-se como elemento dinâmico da mescla coerção/consenso, peça imprescindível na construção da hegemonia de uma

<sup>232</sup>Idem.

<sup>233</sup>“Rotary Club de Feira de Santana: reunião Semanal”. *Gazeta do Povo*, 20 dez. 1959. Feira de Santana. p. 08. (LABELU).

determinada classe. Gramsci dizia que nas sociedades modernas o “Estado está para além do aparelho de governo”, sendo composto por “aparelhos de hegemonia”, complexo de “organizações do tipo privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas”.<sup>234</sup> A escola (instituição), considerando as subjetividades de seus diversos sujeitos e conflitos cotidianos, participa da “função educativa positiva” como órgão difusor de visões de mundo da classe que detém o monopólio dos recursos materiais e simbólicos, opera, em última análise, com intenção de universalizar sua cultura e seus interesses.<sup>235</sup>

Da totalidade à particularidade, da construção da hegemonia na sociedade capitalista às dinâmicas do dia-a-dia feirense. Analisamos as intervenções do Santanópolis na política e no cotidiano citadino de olho na noção de estratégia de Michel de Certeau. Definida como o “cálculo (ou a manipulação) das relações de força”, a estratégia “procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’”, constituir um corpo distinto, produzido com intenção de ser socialmente legítimo, capaz de disputar o monopólio das práticas e representações do cotidiano, a fim de superar suas instabilidades e tensões internas, num típico “gesto da modernidade científica, política, militar”.<sup>236</sup>

Com Gramsci, miramos o *Colégio* como instituição que desempenhava, historicamente, a função de órgão vinculado ao aparelho privado de hegemonia, vetor do conjunto de visões de mundo dos dominantes em Feira de Santana. Com Michel de Certeau, visamos um *próprio*, um “lugar de poder”, dispositivo de ordem montado para estruturar espaços, discursos e práticas para enfrentar os conflitos sociais, agindo sobre as relações de força. O que se pretende, com o diálogo teórico, é construir uma perspectiva para examinar a função educativo-política dessa instituição na cidade.

Fundado em 11 de agosto de 1933 como ginásio, o Santanópolis transformou-se em colégio por força do decreto presidencial em 1943.<sup>237</sup> A instituição extrapolou as atividades típicas do ensino formal, estabelecendo-se como organizador de múltiplas práticas socioculturais: curso primário, fundamental e secundário; curso pedagógico e de técnico em Comércio; grêmios culturais, o Grêmio Cultural Áureo Filho e o Grêmio Cultural Honorato Bonfim; o Clube Pan-americano do Rotary Clube Feirense e o Clube Agrícola Alberto Torres; as semanas de arte e literatura; as atividades do Cineteatro Santanópolis e as experiências do

<sup>234</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*: vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 84.

<sup>235</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 254.

<sup>236</sup> CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 93.

<sup>237</sup> BRASIL. Decreto n 11.970, 18 de mar.1943. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11970-18-marco-1943-456068-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10/05/2014.

jornal Santanópolis (depois rebatizado de *O Coruja*); as gincanas e os campeonatos esportivos; a participação em festas cívicas e as pomposas formaturas.<sup>238</sup>

Le Corbusier dizia que na sociedade moderna a casa era uma espécie de “máquina de morar”; caberia dizer, o Santanópolis, ao seu tempo, foi uma “máquina de formar”? Com atividades ramificadas no cotidiano, a instituição semeava suas visões de mundo, com ênfase nos jovens e com a cabeça no liberalismo. Vejamos:

Em regozijo pela democracia a mocidade estudantil da nossa cidade, fez realizar no dia 19 do decorrente mês um grande comício democrático, na Praça Fróes da Mota, onde aglomerava grande massa popular desde as 19 horas. Do coreto da praça acima referida pendiam distintos acusadores contra a ditadura fascista que em 37 *os salvadores magnânimos* quiseram impor a nacionalidade.<sup>239</sup>

No fragmento, a “mocidade estudantil” aparece como produtora e protagonista do comício. O articulista não especificou quais eram as escolas envolvidas na organização do evento, tampouco reportou as características, comportamento e palavras de ordem da “grande massa popular”. Nos anos 1940, a Escola Normal e o Colégio Santanópolis eram os únicos estabelecimentos com oferta de ensino secundário. O primeiro, público, dedicava-se prioritariamente à formação de professores para alimentar as Escolas Rurais, unidades de ensino voltadas para alfabetização em diversos municípios do estado; o segundo, privado, concentrava suas atividades no centro urbano e ofertava ginásio, científico e cursos profissionalizantes.<sup>240</sup>

Deduzimos que muitos integrantes da “mocidade estudantil” vinham das cadeiras do Santanópolis. Eram “moços e moças” formados na escola pensada, construída e dirigida por Áureo Filho, político ligado ao Rotary e à UDN, instituições ideologicamente alimentadas pelo liberalismo. As conexões políticas do dono do *Colégio* dimensionam uma das funções do Santanópolis, a formação de quadros dirigentes para a cidade. Uma evidência disso, a fundação do grêmio estudantil de apoio ao candidato da UDN à prefeitura em 1947:

<sup>238</sup>Sobre as atividades do Santanópolis, ver: OLIVEIRA, Nívia Soares de. *Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana (1934 – 1959)*. 2014, 316 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. 316p

<sup>239</sup>“O grande comício do dia 19”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 abr.1945, p. 04. (MCS/CENEF).

<sup>240</sup>Sobre a História da Educação em Feira, ver: SANTOS, Ana M. F. dos. *A gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana (1963-1964)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, 163p; OLIVEIRA, Nívia Soares de. *Op. cit.*, 314p; e SOUSA, Ione Celeste de. *Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. São Paulo: EDUC, 2001, 197p

A mocidade estudantil, sacrário onde se guarda as maiores esperanças da Feira democrática, a velha Feira insubmissa de 1837, constitui-se em comitê pró Carlos Bahia, elegendo os seguintes órgãos: Diretório: Presidente – Hugo Silva, vice-presidente – João Durval Carneiro, 1º secretário – Alberto Sampaio de Oliveira, 2º secretário – José da Costa Falcão, tesoureiro – Yelson Lopes de Amorim.<sup>241</sup>

Na direção do comitê vemos: Hugo Navarro Silva, 18 anos, sobrinho de Arnold Silva (integrante da UDN de Feira e cunhado de Carlos Bahia, o então candidato a prefeito); João Durval Carneiro, 18 anos, filho de João Batista Carneiro (candidato a vereador pela UDN na mesma eleição); Alberto Sampaio de Oliveira, 17 anos, herdeiro de Áureo Filho (dono do Colégio e candidato a vereador pela UDN na mesma eleição); José da Costa Falcão, 18 anos, filho de João Marinho Falcão (futuro prefeito da cidade pela UDN). Naquele momento os quatro tinham em comum, além do Colégio, a origem social. Eram filhos de grandes fazendeiros e empresários locais. Logo, estreitariam mais seus laços políticos na UDN: Hugo Silva, João Durval e Alberto Oliveira, por exemplo, foram vereadores nos anos 1950-1960.

As ações do “Comitê pró Carlos Bahia” (abrigado no Santanópolis) foram os primeiros passos de sujeitos que futuramente participariam da direção política da cidade. Era o Colégio como lugar de recrutamento e formação de novos dirigentes. Uma visada na primeira frase do informe diz muito a esse respeito, quando “a mocidade” aclamava “a velha Feira insubmissa de 1837”, é notável a referência à participação feirense na Sabinada. Possivelmente a leitura de *A Sabinada: A República Baiana de 1837*, interpretação liberal de tal movimento escrita por Luís Viana Filho e publicada em 1938, tenha servido de inspirações para aqueles jovens.<sup>242</sup>

Anos mais tarde o Grêmio Cultural Áureo Filho, coadunado ao *Colégio*, criou o jornal Santanópolis. Já na primeira edição o periódico se ocupava com propagandas de políticos ligados à UDN. Seria coincidência o jornal começar a circular justamente no ano eleitoral? Na edição de 09 de setembro de 1954, destacava-se em fonte alimentada: “Para Prefeito, João Marinho Falcão”. Logo abaixo, Jair Santos Silva, aluno do Santanópolis, num extenso artigo

<sup>241</sup>“Comitê estudantil pró-Carlos Bahia”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 out.1947, p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>242</sup>Lembrando que no escrito, Viana Filho se esforçava para reconstruir historicamente a Sabinada em contornos liberais, com intenção de cultivar na memória coletiva os feitos e figuras de políticos baianos do Império, ligando-os aos seus descendentes na República e aos pares do movimento Autonomista Baiano. Sobre isso disse Silva: “Os historiadores baianos dos anos 1930 e 1940 que participaram da luta pela ‘redemocratização’ fizeram uma historiografia que tinha como tema a Bahia; ofereceram em seus trabalhos uma imagem do Brasil cujo enquadramento era a Bahia. Lançaram-se à pesquisa documental para esclarecer os fatos, e não se negaram a reconhecer que estavam buscando meios para edificar uma memória que satisfizesse às necessidades de idealização do passado. De um passado no qual ‘a Bahia era a Bahia.’” Em SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 1ª Ed. Salvador: Edufba, 2000. p. 145.

apresentava a candidatura de Áureo Filho para deputado estadual. Silva exaltava os “dotes intelectuais” e cobrava o apoio dos feirenses ao dono da escola: “A Feira elegendo Áureo Filho está saldando uma dívida e ao mesmo tempo provando gratidão”.<sup>243</sup>

Na edição seguinte do jornal *O Santanópolis*, um artigo tomava por inteiro a primeira página. Dessa vez não se tratava apenas de polir a candidatura de Áureo Filho, mas de pelejar em favor da “boa reputação do professor Áureo”, atacada por um dos concorrentes eleitorais. Na “defesa do mestre” os elementos argumentativos utilizados evidenciam novamente a influência e a circulação do pensamento liberal entre os santanopolitanos:

A nossa democracia, está assentadas em bases podres, os verdadeiros valores morais e intelectuais, estão se retraindo a todo instante, ante a onda avassaladora da corrupção, e da imobilidade política que nos assalta a todo instante [...] Para nós, os moços, <democracia> tem um significado diferente; a nossa democracia é e será sempre aquela que nos foi ensinada por Jefferson, que sempre nos foi lembrada por Áureo Filho em sua escola; para nós, os moços, o advogado, o médico, o soldado, o engenheiro, o professor, o operário devem ser distinguidos, não por suas relações de amizade, e sim pelos méritos.<sup>244</sup>

O texto, dessa vez sem assinatura, parece ter sido composto pelo corpo editorial do jornal, que àquela altura era dirigido por José Luiz Navarro, irmão de Hugo Navarro, sobrinho de Arnold Silva, amigo e correligionário de Áureo Filho. Escrito na primeira pessoa do plural, como se os redatores representassem todos os jovens da Feira, o artigo defendia uma concepção de democracia exterior ao que “aqueles moços” julgavam viver no momento. Eles reivindicavam a democracia “ensinada por Jefferson, que sempre nos foi lembrada por Áureo Filho em sua escola”, uma clara tomada de posição em favor do liberalismo norte-americano, reveladora do projeto de educação política desenvolvida no Santanópolis.

No fragmento logo percebemos a exaltação da meritocracia, vejamos: “para nós, os moços, o advogado, o médico, o soldado, o engenheiro, o professor, o operário, devem ser distinguidos, não por suas relações de amizade, e sim pelos méritos”. No discurso dominante era recorrente a defesa do mérito (centrado no ideal da vitória individual a partir da livre iniciativa) e da racionalidade econômica. Tratava-se da tentativa de fortalecer os conteúdos éticos do capitalismo, assentados na visão de mundo liberal, burguesa, americanista. Na passagem que se segue mais um indício dessa fala:

---

<sup>243</sup>SILVA, Jair dos S. “À candidatura, Áureo Filho”. *Santanópolis*, Feira de Santana, 09 jul.1954. p. 04. Memórias: periódicos feirenses: Santanópolis (1954 a 1955) e O Coruja (1955 a 1957). Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos/Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2010.

<sup>244</sup>“Em defesa de um Mestre”. *Santanópolis*, Feira de Santana, 09 jul.1954. p. 01. Memórias: periódicos feirenses... Op. cit.

[...] um homem que merece nosso acatamento, a nossa veneração e respeito, não somente por ser o pioneiro da instrução secundária, nos sertões da Bahia, lugar considerado impróprio, e desaconselhado pelo governo do Estado, que nunca voltara às vistas, para a instrução secundária do sertanejo; este homem dinâmico empreendedor, o Dr. Áureo Filho, que honesto, digno e acatado.<sup>245</sup>

Fala que nos remete às noções de pioneirismo e empreendedorismo. Sobre isso, Sandra Oliveira, estudando o Santanópolis (entre 1934 e 1954), lembra que ele “era visto como bandeirante da ‘civilização’”, uma instituição que se queria expoente do progresso, símbolo de uma cidade que crescia e avançava ao encontro da modernidade.<sup>246</sup> Na cabeça daqueles senhores, os sertões figuravam como uma espécie de “deserto dos bárbaros”, inóspito de civilidade e ausente de ordem. Para eles, somente um “visionário”, um “homem dinâmico e empreendedor” poderia, com sacrifício individual, vencer a ignorância. Propalavam: “o povo da Bahia sabe que Áureo Filho se fez com seu próprio esforço e para levar avante a sua obra de civilização, tarefa difícil, porém dignificantes.”<sup>247</sup> Era essa a aura construída sobre o professor Áureo Filho e o seu Santanópolis.

Além da produção de uma retórica para política, centrada no modelo do homem de qualidades notáveis, caracterizado na figura do professor e candidato Áureo Filho, o periódico reivindicava, também, o lugar de voz da mocidade feirense. Diziam: “Conosco está toda juventude desta terra, estão todos aqueles que entraram pelo caminho do saber, da justiça, da bondade, da honestidade”.<sup>248</sup> Mais uma tentativa de universalização da meritocracia, do moralismo, do pioneirismo, do empreendedorismo, enfim, do liberalismo como conteúdo ético a ser transformado em senso comum.

Esses princípios, constantes na fala udenistas, faziam parte da mentalidade dominante em Feira de Santana. As ações e imagens produzidas pelo Santanópolis, parece-nos, um caminho entendermos sua instituição. O Colégio praticava variados tipos de formação, dois interessam por hora: entre os patrões, preparava futuros dirigentes para a cidade; entre os trabalhadores, formava profissionais especializados para o comércio. A escola manteve diversos cursos técnicos, com destaque para a Escola Técnica de Comércio, que como lembra Sandra Oliveira:

---

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> OLIVEIRA, Nívia S. de. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>247</sup> “Em defesa de um Mestre”. *Santanópolis*, Feira de Santana, 09 jul. 1954. p. 01. Memórias: periódicos feirenses... *Op. cit.*

<sup>248</sup> Idem.

No contexto econômico de Feira de Santana nos anos 1940, em franca expansão comercial, a Escola Técnica do Comércio Colégio Santanópolis foi um dos mais importantes empreendimentos daquela instituição. As expectativas em torno de sua criação iam além de um curso de nível técnico, o que já se configurava num feito importante para Feira e Região.<sup>249</sup>

No Santanópolis, grupos dominantes promoviam o encontro do mercadejar com a razão científica. Um exemplo disso foi o Curso Comercial Básico e do Curso Técnico de Contabilidade, em conformidade com “os Decretos Leis nº 6.141 e 6.142 de 28 de dezembro de 1943 [...] e em turno noturno”. O horário de funcionamento aponta indício sobre sua “clientela”: trabalhadores que buscavam especializar-se para melhorar suas posições profissionais. Articulavam-se, assim, o comércio local e a técnica científica, evidências disso foram os convênios do Colégio “com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que mantinha cursos de preparação comercial; mais ainda, uma Escola de Preparação Comercial no estabelecimento”.<sup>250</sup> A parceria com o SENAC expressava a conexão de Feira com o chamado Sistema S, composto também por (SENAI) Serviço Nacional da Indústria, (SESC) Serviço Social do Comércio e (SESI) Serviço Social da Indústria, agências criadas nos anos 1940 como base técnica para o Nacional Desenvolvimentismo.

Além do SENAC, mais algumas instituições viviam com possibilidade de racionalização do trabalho em Feira de Santana:

Quarta-feira última, às 20 horas, no Colégio Santanópolis realizou-se a sessão solene de encerramento dos cursos que o SENAC mantém no referido colégio, e entrega dos prêmios aos alunos que mais se distinguiram durante o ano letivo de 1948. Presentes os estudantes, os professores, o representante da Associação Comercial, Sr. Teodorico José Alves, e o do Rotary Club, sr. Carlos Bahia. Falou primeiramente Sr. Áureo Filho, diretor do Santanópolis, que disse dos grandes benefícios e oportunidades proporcionadas aos comerciários pelos cursos noturnos do SENAC.<sup>251</sup>

Tais instituições possuíam alguns interesses comuns, como os de desenvolver o comércio local, instituir modelos para o trabalho e para o trabalhador (formar mão de obra e padronizar o método de trabalho), integrar Feira ao processo de industrialização do Brasil. Entre os representantes que compuseram a mesa do evento, dois udenistas: o então vereador Áureo Filho, representando o Santanópolis e o candidato a prefeito derrotado nas eleições de

<sup>249</sup> OLIVEIRA, Nívia Soares de. *Op. cit.*, p. 145.

<sup>250</sup> Idem, p. 147.

<sup>251</sup> “O encerramento dos cursos do SENAC no Colégio Santanópolis”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 dez.1948. p. 04. (MCS/CENEF).



um ano antes, 1947, Carlos Bahia, representando o Rotary Club de Feira. Ainda, um representante da Associação Comercial local e outro do SENAC. Instituições com dimensões diversificadas (01 internacional, o Rotary, 01 nacional, o SENAC, e duas locais, Santanópolis e Associação Comercial) combinando esforços para desenvolver o capitalismo em Feira de Santana.

A partir das evidências e indícios encontrados, analisamos o Santanópolis, a partir das reflexões de Gramsci e Certeau, como um órgão capaz de integrar o aparelho de hegemonia da classe dominante, que intervinha no cotidiano, como um corpo próprio, como “base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças”.<sup>252</sup> Para viabilizar suas intervenções na cidade, o Colégio contou com recursos além das mensalidades dos alunos regulares. Naquele tempo era prática corriqueira repassar recursos públicos, da administração municipal e estadual, para inúmeras instituições de Feira. Ana Fontes, ao interrogar a fundação do Ginásio Municipal de Feira de Santana, afirmou que o “(...) principal beneficiado desta política era o ginásio do Colégio Santanópolis, pertencente ao deputado Áureo de Oliveira Filho”.<sup>253</sup>

Sandra Oliveira lembra que na década de 1940, Áureo Filho intensificou as campanhas por verbas públicas para seu Colégio, ancorado no argumento “que o governo não deveria economizar quando se tratasse de educação” e que deveria “aproveitar a existência dos estabelecimentos particulares, o que seria de grande poupança para o erário público e enorme estímulo à iniciativa privada”.<sup>254</sup> Sobre isso, Oliveira reflete:

Fica claro no texto acima o Lobby em favor da iniciativa privada, o que não causa surpresa em se tratando de um empresário; porém, desconfio da poupança para os cofres públicos. Afirmar essa economia ou prejuízo requer uma análise de cruzamento e atualização de dados, o que não seria possível se realizar nesse trabalho e nem é objetivo deste.<sup>255</sup>

De fato, não há dúvidas quanto ao interesse econômico do empresário Áureo Filho. Entretanto, o enriquecimento pessoal não é a única explicação para tais solicitações. Afastando-se de uma interpretação patrimonialista, imaginamos que o Colégio, apesar de empresa privada, pretendia cumprir funções específicas para os dominantes: formar quadros políticos; “qualificar” trabalhadores para o comércio; irradiar suas visões de mundo, visando

<sup>252</sup>CERTEAU, Michael de. *Op. cit.*, p. 93

<sup>253</sup>SANTOS, Ana M. F. dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Sitientibus*: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 24, jan./jun. 2001, p. 34.

<sup>254</sup>*Folha do Norte*. 02 mar. 1946, p. 01. Apud. OLIVEIRA, Nívia Soares de. *Op. cit.*, p. 195.

<sup>255</sup>OLIVEIRA, Nívia S. de. *Op. cit.*, p. 195-6.

universalizá-las. Subvencionar o Santanópolis não era apenas beneficiar o sujeito Áureo Filho, significava, também, nutrir a política de controle social e dominação de classe. Abaixo, levantamento dos Projetos de Lei que destinavam verbas para o Santanópolis:

**Tabela 01 - Subvenções públicas destinadas ao Santanópolis (1945-64)**

| Subvenções públicas      | Valores                  |
|--------------------------|--------------------------|
| Projeto de Lei n° 25/52  | Cr\$ 135.000,00          |
| Projeto de Lei n° 81/53  | Cr\$ 129.600,00          |
| Projeto de Lei n° 82/53  | Cr\$ 195.600,00          |
| Projeto de Lei n° 92/53  | Cr\$ 195.600,00          |
| Projeto de Lei n° 98/54  | Cr\$ 189.800,00          |
| Projeto de Lei n° 02/55  | Cr\$ 150.000,00          |
| Projeto de Lei n° 151/56 | Cr\$ 252.000,00          |
| Projeto de Lei n° 33/57  | Cr\$ 154.800,00          |
| <b>Total</b>             | <b>Cr\$ 1.206.800,00</b> |

Fonte: FEIRA DE SANTANA. Projetos de Lei 1947-64. Caixas de 01-04. (Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana (ACM/FSA).

Na tabela constam as subvenções concedidas pela Câmara de Vereadores de Feira de Santana, capital apenas do erário municipal. A título de comparação, em que pese a desvalorização da moeda, somados os valores das subvenções para o Colégio, Cr\$ 1.206.800,00 representavam quase o dobro dos gastos para construção dos Currais Modelos (662,000\$00)<sup>256</sup> e, mais ou menos, um terço dos gastos para instalação do serviço de distribuição de água no município (Cr\$ 6.000.000,00).<sup>257</sup>

Além do incremento dado pelos cofres municipais, existiam ainda verbas de origem estadual e federal.<sup>258</sup> Sem dados para fazer um levantamento sistematizado destas últimas, não foi possível contabilizá-las com precisão. Descobrimos, porém, que a maioria das subvenções federais foram destinadas ao Fundo Nacional para o Ensino Médio (FENEM), agência vinculada ao Governo Federal. Lembramos que Áureo Filho figurava na comissão

<sup>256</sup>CARVALHO, Heráclito Dias de. *Op. cit.*, p. 09-10.

<sup>257</sup>FEIRA DE SANTANA. Projeto de Lei n 113, 31 maio 1944, *Projetos de Lei 1947-64*. (ACM/FSA)

<sup>258</sup>No Folha do Norte um informe de João Mendes da Costa, deputado federal udenista, afirmava ter conseguido CR\$ 200.000,00 da união para o Santanópolis. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 30 jul. 1949. p. 01. Em matéria A Gazeta transcreveu um telegrama do deputado Manoel Novais que dizia: “tendo o Ginásio Santanópolis recebido empréstimo Fundo Nacional ensino médio está definitivamente resolvido problema dos setenta e três bolsistas que estavam cursando condicionalmente pt.” In Solucionado o caso dos bolsistas do Santanópolis. *A Gazeta*, Feira de Santana, 31 ago. 1957. p. 01. (LABELU).

regional da FNEM, posição que poderia facilitar concessões pecuniárias ao seu estabelecimento de ensino.<sup>259</sup> Conflitos de interesse?

Não seria a primeira vez que o dono do Santanópolis se envolvia em polêmicas dessa natureza. No ano de 1955, o periódico *A Tarde* publicou uma matéria acusando-o de nepotismo. Segundo o jornal de Salvador, por intermédio dos contatos de Áureo Filho, foram nomeadas sua irmã, sua sobrinha e sua filha para cargos de professoras na Escola Normal de Feira de Santana.<sup>260</sup> Através do *Folha do Norte*, o político feirense defendeu-se das acusações em carta aberta. Na missiva, sem poder negar as nomeações dos parentes, que de fato aconteceram, Áureo Filho utilizou o argumento do mérito para justificá-las, defendendo as qualificações intelectuais e profissionais da irmã, da sobrinha e da filha.<sup>261</sup>

Quando vereador, legislatura 1948-1951, o dono da escola protagonizou mais algumas alterações. A principal envolveu questionamentos sobre seu compromisso e sua assiduidade nas reuniões da *Casa*. Partidário da UDN, legenda derrotada municipalmente em 1947, o vereador Áureo Filho se fez presente em 05 das 37 sessões ordinárias da Câmara dos Vereadores no ano de 1948, foram elas: a 04ª sessão para tomar posse; 07ª sessão para responder aos vereadores que criticavam suas faltas; na 23ª não se pronunciou; na 29ª sessão compareceu e propôs “a criação de uma verba necessária para custeio de trinta ‘Bolsas de Estudo’”; na 37ª solicitou inclusão de verbas para bolsas escolares no orçamento do ano seguinte; e na 38ª se fez presente para defender o prefeito, que na ocasião mudara de lado (do PSD-PTB para UDN), das críticas dos antigos correligionários.<sup>262</sup>

Ao trazer à baila as “polêmicas e proezas” do dono do Santanópolis não intencionamos denunciá-los. Tão pouco difamações, lembrando que todas as afirmações foram devidamente documentadas no texto. De outro modo, a atuação de Áureo Filho nos serviu como indício para entendermos as práticas de poder dos dominantes. Lembramos que UDN, no seu programa e discurso, defendia com ferocidade a moralização da vida política. Os udenistas de Feira utilizaram essa retórica para atacar seus adversários eleitorais. Ver os integrantes da “eterna vigilância” driblando/incorrendo nos deslizes/crimes que eles combatiam, de certo modo, é ter a possibilidade de observar a desrazão da prática nos produtores do discurso.

<sup>259</sup>No *Folha do Norte* lemos: “Áureo Filho na qualidade de integrante do FNEM poderá ampliar o seu trabalho pela melhoria do ensino secundário da Bahia”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 08 fev.1958. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>260</sup>“Rebatendo perfídias”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 25 jun.1955. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>261</sup>Idem.

<sup>262</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara de Vereadores*: 04ª Sessão Ordinária, 31 maio 1948. p. 04; 07ª Sessão Ordinária, 09 jun. 1948. p. 09-11; 23ª Sessão Ordinária, 13 set. 1948. p. 33-4; 29ª Sessão Ordinária, 04 out. 1948. p. 39; 37ª Sessão Ordinária, 03 dez.1948. p. 55-6. (ACM/FSA).

### CAPÍTULO 3 – O BICHO ESPREITA

Virando-se, avistou à margem da estrada o dorso negro do réptil, que se mantinha quieto, cabeça um tanto levantada como se à espreita de algo não imediatamente visível, e assim resolveu espantá-lo com o pau de perseguir calangos e agitar folhas. Não ficava longe dali a cidade, mas o mato dos arredores era sempre fonte de surpresas, quando não de inquietações, como a visão da cobra insolitamente postada à beira do caminho, esperando. A menina arremedou o pau, certa que afastaria dali uma ameaça. Mal atingida, a serpente começou a deslizar em sua direção, sempre, cada vez mais rápido, enquanto ela corria assustada, a princípio facilmente, depois com cansaço, quilômetro sobre quilômetro[...]. Foi quando a fera alcançou a presa, picando-lhe o calcanhar. Diz que não houve demora, que a vítima foi levada à casa de saúde por um sitiante que lhe ouvira aos gritos e ainda tinha podido divisar a peçonhenta em fuga para o mato. Era uma jararacuçu-rabo-de-veludo, cobra esquisita, bem sabe a gente da roça, ominosa. Presságio de bicho, talvez.<sup>263</sup>

No romance *O bicho que chegou a Feira*, Muniz Sodré interpreta parte fundamental da História de Feira de Santana, o Golpe de 1964 e seu desenlace violento e modernizante. Essa apreciação inspirou o último momento deste escrito, que começou narrando a “cidade que fervia” (com fim de uma ditadura do Estado Novo) e termina com a análise dos anos que precederam a instalação de outra ditadura (inaugurada com o golpe civil-militar de 1964).

Muito já foi escrito sobre esses 19 anos (1945-64) de entre golpes. Interpretações e denominações não faltam para o período, chamado de “intervalo democrático”, de “populismo brasileiro”, de “experiência democrática”, de “interregno eleitoral”. A discursão historiográfica é intensa, beira o drama em alguns casos. Por isso, no primeiro momento desse derradeiro capítulo, enveredamos nesse debate, nada muito extenso, somente apresentamos alguns autores interpretaram esse período e dos que intencionam revisá-la.

Ademais, buscamos entender o que se passou na política da Feira dos anos 1950-1960, em especial nas disputas intraclasse dominante. Miramos as dinâmicas eleitorais, as alianças, e turbulências entre os “donos da cidade”, desde a primeira eleição municipal (1947) até o Golpe de 1964. Para tanto, retomamos alguns aspectos dos cinco governos municipais precedentes aos eventos do 1º de abril. Com isso, esperamos, na medida do possível, entender as tramas e personagens da política feirense daquele tempo.

---

<sup>263</sup>SODRÉ, Muniz. *O bicho que chegou a feira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 199, p. 11

### 3.1 – *Cobra parada não come sapo*: quando mudar é conservar

Alerta o adágio, “cobra parada não come sapo”. Com outras palavras, os que ficam parados não comem, perdem a vez, o lugar, o bonde da história. O ditado sertanejo guarda semelhanças com a máxima que permeia a novela siciliana *O Gattopardo*, “para que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.<sup>264</sup> Metáforas que nos servem como “deixas”, “ganchos” para reflexões a respeito da política brasileira, em especial o turbulento período entre o fim do Estado Novo (1945) e golpe civil-militar (1964), intervalo incompreensível se isolado dos eventos socioeconômicos inaugurados em 1930. Reflete Sônia Mendonça:

Sem dúvida alguma a industrialização brasileira teve seu primeiro “arranco” a partir das transformações ocorridas ao longo da década de 1930. Estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de industrialização de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo industrial-urbano enquanto eixo dinâmico da economia [...]. Inegavelmente, a visão da indústria como alternativa para o desenvolvimento ganhou corpo ao longo dos anos 1930-40. Esboçava-se um “projeto” de industrialização pesada que, a despeito de limitado e inconcluso, foi a tônica de organização do próprio Estado. Entre 1930 e 1945 o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade de sua ossatura – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses em jogo metamorfoseados em interesses nacionais.<sup>265</sup>

A industrialização acelerada intensificou o crescimento urbano e a formação do proletariado, processos que adensaram as tensões sociais. A condição de país com produção industrial em “desenvolvimento dependente” tornava ainda mais complexo o jogo político entre as frações da classe dominante, que disputavam a direção política e os modos de desenvolvimento do capitalismo, atentos à necessidade de controle do mundo do trabalho, em especial do nascente operariado urbano – conjunto de situações que se desenrolavam de forma inseparável à construção do “moderno Estado nacional capitalista”.

Para Sônia Mendonça, no bojo do desenvolvimento capitalista brasileiro aparecia “a política sindical e trabalhista, verdadeira ‘pedra de toque’ do modelo econômico até então definido”. Suas políticas de “fixação do salário mínimo em 1940” e “da obrigatoriedade do sindicato único atrelado ao Estado” incrementavam a “poupança da indústria” e controlavam o operariado. Desse modo, o Estado teve papel central nas transformações que se operavam

<sup>264</sup>TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2007. p. 68-69.

<sup>265</sup>MENDONÇA, Sonia R. Estado e Economia no Brasil. In LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Campus, 2004. p. 328.

no país, amornando os conflitos entre trabalhadores e patrões, instituindo políticas que exponenciavam a extração de mais-valor a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho.<sup>266</sup>

Sempre que se aborda a política brasileira do período de 1930 a 1964, um debate vem à baila: a teoria do populismo na América Latina como instrumento de análise daquela conjuntura. Essa vertente interpretativa ganhou força nas ciências sociais brasileiras com as publicações, nos anos de 1960, de “O populismo na política Brasileira” do cientista político Francisco Weffort e do “Colapso do populismo no Brasil” do sociólogo Octavio Ianni. Apresentamos, rapidamente, esses argumentos. Para Weffort, o populismo era:

[...] produto da longa etapa de transformações por que passa a sociedade brasileira a partir de 1930. Como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou políticas de massas, que busca conduzir, manipular suas aspirações, o populismo só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que abre a Revolução de 1930. [...] Foi a expressão do período de crise da oligarquia brasileira e do liberalismo, sempre muito afins na História Brasileira [...] E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial nestes decênios e a necessidade, sentida por alguns dos grupos dominantes, de incorporar as massas no jogo político.<sup>267</sup>

O autor define as determinantes sociais do populismo brasileiro, “a Revolução de 1930 e o processo de crise política”. Weffort buscou no movimento histórico os elementos de sua tese, observou que o desenvolvimento do capitalismo dependente e a fragmentação da classe dominante, desarticulada em termos de projeto político, criaram as condições para a ascensão do Estado populista no Brasil. Para ele, o resultado desse processo foi a complexificação dos conflitos e tensões sociais. A reação da classe dominante (principalmente através do Estado) às novidades do país em ascendente industrialização/urbanização, reverteram-se em políticas de absorção de demandas populares, como a cessão de alguns direitos sociais, figurados na instituição da CLT (ainda durante o Estado Novo) e no reconhecimento do estatuto político da massa trabalhadora, absorvida no jogo eleitoral (de 1945 e até 1964).

Sobre o *start* do desenvolvimento industrial, conjuntura que acelerou a crise hegemônica da “República Velha” e fez germinar populismo no Brasil, diz Ianni:

É inegável que a industrialização no Brasil ocorreu ao acaso das flutuações das relações externas. As condições econômicas, sociais e políticas internas,

<sup>266</sup> MENDONÇA, Sonia R. *Op. cit.*, p. 329.

<sup>267</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 49-50.

que foram bases efetivas dos surtos de desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações [...]. Por essa razão, a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenhos papéis hegemônicos. Em verdade, os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento a história nacional e universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se com a história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta.<sup>268</sup>

Os trabalhos de Weffort e Ianni influenciaram diferentes pesquisas e pesquisadores das ciências sociais nas décadas de 1970 e 1980, principalmente aqueles preocupados com o mundo do trabalho, cujo tema de maior repercussão à época foi o chamado “novo sindicalismo”.<sup>269</sup> A partir dos anos de 1990, a teoria do populismo enfrentou dura campanha de descredito nos círculos acadêmicos. Felipe Demier e Demian Melo entendem que essa guinada teórica teve como marco “A invenção do Trabalhismo”, tese de doutorado de Ângela de Castro Gomes, publicada como livro em 1988.<sup>270</sup> Já na década de 1990, a mesma autora defendeu, em artigo de circulação intensa no meio acadêmico, o descarte do populismo enquanto categoria histórica, para seu lugar propõe a noção de trabalhismo, que reestabeleceria ao trabalhador o “papel de sujeito que realiza escolhas segundo um horizonte de um campo de possibilidades”.<sup>271</sup>

O ataque de Ângela Gomes à teoria do populismo focou a noção de *manipulação*, utilizada por Weffort como meio para interpretar as relações da classe trabalhadora com a classe dominante e seu Estado, àquela altura, ocupado por fração lideradas por Getúlio Vargas e seus aliados. A autora argumenta que na teoria do populismo:

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo

<sup>268</sup>IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.23.

<sup>269</sup>Armando Boito Junior e Décio Saes foram expoentes dessa vertente das ciências, ver: BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 195p e BOITO JUNIOR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 116p; SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Quieroz. 1984 e SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. 135p.

<sup>270</sup>Sobre as revisões e revisionismos da teoria do populismo, ver: DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. 506 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Nitéroi, 2012. p. 336-358; MELO, Demian B. de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Nitéroi, 2012. p. 72-93.

<sup>271</sup>GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as ciências sociais brasileiras: notas sobre a história de um conceito*. In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 46.

ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente.<sup>272</sup>

Demian Melo lembrou que Weffort nunca utilizou a noção de *manipulação* da forma como Ângela Gomes denúncia. Para Melo, de outro modo, o cientista político uspiano “parece pensar uma relação bem mais dialética entre o Estado/líderes populistas do que a visão dicotômica entre um polo *ativo* e outro *passivo*”.<sup>273</sup> Para exemplificar esse ponto de vista, as palavras do próprio Weffort:

As noções de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, tem que ser relativizada, concretizada historicamente, para tentarmos entender a significação real do populismo [...]. A manipulação nunca foi absoluta. Se fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista, que em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração histórica alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes.<sup>274</sup>

Vemos que Ângela Gomes exagera nas críticas à Weffort, esse tipo de leitura do texto do cientista político não ficou restrita a autora, o historiador Jorge Ferreira é outro que se esforça para repelir a teoria do populismo, ou qualquer outra variante de teórica que se inspire no materialismo histórico, das interpretações acerca do mundo do trabalho. Em “O imaginário trabalhista”, Ferreira objetivou analisar os marcadores identitários dos trabalhadores brasileiros entre 1945 e 1964. Processo sintetizado, segundo ele, da seguinte forma:

No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, origem e motivação do quererismo e do PTB, estavam presentes as ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. O trabalhismo, portanto, traduziu uma consciência de classe, legítima como qualquer outra, porque histórica.<sup>275</sup>

No texto de Jorge Ferreira o Estado é interpretado como uma estrutura apartada da sociedade, como um ente abstrato que, quando necessário, materializa-se para fazer acordos e partilhar visões de mundo com os sujeitos que domina. A ojeriza em pensar os mecanismos de

<sup>272</sup>Idem, p. 34.

<sup>273</sup>MELO, Demian B. de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2013, p. 74.

<sup>274</sup>WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 51. Apud MELO, Demian B. de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira...* Op. cit., p. 74.

<sup>275</sup>FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 88.



controle social faz com que o historiador supervalorize o trabalhismo em detrimento das experiências de luta dos trabalhadores. O autor parece, também, não considerar as vinculações sociopolíticas do trabalhismo, ideologia e prática política formada dentro do próprio Estado, cujo interesse era o desenvolvimento da indústria, sem riscos à saúde dos patrões, o que implicava controlar a classe trabalhadora.

Perto da “operação historiográfica” de Jorge Ferreira, a noção de *manipulação* que Weffort lançou mão, mesmo alguns pontos problemáticos de operacionalização, não chega a aviltar o estatuto de sujeito histórico dos trabalhadores, não os reifica, como afirmam Ferreira e Gomes. Sobre isso, reflete o historiador Marcelo Badaró Mattos:

Embora as ideias de “manipulação” das massas, ou “passividade” da classe trabalhadora, associadas à noção de populismo, devam ser rejeitadas, pouco úteis parecem ser as tentativas de superar seu emprego pela desconsideração da dimensão de conflito e da contradição de classes que a noção pretendia explicar. Daí o limite de concepções como as que entendem o papel do Estado naquele período como o de um efetivo representante de aspirações da classe trabalhadora, sublimando a dominação para apresentar “uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”.<sup>276</sup>

Mattos propõe um realinhamento para a questão das relações entre Estado e classe trabalhadora, cujo vértice estaria não nas noções de “manipulação de massas” ou do “trabalhismo como consciência da classe trabalhadora”, mas no exame do “instável equilíbrio entre o projeto hegemônico da(s) classe(s) dominante(s) e os interesses dos dominados que tal projeto afirma representar”. Isso porque pensar a “realidade brasileira no último século, de construção da sociedade capitalista, não é necessariamente pensar num quadro de dominação exercida por uma hegemonia plena de uma determinada classe”.<sup>277</sup> Nesse sentido, não há como se desconsiderar as frações e disputas no interior da própria classe dominante ou suas combinações políticas para manter a ordem. Ou esquecer que os trabalhadores, do outro lado da corda, de alguma forma tentavam melhorar suas condições de vida, aderindo ao Estado (conscientemente ou não) ou construindo um projeto político autônomo, afinal: se “cobra parada não come sapo”, “sapo não pula por boniteza, pula por precisão”.

Pensando essas questões em escala local. Feira de Santana, em 1945, viva seu primeiro sufrágio com voto secreto e direto, sua população beirava os 85.000 habitantes, com cerca de

---

<sup>276</sup>MATTOS, Marcelo Badaró. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista” em *Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura 2009. p. 81.

<sup>277</sup>Idem, p. 77.

10.000 eleitores.<sup>278</sup> Em 1962, última eleição antes do Golpe, no município residiam quase 140.000 habitantes, com aproximadamente 18.500 eleitores.<sup>279</sup> No interregno, mesmo com a população total quase dobrando, os votantes pouco variaram, menos de 2%: de 11,7% para 13,6%. Em escala nacional a população do país saltou de 45 milhões em 1945 para 70 milhões em 1962, no mesmo período os eleitores passaram de 7,5 milhões para 18,5. O que indica que no Brasil o eleitorado cresceu 10%: de 16% para 26%.<sup>280</sup>

Vemos que nas escalas nacional e local a quantidade de eleitores era restrita. Essa característica beneficiava os que já ocupavam cargos políticos. Sobre isso, reflete Sônia Mendonça, “o Código Eleitoral de 1945 foi um dos principais mecanismos condicionantes da transição ‘democrática’ em benefício dos políticos tradicionais”<sup>281</sup>. Na referida lei, os analfabetos e desempregados não tinham direito ao voto. Estas imposições retiraram mais da metade dos brasileiros das urnas. Em Feira de Santana a “transição democrática” despertou atenção de um cronista:

Fazia 15 anos que houvera a última eleição, mesmo assim a “bico de pena”, ou seja, com o voto declarado. Essa seria uma eleição com o voto secreto e com total liberdade, como devia ser em uma democracia. E foi liberdade até demais [...]. O PTB tinha, em Feira de Santana, dois grandes líderes: Hamilton Cohim (foi Deputado) e Claudemiro Campos Suzart (foi Vereador). Ambos bons oradores e altamente politizados, com a bandeira do getulismo arrastavam enorme multidão em seus comícios, embora a maioria fosse analfabeta e aquela eleição não se premiava a ignorância; analfabeto não votava. Não votava, mas subia no palanque para discursar.<sup>282</sup>

Trata-se de um fragmento da crônica “A política após a 2ª Guerra” do memorialista Antonio do Lagedinho. O autor, combatente daquela guerra, nascera em Feira de Santana em 1925. Iniciou sua instrução na *Escola Normal* em 1931 e a completou no Colégio Piedade, Rio de Janeiro. Posteriormente formou-se advogado, dedicou-se ao exercício da profissão e ao jornalismo. Lagedinho esforçou-se em produzir crônicas memorialísticas sobre a cidade. Nos seus textos destacou os grandes eventos, as grandes figuras e a saudade da Feira do passado.

No recorte, miramos dois indícios sobre participação popular na política feirense. O primeiro dá a entender que o PTB era uma das legendas prediletas da “multidão”. O autor produz uma pequena síntese dos líderes e da base do partido. Sobre os chefes, Hamilton

<sup>278</sup>*Folha do Norte*, Feira de Santana, 22 dez.1945. p. 01. (Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses - MCS/CENEF).

<sup>279</sup>*Folha do Norte*, Feira de Santana, 12 dez.1962. p. 04. (MCS/CENEF).

<sup>280</sup>SOARES, Gláucio A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 257p.

<sup>281</sup>MENDONÇA, Sonia R. *Op. cit.*, p. 342.

<sup>282</sup>“A política após a 2ª Guerra” em LAGEDINHO, Antonio. *Feira na década de 30*. Feira de Santana: [s.n.], 2004, p. 101-2

Cohim e Claudiomiro Suzart, diziam ser “bons oradores e altamente politizados”. A respeito dos demais, a tal “enorme multidão”, falava que a “maioria era analfabeta e aquela eleição não se premiava a ignorância; analfabeto não votava”, isso indica o caráter popular da maioria dos petebistas. Vemos, ainda, a distinção entre os líderes e a bases, entre os lideram e os que seguem. O segundo indício, nos chama atenção para alguns elementos do imaginário da “multidão”, disse Lagedinho:

Foi assim que alguns discursos entraram para o anedotário político de Feira [...] Conta-se que um candidato, depois de dizer que Dr. Eduardo Fróes da Mota era inimigo dos pobres, nascido em berço de ouro na Mansão da Praça Fróes da Motta, perguntou: “Ele é o quê?”; Rico – responderam todos; “E eu que nasci ali, na rua do meio (antiga rua das meretrizes) sou o quê?”; “Filho da Pu...!” – respondeu a molecada [...] Outro, em um daqueles povoados que faziam parte do Município, também para mostrar que ia defender os pobres porque ele era igualmente pobre, contou que em sua casa não tinha mesas nem cadeiras, sua cama era de varas, seu remédio era chá de folhas, e arrematou dizendo que agora os ricos tinham inventado até colchão de molas para dormir no macio, enquanto os pobres iam continuar dormindo em cama de vara dura.<sup>283</sup>

Ricos *versus* pobres. Patrões contra trabalhadoras. Parece que Jorge Ferreira ao sentenciar que “o trabalhismo traduziu uma consciência da classe trabalhadora histórica e legítima”<sup>284</sup>, se fixou no discurso do PTB e esqueceu-se das “lutas de representações”, para usar expressão de Chartier.<sup>285</sup> Na irônica imagem produzida por Lagedinho, vemos os indícios do corte de classe que permeava as representações da “massa popular”. “Não votavam mais subiam nos palanques e discursavam” e quando o faziam não falavam de cidadania, de pacto com o Estado e desenvolvimento econômico. Falavam de si. Expunham suas dores e achincalhavam seus inimigos. Usavam os espaços da política como podiam e resinificavam as expressões construídas pelos dominantes sobre eles, trabalhadores, e sobre o mundo.

### 3.2 – *Sob eterna vigilância*: Aguinaldo Soares e Almáchio Alves

O ano de 1947 reinaugurou o calendário político-eleitoral municipal. A Feira estava ainda agitada com as disputas para Presidência do Brasil (1945) e para Governo da Bahia (1946). Nas primeiras páginas dos jornais, só política. Em 02 de agosto o Folha do Norte anunciava que União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR) e Partido

<sup>283</sup>LAGEDINHO, Antonio. *Op. cit.*, p. 102.

<sup>284</sup>FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>285</sup>CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa, Portugal: Difel, 1990. 239p

Trabalhista Nacional (PTN) constituíam a Coligação Democrática Feirense para lançar o udenista Carlos Bahia para prefeito. Pouco depois o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) firmavam a Aliança Feirense, o petebista Aguinaldo Soares Boaventura era o nome para concorrer à direção municipal.

Uma disputa emblemática: Carlos Bahia, filho de Bernardino Bahia – latifundiário, criador de gado, portentoso coronel e Intendente Municipal por duas vezes na “República Velha”<sup>286</sup> – representava os setores mais conservadores da classe dominantes da cidade. Aguinaldo Boaventura<sup>287</sup>, sujeito de origem humilde, empresário de fortuna recém-constituída, um *self-mad man*, por assim dizer, expressava a aliança entre os “novos e velhos ricos”, figurada no seu pacto eleitoral com Eduardo Fróes da Mota, filho de Agostinho Fróes da Mota – dono de fazendas, coronel e Intendente Municipal também por duas vezes.<sup>288</sup> A marca da nova política, metaforizada na emergência eleitoral, não seria uma ruptura dramática, seria a reorganização das frações dominantes. De qualquer modo, independente do resultado das urnas, elementos da “velha ordem” persistiriam no poder.

Sobre a costura da Aliança Feirense, refletiu Eduardo Fróes da Mota:

São conveniências muitas vezes do partido. Agnaldo Boaventura, por exemplo, eu não o conhecia. Ele era do PTB, mas tinha dele, porém, as melhores informações: homem esforçado, e diziam que a melhor biblioteca do interior era a dele, falava até alemão. De maneira que eu tinha uma verdadeira admiração por Aguinaldo, um rapaz pobre, esforçado, trabalhador. E o Agnaldo recebeu ordens do seu partido para se candidatar a prefeito. Dirigi-me a ele depois de ter reunido o diretório que teve a opinião que devíamos ter um candidato nosso. E ele me disse: “olha Dr. Eduardo, eu tenho ordens para manter a minha candidatura, mesmo que seja para perder”.<sup>289</sup>

<sup>286</sup>O cargo de Intendente Municipal equivalia ao de Prefeito. Para mais sobre a política feirense da “República Velha”, ver: CUNHA, Nayara Fernandes. *Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012. p. 47-100.

<sup>287</sup>O Boaventura de Aguinaldo não é mesmo Boaventura tradicional em Feira de Santana (Eurico Alves e Padre Ovídio). Sabemos que Aguinaldo era natural de Santo Amaro e através de fotos da época é notável os traços negros.

<sup>288</sup>Bernardino Bahia e Agostinho Fróes da Mota formavam poderosa aliança política na “República Velha”. Seus herdeiros políticos, Arnold Silva, genro de Bernardino, e Eduardo Fróes da Mota, filho de Augustinho, em algum momento dos anos 1930 romperam o pacto entre as famílias e seguiram caminhos políticos diferentes. Sobre isso, ver: SILVA, Andréa Santos Teixeira. *Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960)*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008. p. 99-144.

<sup>289</sup>“O velho Fróes: uma lúcida felicidade”. *Revista Panorama da Bahia*, Feira de Santana, n. 01, 09 set. 1983. p. 09. (MCS/CENEF).

Como era escolhido um candidato a prefeito em um município relativamente distante do centro político nacional? Na fala de Fróes da Mota notamos que além das determinantes locais, existiam deliberações nacionais que influenciavam na definição das candidaturas municipais. Quando o “velho pessedista” falava nas “conveniências do partido”, que apoiava naquela ocasião a candidatura de um sujeito que ele (chefe político local) “não conhecia”, dando a entender a força e influência (no poder local) das cúpulas dos partidos. Um fato novo, já que na “República Velha” essas organizações, fragmentadas que eram, não conseguiam centralizar tais decisões. Diante da inevitável candidatura do petebista Aguinaldo Boaventura, o chefe do PSD local, avaliou que:

[...] não tive alternativa nenhuma, mas ainda propus a ele o seguinte: “dr. Aguinaldo, nós podemos dividir as posições, o senhor fica com a Presidência da Câmara, e com mais algumas secretarias.” E eu fiz então o acordo com ele, ou seja, o PSD dá o candidato e ele então teria outros cargos. Reunimos o diretório para fechar o acordo. Esta reunião foi presidida pelo dr. Carlos Valadares, eu estava fora. E no momento em que decidimos o assunto, já Aginaldo tinha assinado o acordo, chegou uma proposta da UDN, propondo a ele tudo que nós propomos mais a Prefeitura. Ele disse, porém, que não poderia mais aceitar, pois já havia assinado o acordo, etc. E foi daí que ele foi escolhido para prefeito. Porque realmente naquela ocasião, se ele se candidatasse venceria a eleição. E a missão do chefe é não perder a eleição.<sup>290</sup>

A última frase nos recorda *O Gattopardo*, as arrumações da velha ordem para permanecer socialmente distinta. O “destino dos *Salinas*” e a “missão dos chefes locais” convergiam num objetivo: a reprodução do poder. Na conjuntura descrita por Fróes da Mota, transparece antagonismo UDN e PSD. Diferente do cenário estadual, que vivia a chamada “Paz Baiana”, aliança eleitoral entre udenistas e pessedistas contra os petebistas, que garantiu a Octavio Mangabeira a eleição para o governo do estado em 1946.

A candidatura de Aguinaldo Boaventura evidencia a força do PTB na cidade, o próprio chefe do PSD admitia isto. É possível que durante o Estado Novo, com o crescimento populacional e a urbanização do município, o número de trabalhadores urbanos tenha crescido, sido absorvido por sindicatos, fato que fortaleceria os políticos ligados a Getúlio Vargas e a Aguinaldo, o PTB representava o que havia, em Feira, mais próximo do ex-presidente.

Às urnas. Contado os votos, para prefeito, 4.496 eleitores votaram em Aguinaldo Boaventura e 4.067 em Carlos Bahia. Na Câmara a Aliança Feirense conseguiu duas cadeiras

<sup>290</sup>“O velho Fróes: uma lúcida felicidade”. *Revista Panorama...* Op. cit., p. 09. (MCS/CENEF).

a mais que a Coligação Democrática: 07 contra 05. Pela *Aliança*, Antonio Ribeiro da Cunha, 565 votos; Renato Santos Silva, 414 votos; Servilho Alves Carneiro, 389 votos; Antonio de Oliveira Matos, 380 votos; Edelvito Campelo d'Araújo, 375 votos; Antonio Leopoldo Cabral, 342 votos; Abílio Santa Fé, 333 votos. Pela *Coligação*: Augusto Matias da Silva, 620 votos; João Batista Carneiro, 585 votos; José Joaquim Sabak, Áureo de Oliveira Filho, 359 votos; Almáchio Alves Boaventura, 388 votos.<sup>291</sup>

A UDN de Feira inconformada com os resultados tentou impugnar as eleições. No *Folha do Norte*, o partido sustentou campanha contra a validade do pleito, em “Grande escândalo eleitoral”<sup>292</sup> e “Maior escândalo eleitoral de todos os tempos” fez denúncias sobre compra de votos, eleitores fantasmas, fraude das urnas, exigindo a impugnação das eleições.<sup>293</sup> Na Assembleia Legislativa, Humberto Alencar, aliado de Arnold Silva, defendeu inúmeras vezes impugnação do escrutínio. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) recebeu 86 recursos contrários à validade do pleito, fato que adiou a diplomação dos eleitos. Assim, a UDN conseguiu protelar a investidura do prefeito e dos vereadores por um tempo. Depois de indeferidos os recursos, todos derrubados pelo deputado e advogado pessedista Carlos Valadares, os vencedores receberam seus diplomas.<sup>294</sup>

A rigor, a UDN de Feira pretendia um “golpe-branco”. Primeiro, tentando impugnar os resultados das eleições. Sem êxito, partiu para campanha jornalística contra os eleitos de 1947. Mais um fracasso. O prefeito tomou posse em março e os vereadores em maio de 1948. O golpismo udenista, Benevides chama atenção, era uma das maiores idiossincrasias do partido, prática corriqueira quando se via derrotado nas eleições.<sup>295</sup> Parece que esse estilo de política se repetia em Feira de Santana.

Se o golpe não deu certo, os udenistas tramaram outro ataque contra o governo municipal: engessaram a Câmara, apareceram para posse dos respectivos cargos já na 04ª sessão ordinária e esvaziavam primeiras reuniões, impedindo a votação de projetos de lei por falta de quórum.<sup>296</sup> A tática do absentismo não foi a única e a UDN partiu para a disputa direta, centrou atenção no prefeito, desta vez não em campanha contrária, mas em movimento

<sup>291</sup>“Ata final da apuração das eleições municipais” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 24 jan. 1948. p. 02. (MCS/CENEF).

<sup>292</sup>*Folha do Norte*, Feira de Santana, 17 jan.1948. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>293</sup>*Folha do Norte*, 24 jan.1948. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>294</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 38ª Sessão Ordinária, 08 nov.1948. p. 57. (Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana - ACM/FSA).

<sup>295</sup>BENEVIDES, Maria V. de M. *UDN e udenismo: ambiguidades no liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p. 149.

<sup>296</sup>Reclamações sobre o absentismo udenista extrapolaram a Câmara, transformando-se em debate no Legislativo Estadual que entreviu com advertências aos faltosos, ver: FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 28ª Sessão Ordinária, 02 jan.1950, p 127. (ACM/FSA).

de aproximação. Cooptação, o artifício para primeira vitória udenista. Se Aguinaldo Boaventura se elegeu e tomou posse com ajuda do PSD, seis meses depois, cortou laços este partido para fechar com a UDN. Na Câmara a novidade causou alvoroço:

O Sr. Vereador Antonio Matos, analisando a felonía do Sr. Prefeito Municipal ao acordo que, de próprio punho, firmara com o PSD feirense, fazendo uma exposição do quanto esse partido se empenhara por assegurar ao Prefeito Aguinaldo Boaventura a vitória nas urnas eleitorais e depois, em defesa do reconhecimento das eleições, cuja inviabilidade se pretendeu escandalosamente com oitenta e seis recursos, todos registrado pela Justiça Eleitoral.<sup>297</sup>

O realinhamento do prefeito causou desconforto aos petebistas e pessedistas. A bancada da Aliança Feirense foi de situação à oposição. Na reunião ordinária de 06 de setembro de 1948, o líder do PSD na *Casa*, encaminhou “moção de desconfiança e desaprovação aos atos do Senhor Prefeito Municipal”.<sup>298</sup> O sentimento que pairava em parte da *Câmara* era o de traição e, para eles, o traidor era Aguinaldo Boaventura. Sobre isso, dizia o deputado pessedistas, Carlos Valadares, em carta aberta, endereçada, lida e transcrita nas atas da Câmara: “Aquele que infringiu e negou o acordo que leu e ouviu ler, o acordo que releu e, duas vezes assinou – que traiu o meu Partido e o próprio partido a que pertencia - que deu funções públicas aos que nos combatiam, quando nós o defendíamos”.<sup>299</sup> Um trato e um distrato. As consequências foram contendas que extrapolaram as fronteiras da tribuna municipal, transformando-se em tema da imprensa local. Assim, opinou o *Folha do Norte*:

E ele começou a sofrer politicamente essa decepção inominável, enquanto administrativamente se defrontava com a situação calamitosa que as administrações pessedistas lhe legaram [...] Legítimo self made man, o sr. Aguinaldo é, como todos sabem, um patrício que se fez pelo trabalho, pela economia e pela perseverança. Trouxe para administração as virtudes proeminentes da sua vida particular [...] A reação do prefeito seria fatal. Reagiu. Reagiu e ganhou liberdade de movimentos, reagiu e conseguiu apoio de outras forças partidárias [...] A Coligação Feirense, por exemplo, não vacilou em sustentar os seus princípios de ordem, paz e moralidade política.<sup>300</sup>

<sup>297</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 21ª Sessão Ordinária, 25 ago. 1948, p. 31. (ACM/FSA).

<sup>298</sup>Idem, p. 32.

<sup>299</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 38ª Sessão Ordinária, 08 nov.1948. p. 57. (ACM/FSA).

<sup>300</sup>“Transfigurou-se o panorama político do Município”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 ago. 1948. p. 01. (MCS/CENEF).

Se do ponto de vista do PSD o prefeito tinha distratado um acordo eleitoral, traindo-o na calada da noite, para o Folha do Norte/UDN a perfídia partiu do PSD, que tentou “forçar à renúncia o digno conterrâneo, para que, então, a maioria da câmara, que os pessedistas supunham contra, elegessem um novo prefeito”. O periódico exaltava, ainda, as qualidades individuais do prefeito, genuíno *self-made man*, segundo o articulista. A retórica do mérito, ideário do homem que “se fez pelo trabalho, pela economia e pela perseverança”, aparecia com recorrência nas visões de mundo dos grupos dominante da cidade. O jornal informava, ainda, que a Coligação Feirense encontrava-se, doravante, ao lado do prefeito.

As manobras políticas intensificavam a tensão intraclasse dominante. Segundo o Folha do Norte, na tarde de 13 de setembro, depois de inúmeras discussões na plenária da Câmara, o vereador Demócrito Soares “tenta sacar um revólver para atingir o vereador, no que foi impedido, a esta altura dois ou três pessedistas sacaram das armas, sendo impedidos pelo povo”. Ainda no jornal, “o delegado em exercício correu ao quartel e de lá veio acompanhado de soldado, ordenando o massacre contra o povo. Nessa hora, o prefeito Aginaldo Boaventura evita o conflito, tendo o delegado marchado contra o prefeito”.<sup>301</sup> Nas atas não constam registros da tentativa de assassinato noticiada, apenas relatos de trocas de insultos entre as bancadas rivais.<sup>302</sup>

Nas duas fontes, Folha do Norte e atas da Câmara, intenções opostas. O jornal era vinculado à UDN, servia-lhe como órgão de opinião pública. Os relatos das atas ficavam subordinados à Câmara, presidida pelo PSD. Não se pode saber ao certo o que aconteceu naquela sessão, apenas que ela reverberou além Feira, um indício disso foi a designação, do governador do Estado, Octávio Mangabeira, de um novo delegado de polícia para cidade. Se a nomeação aconteceu por força da repercussão dos fatos ou por pedido dos udenistas locais, lembrando que a UDN era o mesmo partido de Mangabeira, não podemos firmar certeza.

Depois de quase um mês e cinco sessões sem quórum, arrefeceram-se os ânimos e os trabalhos da Câmara voltaram à normalidade. A Aliança Feirense, em maioria, fazia oposição ao prefeito. A Coligação Democrática, minoria, apoiava o poder executivo e esvaziava as sessões cujas discussões não tocavam seus interesses. Assim, inúmeras reuniões ordinárias não foram instaladas por falta de vereadores ou quando conseguiam número para abertura de sessão, não tinham quórum para deliberações. O absentéismo como tática das minorias em Câmara, parece, não foi exclusividade dos políticos de Feira, tanto que a Assembleia do

---

<sup>301</sup>“Clima de inseguranças”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 18 set.1948. p. 0.1. (MCS/CENEF).

<sup>302</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 23ª Sessão Ordinária, 13 set.1948. p.33-4. (ACM/FSA).



Estado, para inibir tal prática, aprovou a lei do “Mandato não cumprido”, que cassava mandatos dos vereadores que não compareciam com regularidade às reuniões das Câmaras.<sup>303</sup>

Com o episódio Aguinaldo, o PTB local não reuniu forças para lançar candidato próprio às eleições de 1950. Calcularam ser mais viável manter aliança com o PSD, rebatizando-a de Coligação Baiana. O candidato dos partidos foi Almáchio Boaventura. Vereador eleito pelo PTN, partido da Coligação Democrática Feirense, Almáchio rompeu com os últimos e alinhou-se à Aliança Feirense, com o tempo ocupou, inclusive, a liderança do grupo na Câmara.<sup>304</sup> Do outro lado, a UDN compôs com o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Republicano (PR) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) a Aliança Democrática Feirense, novamente Carlos Bahia era o candidato. Com a mesma retórica de três anos antes, o grupo partiu para disputa eleitoral, desta vez com apoio do governo municipal. O prefeito Aguinaldo incorporou o espírito de cabo eleitoral, subiu e desceu de palanques em campanha para udenista Carlos Bahia.<sup>305</sup>

Campanha, eleições, resultado: a Coligação elegeu Almáchio Boaventura com 6.879 votos contra 4.957 de Bahia. A diferença de votos entre udenistas e pessedistas/petebistas cresceu: de 429, cerca de 10%, nas eleições de 1947 para 1.922, quase 30%, na eleição de 1950. Comprovado: Carlos Bahia, como se dizia popularmente, era um “candidato ruim de voto”, com ele a UDN feirense se afastava da sonhada vitória eleitoral. Na Câmara a Coligação Baiana fez maioria, elegeu 08 contra 05 vereadores da Aliança Democrática Feirense.<sup>306</sup>

Durante o governo Almáchio Boaventura, as disputas esquentaram. As rugas entre Arnold Silva (líder udenista da vez) e o prefeito tornaram-se constantes e públicas. Via imprensa, os dois travaram intensa batalha. De um lado o Folha do Norte (udenistas) e do outro o Diário da Feira (governista) foram as principais armas do conflito.<sup>307</sup> As agressões começaram logo após a derrota de Carlos Bahia. A UDN, como praxe, não assimilou a derrota nas urnas, partiu para o ataque com objetivo de arruinar a credibilidade pública do eleito.

<sup>303</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 28ª Sessão Ordinária, 02 jan.1950. p. 127. (ACM/FSA).

<sup>304</sup>Como vereador, Almáchio Boaventura cobrava, com recorrência, na Câmara a regulação de preços dos gêneros alimentícios na cidade, prática que lhe fez acumular apoio dos trabalhadores, segundo ele, habitualmente apareciam no seu cartório “comissão popular, para protestar contra a majoração dos preços dos gêneros alimentícios, principalmente o pão e carne verde”. FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 24ª Sessão Ordinária, 07 out. 1949. p. 116. (ACM/FSA).

<sup>305</sup>“Aguinaldo Boaventura levantou a candidatura do Sr. Carlos Bahia à sua sucessão”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 06 maio1950. p. 01.

<sup>306</sup>“Apurações da eleição”. *Folha do Norte*, Feira de Santana 30 dez.1950, p. 01 e 04. (MCS/CENEF).

<sup>307</sup>Não encontramos nos arquivos consultados nenhuma edição do *Diário da Feira*.

Para além de uma campanha golpista, A UDN, Arnold Silva e o Folha do Norte, miravam mais que o cargo de Almáchio Boaventura, pretendiam destruí-lo por completo. Chamavam-no de “canalha geral, ou, mais propriamente, canalha universal, vale dizer canalha em qualquer parte e em qualquer situação, em todas as atividades que por ventura exerça, canalha dentro e fora da política”. Diziam ser ele um “rapaz de constituição moral duvidosa” e “socialmente perigoso, já que levou a mais de um lar a ruína”. Os detratores fetichizavam a vida sexual do prefeito, retratavam-no como cobiçador de esposas alheias, corruptor de mulheres de família, nos dizeres populares da época: “parvo” e “destruidor de lares”.<sup>308</sup>

Na primeira página do Folha do Norte, de 29 de agosto de 1953, um artigo, sem assinatura, elencava inúmeras denúncias contra prefeito Almáchio Boaventura, em ordem: acusações de improbidade administrativa na prefeitura; desfalques nas verbas da Santa Casa, na época em que Boaventura foi seu diretor; suposições de irregularidades no Cartório Boaventura, o prefeito era tabelião de ofício; delatavam, também, abuso de poder, diziam que o alcaide utilizava guardas municipais como jagunços para agredir adversários políticos.<sup>309</sup>

Começamos um título de matéria, “No pretório da opinião”. A palavra, pretório, significa tribunal. Realmente Almáchio caminhava em direção ao seu julgamento. E o juiz, segundo o título, seria a opinião pública. Na concepção do Folha do Norte/UDN a opinião pública era uma entidade autônoma, natural, universal e pautada em princípios “moralmente sólidos”, um cristal formado por todos “os feirenses de bem”. Pesamos em outro significado para a opinião pública, longe das naturalizações generalizadoras e perto das tensões sociais, ligada “à hegemonia política (...) conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos (...)”.<sup>310</sup> Para nós, o jornal não deve ser interpretado como agente histórico neutro, mas como um equipamento político, um órgão de opinião pública. Dito isso, vejamos as acusações do “pretório da opinião”:

Nunca julgamos possível nos reservasse o destino a tarefa de arrastar o sr. Almáchio Boaventura ao pretório, mesmo o pretório da opinião pública. Essa tarefa devia caber, como solene reabilitação de um erro profundo e imperdoável, aos mesmos homens que o indicaram, endeusaram e escolheram para o posto do governo em que se desmanda e aniquila.<sup>311</sup>

<sup>308</sup>“Justiça! ”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 19 set.1953. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>309</sup>“No pretório da opinião”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 29 ago.1953. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>310</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265.

<sup>311</sup>“No pretório da opinião”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 29 ago.1953. p. 01. (MCS/CENEF).

Dois elementos para refletir: primeiro, o jornal se colocava em posição de neutralidade, não se via, ou se apresentava, como órgão de opinião pública ligado a determinado grupo social, como seu meio de disputa e formação de visões de mundo. Segundo, a sublimação de um argumento muito caro para UDN: o elitismo. Quando o articulista criticava os homens do malfeito, do “erro profundo e imperdoável”, da falha dos que “indicaram, endeusaram e escolheram para o do governo”, flertava com a máxima udenista: “o povo não sabe votar”. Para Benevides, esse argumento centrava-se em dois ideais: a “precedência das elites” e o “sentido de excelência dos udenistas”. Ambos funcionavam como justificativas morais, na cabeça dos signatários da “eterna vigilância”, para recorrente prática golpista do seu partido.<sup>312</sup>

Outro pilar discursivo da UDN era o combate à corrupção e moralização política do país. Benevides lembra que o partido construía uma autoimagem que “acentuava qualidades morais, inspiradas numa ética de ‘vergonha, decência e dignidade’”.<sup>313</sup> Em Feira de Santana os udenistas utilizavam esse expediente. Em “Feios casos já famigerados”, publicado em 12 de setembro, o *Folha do Norte* voltava a acusar o Cartório Boaventura de improbidade admirativa. Para o periódico o que se via em Feira “era um escândalo sem precedentes, pela extensão e pelos vultos, nos anais da justiça baiana, como fraude agudizada, contumaz e, até agora, ainda impunes”. Afirmavam ainda a existência “de milhares de pessoas prejudicadas, órfãos e viúvas (...) o tesouro Municipal, o tesouro Estadual, o tesouro da União, nada escapou às arremetidas criminosas dos falsários”. As acusações iam de falsificação de escrituras à sonegação de impostos.<sup>314</sup>

Os ataques ao Cartório continuavam. Em matéria intitulada “Justiça!”, Arnold Silva pedia o “banco de réus” para o “tabelião Boaventura”, acusava-o de cinco crimes, quatro envolvendo irregularidades em escrituras de fazenda e um de sonegação de imposto aos Cofres Municipais.<sup>315</sup> Na mesma edição, outro artigo asseverava, “da prefeitura está saindo dinheiro para pagamento das transmissões do Cartório”.<sup>316</sup> Uma semana depois, o *Folha do Norte* desafiava o “poder público” a investigar “o rosário de crimes do Tabelionato Boaventura”.<sup>317</sup>

<sup>312</sup> BENEVIDES, M. V. de M. *Op. cit.*, p. 149-50.

<sup>313</sup> *Idem*, p. 267.

<sup>314</sup> “Acusador, o acusado”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 12 set.1953. p. 01.

<sup>315</sup> “Justiça!”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 19 set.1953. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>316</sup> “Inesgotável, a mina de sujeiras” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 19 set. 1953, p. 04. (MCS/CENEF).

<sup>317</sup> “Impune: o rosário de crimes do tabelionato Boaventura”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 03 out.1953. p. 04. (MCS/CENEF).

A campanha contra o prefeito reverberou na Câmara, em reunião os vereadores encaminharam uma comissão para investigar as contas do exercício 1951-1952. Tamanha a repercussão da campanha udenista que até Eduardo Fróes da Mota (pessedista convicto e inimigo declarado de Arnold Silva, o mais voraz dos críticos de Boaventura) afastava-se do prefeito, seu correligionário. Sobre isso, Francisco Pinto disse que “conhecedor que era dos princípios sadios e das atitudes do Dr. Fróes da Mota, tinha a certeza de que o prócer pessedistas preferia entregar o Senhor Prefeito à oposição que voltar a ampará-lo”.<sup>318</sup> Abandono total. Parece-nos que a Coligação Baiana, legenda de Boaventura, não queria se macular com os respingos da campanha destrutiva que atingia o prefeito.

O ano de 1953 deve ter sido o mais longo da vida de Almáchio Boaventura. A cada mês a situação piorava. Em 18 de novembro o Diário Oficial publicava a resolução do governador, o pessedista Regis Pacheco, exonerando-o do cargo de tabelião.<sup>319</sup> Ato que além de causar-lhe prejuízo material, o fim da renda do cartório, produzia efeito simbólico devastador sobre sua carreira política. Boaventura não mais se elegeria, ainda, sua memória foi associada à imoralidade e incompetência administrativa.<sup>320</sup>

Contudo, o prefeito chegou ao final do mandato. Depois da devastadora campanha udenista, seu nome não mais figurou nos jornais locais. Sobre ele achamos apenas uma pequena nota que dizia: “esteve em visita à sua terra natal, em dias da última semana, o prof. Almáchio Boaventura, ex-prefeito”. Vemos que Boaventura procurou outro lugar para morar, seus inimigos lhe tiraram até a possibilidade de viver em Feira.<sup>321</sup>

Ao relembrar o caso Boaventura, não temos a intenção de afirmar se “fulano” era corrupto ou beltrano “imoral”. Sem ilusão sobre a verdade dos fatos, a pretensão é outra: mirar uma prática política específica, o golpismo udenista em Feira. Esse partido, encabeçado por poderosos fazendeiros, comerciantes e industriais, movia-se como um predador, mantendo-se sempre à espreita, pronto para atacar quando os seus interesses se deparavam com quaisquer perigos, fosse o comunismo, o populismo, o reformismo, ou manifestação outras que ousassem pensar, querer, agir por uma ordem diferente da que queriam instituir.

<sup>318</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 18ª Sessão Ordinária, 05 nov.1951. p. 39. (ACM/FSA)

<sup>319</sup>Exoneração publicada no Diário Oficial e noticiada em “Inquérito e exoneração”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 nov. 1953. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>320</sup>Um exemplo do “trabalho de enquadramento da memória política”, para usar uma expressão cara à Michel Pollack, de Almáchio Boaventura podemos ver em: PINTO, Raymundo. *Pequena História de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Fundação Senhor dos Passos, 2011, p. 70-72. Sobre o “conceito de trabalho de enquadramento da memória”, ver: POLLCAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992. p. 200-10. p.06-8.

<sup>321</sup>“Notas” em *Gazeta do Povo*, 28 de agosto de 1960, p. 01. (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais – LABELU).

No escopo desse golpismo residiam: a cooptação, conchavos, conclaves e acordos *Petit Comitê*; a violência simbólica/pública, ataque aos opositores, destruição de reputações públicas e privadas.

### 3.3 – Fortuna e virtude: João Marinho e Arnold Silva

A noite do eleito. Salão nobre do paço municipal, alta sociedade feirense presente, olhares curiosos, burburinhos, sorrisos, aplausos, *clicks* fotográficos. No centro da sala um velho corpulento de terno branco, linho de primeira, em suas mãos uma faixa adornada com pequenos brilhantes verdes e vermelhos – era o prefeito João Marinho Falcão a esperar o sucessor.<sup>322</sup> Em sua direção caminhava o amigo e correligionário Arnold Silva, seria a terceira vez que ele tomava posse do maior cargo político da cidade de Feira de Santana.<sup>323</sup>

Se Arnold Silva comparou a derradeira cerimônia com as outras, deve ter notado algumas diferenças: os homens não trajavam mais “fraques e chapéu de pelo”, as mulheres não abanavam mais “ricos leques vindos da Europa” e as crianças não vestiam mais calças curtas combinadas com lustrosas “botinhas da marca *Stela*”.<sup>324</sup> Se olhou ao seu redor, deve ter notado que as faces amigas diminuía, as eleições pós-Estado Novo rendera rixas e desafetos, diferente da época dos intendentes, quando acordos entre coronéis e governadores garantiam certa tranquilidade aos processos de sucessão municipal.

Por falar em coronéis, poucos chegaram à década de 1950 com a mesma foça política de antes. Depois de 1930, e dos 15 anos de centralização política do Estado, com Vargas no comando, as vantagens de ostentar tal patente diminuía. Arnold Silva, que no passado foi chamado de coronel, provavelmente, preferia naquele momento responder a um: – bom dia Doutor Arnold. Homem sisudo, austero nos negócios, disciplinado nos estudos, contava 65 anos no dia da terceira posse.

As situações que possibilitaram reeleição do “velho político” começaram a se desenhar seis anos antes, no tempo em que a peleja, UDN e PSD, transformaram os dois últimos anos de governo Almáchio Boaventura em turbilhões de intrigas e difamações. Em meio aos ataques à gestão Boaventura, a UDN articulava a candidatura de João Marinho

<sup>322</sup>João Marinho “só vestia ternos brancos. Excepcionalmente quando o momento exigia, vestia roupa escura” em FALCÃO, João. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax, 1993. p. 168.

<sup>323</sup>Arnold Sila exerceu por duas vezes (jan.1924/dez.1925 e jan.1926/dez.1927) a intendência municipal (cargo que correspondente ao de prefeito) durante a Primeira República.

<sup>324</sup>Os modos e as vestes dos espectadores das duas primeiras posses de Arnold Silva foram descritos por Eurico Alves nas suas “Cartas da Serra”. In BOAVENTURA, Eurico Alves. *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana, Ba, 2006. 266p.

Falcão à prefeitura. Falcão àquela altura era considerado homem “bem sucedido”, de patrimônio sólido, riqueza vistosa, empresário influente na Bahia inteira.<sup>325</sup>

O homem e a fábula da fortuna. Sobre João Marinho construiu-se o mito do sucesso pessoal. Seu nome foi inscrito no imaginário feirense como um conto, a saga vitoriosa do homem, humilde e armado apenas com seu trabalho, contra o mundo de diversidade: o casamento proibido dos pais, o nascimento numa casa pobre, a morte prematura do pai, a infância difícil, o trabalho precoce, a vocação para comércio, a ascensão nos negócios, o empreendedorismo ousado, a fortuna. Narrativa linear que alimentara a mística da “vitória do homem pela honra e pelo trabalho”. A cima de João Marinho pairava a imagem do triunfo do indivíduo, do mérito pessoal, era a verdadeira encanação do *self-made man*, espécime cara ao ideário liberal.<sup>326</sup>

Exemplo disso é a sua biografia: “João Marinho: vitória do trabalho e da honra”. Nela, João Falcão, biógrafo e filho, produziu uma trajetória retilínea da vida do pai, baseada em recorte de jornais, documentos pessoais, depoimentos de amigos e memórias familiares. Trabalho diletante, carregado de sentimentos filiais, o autor parece que não se preocupou com melindres mitológicos. Trata-se da representação de um filho sobre a vida do pai. O livro passa, também, longe de ser um escrito inocente. De outro modo, nele há o esforço de inscrever na memória coletiva uma imagem específica de João Marinho Falcão, projetando-o como ícone da honra, moral, perseverança, abnegação, trabalho, sucesso, mérito.

João Falcão divide a trajetória do pai em seis capítulos. Remonta a origem familiar, a infância, a vida domiciliar, social, profissional e política. Sobre esta última diz que o pai nunca teve grandes aspirações: “João Marinho sempre pensou e dizia a todos que não tinha vocação para a política. Dedicava-se exclusivamente aos negócios” e a participação na política municipal, afora a candidatura em 1954, restringia-se ao “apoio aos candidatos do partido e alguma ajuda financeira”.<sup>327</sup> Entretanto, asseverar que o pai não tinha vida política intensa foi uma contradição, além da UDN local, João Marinho compunha os quadros de órgãos de classes como: a Associação Comercial, o Lion Clube, o Rotary Clube de Feira. Essas organizações, como lembram Andrei Valente e Diego Corrêa, se constituíam como lugares para difusão das visões de mundo do grupo dominante (pautadas em elementos do

<sup>325</sup>FALCÃO, João. *Op. cit.*, p. 67-88.

<sup>326</sup>Argumentos evidenciados em diversas reportagens dedicadas à vida de João Marinho: “Redimir para sobreviver”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 24 jul.1954. p. 01; “Frente Democrática Feirense”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 set.1954. p. 01; “Candidatura de João Marinho Falcão”. *Folha do Norte*, Feira de Santana 25 set. 1954. p. 01. (MCS/CENEF); “Obreiros do Bem”. *O Santanópolis*, Feira de Santana, 13 out. 1954. p. 01; “Enfim... Feira Livre”. *O Santanópolis*, Feira de Santana, 21 out.1954. p. 01. Ainda a biografia: FALCÃO, João. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax, 1993. 179 p.

<sup>327</sup>FALCÃO, João. *Op. cit.*, p. 89.

discurso liberal: meritocracia, individualismo, moralismo, urbanocentrismo, industrialismo,) e como meios para as disputas pelo destino da cidade.<sup>328</sup>

João Falcão afirmou que seu pai só aceitou candidatar-se a prefeito por conta do difícil momento financeiro da cidade que, segundo ele, “atravessava um dos seus piores momentos. O prefeito que estava por concluir o mandato tinha levado a Prefeitura à beira da falência financeira e moral”.<sup>329</sup> Escreveu João Falcão:

[...] João Marinho foi procurado por uma comissão dos próceres do Partido Social Democrático (PSD), partido que elegeu o desastrado prefeito, para participar de um movimento de unificação de todas as forças políticas visando a escolha de um candidato de consenso. E nessa oportunidade convidaram-no para ser o referido candidato, na convicção que ele traria a UDN e o PR para essa frente única em trono do seu nome. [...] A ideia foi entusiasticamente recebida. Seria o candidato do consenso, se dependesse deles.<sup>330</sup>

João Marinho, o salvador da cidade. Era essa ideia se veicularia durante a campanha. Para reforçar o caráter salvacionista que se queria para a candidatura, o jornal difundia a existência do consenso entre os grupos políticos em torno de João Marinho. Consenso não houve. Mais dois candidatos participariam daquele pleito: Eduardo Fróes da Mota, PSD e Hamilton Cohim, PTB. Ao contrário da “frente ampla” por um candidato, foi a primeira vez que três legendas marcharam em campanha, quebrando a bipolaridade UDN e PSD, que se repetia desde 1947.

No passo da campanha, o Folha do Norte se colocou como difusor da propaganda udenista, fotografias do candidato, cartas de apoio, inúmeros artigos, chamadas e palavras-de-ordem em favor de João Marinho recheavam o jornal. Em 12 de junho de 1954 o manifesto de lançamento da Frente Democrática Feirense, argumentava:

Essa candidatura representa, entretanto um frêmito, vibrante, dramático apelo à consciência da Feira e à sensibilidade moral dos feirenses. Um incitamento à capacidade de renúncia e desprendimento dos dignos candidatos e dos partidos em lide. Uma conclamação aos partidos que não se pronunciaram. Uma sugestão, um convite, um chamado às diversas classes, às forças políticas e às diferentes regiões do município. É uma bandeira

<sup>328</sup>VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de Classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização de Feira de Santana. *A Pala revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. Semestral, p. 09; CORRÊA, Diego Carvalho. O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971). 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011. p. 97-101.

<sup>329</sup>FALCÃO João. *Op. cit.*, p. 92.

<sup>330</sup>Idem, p. 92-93.

também, mas uma bandeira nova, que se desfralda sob inspiração de congraçamento, de paz, de ordem, de legalidade, acenando a todos os homens de boa vontade que amam a terra feirense, selam por seu futuro e se compadecem dos seus infortúnios. Para prefeito – João Marinho Falcão.<sup>331</sup>

“Bandeira nova”, era título do panfleto. Sua intenção era instituir o candidato udenista como algo novo, arejado, limpo, apresentando-o como uma opção consensual. O escrito sugere a composição de uma frente, coabitada por todas as forças políticas da cidade, em apoio a João Marinho, cuja única intenção, segundo eles, seria salvar a cidade do caos que se instalara com a gestão Almáchio Boaventura. O apelo aponta indícios sobre o caráter fragmentado dos dominantes, não existia um projeto político com força suficiente para cristalizar o consenso entre suas frações, embora seus interesses, em maioria, fossem comuns. Noutro escrito o jornal trazia à baila as palavras de ordem da campanha:

A campanha moralizadora em que se empenham as forças democráticas feirenses reunidas em torno da candidatura do Dr. João Marinho Falcão, visando dar ao município um governo digno e eficiente, tem como bandeira de meta o saneamento moral e administrativo que a Feira implora para nosso patriotismo. Não lhe sejamos indiferentes; porque assim seríamos criminosos! Confiemos-lhe o que ela exige de nós. Observemos que as forças do bem ainda se conservam na compreensão, que nutrimos de nossos deveres [...]. O senhor João Marinho Falcão, pela experiência que tem em administrar e dirigir e pelos conhecimentos dos problemas econômicos, dos problemas financeiros, dos problemas urbanos, dos problemas rurais do município merece a confiança dos feirenses, como candidato à prefeitura da terra de Santana [...]. A frente democrática feirense, coligações das forças políticas e morais, onde se irmanam todas as classes, sem distinções e sem preconceitos, indica ao eleitorado de Feira, o nome de João Marinho Falcão.<sup>332</sup>

Moralização, competência, sacrifício e mérito: os pilares da propaganda pró-João Marinho. Propalava-se “campanha moralizadora” e “coligação de forças políticas morais” para “dar ao município um governo digno e eficiente” com um candidato que “merece a confiança dos feirenses”. A fala reivindicava o mérito do candidato, buscavam alicerçar tal retórica na “experiência que tem em administrar e dirigir pelos conhecimentos dos problemas econômicos”. Para os udenistas a prova desse argumento era a própria vida do candidato, sua capacidade de *se fazer*, de acumular fortuna.

Em 02 de outubro noticiava-se o encerramento da campanha eleitoral:

<sup>331</sup>“Manifesto”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 12 jun. 1954. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>332</sup>“Bandeira Nova”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 25 set.1954. p. 01. (MCS/CENEF).



A Frente Democrática Feirense, coligação de partidos e correntes políticas que apoiam a candidatura do Sr. João Marinho Falcão à Prefeitura Municipal de Feira de Santana, encerraram, na última quinta-feira, de maneira brilhante, a sua vitoriosa campanha, com um grandioso comício ao largo Floriano Peixoto, na estrada Rio-Bahia. Grande massa humana compareceu ao último comício da Frente, vibrando de entusiasmo toda vez que o nome do Sr. João Marinho Falcão era pronunciado. Inúmeros e vibrantes oradores fizeram-se ouvir, salientando-se os discursos pronunciados pelo Srs. Áureo Filho e Agnaldo Boaventura. O Sr. João Marinho Falcão encerrou com a grande concentração cívica com memorável discurso.<sup>333</sup>

A última estação da campanha: a periferia. Com isso, os udenistas reconheciam o “povo” como importante sujeito político. Depois das derrotas de 1947 e 1950, o partido investiu no “contato popular”. Rememorando aquela campanha, João Falcão disse que seu pai “surpreendeu a todos com sua disposição e naturalidade para falar nos comícios que foram programados para os bairros da cidade” e que “revelou-se um orador diferente. Não se empolgava em oratória rebuscada nem com arroubos de eloquência – conversava com seus conterrâneos e com o povo. Falava-lhes como se estivesse num colóquio amigável”.<sup>334</sup>

Mesmo com o “partido dos notáveis” admitindo “conversar com o povo” sua característica elitista continuava. Em que pese às idiossincrasias locais, a UDN carregava como princípio essa marca, que segundo Benevides “se enraíza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser politicamente educado ou guiado”.<sup>335</sup> Evidenciamos o caráter elitista da UDN de Feira numa extensa palestra de Arnold Silva concedida à Rádio Sociedade e transcrita na primeira página do Folha do Norte:

Os homens de governo e de parlamentos nos povos amadurecidos para a vida democrática são, via de regra, homens de belas ou, pelo menos, de boas letras, cujo prestígio, cujo poder e cujo fascínio, acaba em todas as competições, as eleitorais inclusive, por dominar, abater e excluir os inferiores, os nulos, os míopes, que nem ao menos alcançam a extensão inteira dos problemas econômicos, dos problemas financeiros, dos problemas sociais, dos problemas internacionais e dos problemas político-partidários.<sup>336</sup>

O título da palestra: “Política e literatura”, uma defesa da presciência das “elites”. Uma imagem poderosa representa essa ideologia: “homens de belas ou, pelo menos, de boas letras, cujo prestígio, cujo poder e cujo fascínio, acaba em todas as competições, as eleitorais

<sup>333</sup>“Encerramento da campanha da ‘Frente Democrática Feirense’”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 02 out.1954. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>334</sup>FALCÃO João. *Op. cit.*, p. 96.

<sup>335</sup>BENEVIDES, Maria V. de M. *Op. cit.*, p. 253.

<sup>336</sup>“Política e literatura”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 11 dez.1948. p. 01. (MCS/CENEF).

inclusive, por dominar, abater e excluir os inferiores, os nulos, os míopes”. O argumento defendia a necessidade de uma “reserva ético-política” para a tal “elite”. Carregado com inspirações semelhantes a intelectuais udenistas como Virgílio Franco e Afonso Arinos, Silva laureava os liberais do tempo do império:

[...] os homens estudavam, liam, falavam com apuro, exprimiam-se com acerto, discorriam com limpeza e elevação e iam buscar no velho parlamentarismo inglês as bases a formação de austera, por vezes rígidas e até ríspidas, quase sempre amenizadas por uma louçania, como se, à botoeira da lapela, no traje severo, garnindo-o e alegrando-o, pusessem flor de coloração e perfumes singulares: a cultura francesa.<sup>337</sup>

O beletismo era um componente simbólico marcante na UDN. A ideia de superioridade intelectual, segundo Benevides, incrementava a tese da precedência das elites, que escondia em suas vísceras o golpismo, prática comum aos udenistas quando derrotados nas urnas. O “elitismo” udenista poderia chamar-se, pedindo licença aos psicanalistas, de “complexo de narciso”. Explicamos. Àqueles senhores acreditavam tanto na sua superioridade social, moral e intelectual, forjada no bacharelismo e no sucesso econômico de seus membros, que de tanto pentear-se, admirando seu reflexo no lago, tombavam, afogando-se em vexatórias derrotas eleitorais. Na Câmara dos Vereadores evidenciamos um exemplo do beletismo de um dos partidários da UDN de Feira:

[...] tendo ciência de que fora numa das últimas seções, lamentada as ausências dos Vereadores que faltaram as seções e, com esse lamento fora dirigido aos Vereadores da Coligação Democrática Feirense, vinha declarar que câmara, composta de pessoas inábeis e sem capacidade de oratória, deveria sentir mesmo a ausência dos Vereadores da Coligação.<sup>338</sup>

Desta vez o protagonista da situação era Áureo Filho, então vereador. Cobrado por seus pares a se fazer presente, conjuntamente com os demais partidários da UDN, às sessões ordinárias da Câmara, o udenista não gastou saliva justificando suas faltas, de outro modo, partiu contra os críticos. Bradou que a Câmara, na ausência da sua *Coligação*, ficava “composta de pessoas inábeis e sem capacidade oratória.” Outra evidência do “beletismo” que circulava no imaginário udenista local.

---

<sup>337</sup>Idem.

<sup>338</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 07ª Sessão Ordinária, Feira de Santana, 09 jun. 1948, p. 10. (ACM/FSA)

Mas, voltemos aos lances do jogo eleitoral de 1954. Em “A cidade reagiu nas urnas”<sup>339</sup> e “Enfim... a Feira livre”<sup>340</sup>, *Folha do Norte* e *Santanópolis* comemoravam a vitória de João Marinho. Exaltação à Frente Democrática Feirense não faltaram nos jornais de Arnold Silva e Áureo Filho, afinal era o primeiro triunfo da UDN em Feira. À contagem final das urnas: para prefeito, UDN, 5.477 votos; PSD 3.671 votos; PTB, 3.058.<sup>341</sup> Detalhe, a soma dos votos do PSD e do PTB, antiga aliança, venceria a UDN. Fato que evidencia que as rearticulações partidárias tiveram peso decisivo no resultado final daquela eleição.

Além de João Marinho, eleito prefeito com 45% dos votos, o partido conseguiu maioria simples na Câmara dos Vereadores, foram 06 vereadores eleitos pela legenda, contra 04 do PSD e 03 do PTB. A governabilidade estava garantida, além de sua bancada contar com quase metade dos vereadores, o PTB e PSD, tinham desfeito a aliança, enfraquecendo a oposição. A Presidência da Câmara ficou com a UDN durante o primeiro biênio da legislatura, 1955 a 1956, com Augusto Matias. No segundo biênio, 1957 a 1958, a mesa esteve sob a direção do PTB, o que não representou empecilho aos udenistas, segundo Diego Corrêa “(...) o prefeito também conseguiu o apoio do PTB, proclamado por Jorge Watt”.<sup>342</sup>

Durante o governo João Marinho, a UDN se fortaleceu na cidade. Capturou as repercussões positivas da inauguração do Serviço Autônomo de Água do Município (SAMA), que ocasionou a visita de Juscelino Kubistchek à urbe. O então prefeito fez questão de receber o Presidente do Brasil em sua casa, retirando de Eduardo Fróes da Mota, liderança local do PSD, partido de Kubistchek, a “honra” de ciceronear a maior autoridade do país na excursão a Feira de Santana.<sup>343</sup>

A adoção da Semana Inglesa foi outro acontecimento político capitalizado pela UDN. O projeto de instituição da *Semana*, luta dos comerciários pela redução da jornada de trabalho, sempre esbarrava nos poderes municipais – desde de 1948 essa pauta era disputada na Câmara de Vereadores. O prefeito João Marinho, àquela altura maior comerciante da cidade, em seu último ano de mandato, 1958, preocupado que estava com a sucessão, costurou acordos na Associação Comercial e no Legislativo Municipal, reuniu força e

<sup>339</sup>“A cidade reagiu nas urnas”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 09 out.1954. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>340</sup>“Enfim... a Feira livre!”. *O Santanópolis*, 21 out.1945. p.01. Memórias: periódicos feirenses: Santanópolis (1954 a 1955) e O Coruja (1955 a 1957). Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos/Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2010.

<sup>341</sup>Apuração dos votos em “Todo município reagiu”. *Folha do Norte*, 16 out.1954. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>342</sup>CORRÊA, Diego. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>343</sup>FALCÃO, João. *Op. cit.*, p.109-111.

homologou o projeto-de-lei defendido pela categoria do comércio.<sup>344</sup> No 1º de maio, festa do trabalhador, começou a vigorar a Semana Inglesa em Feira de Santana e a tão sonhada/lutada folga dominical dos comerciários.

Com astúcia, os udenistas, capturaram a luta dos trabalhadores, envolveram-na no manto da benevolência, para, então, resignificá-la como produto do seu governo.<sup>345</sup> A completar o ardid, o prefeito João Marinho, num gesto de engenhosidade política, incumbiu Arnold Silva, seu predileto para a próxima disputa eleitoral, como representante pessoal e ministro da comemoração oficial em torno da instalação da *Semana*:

Não podendo comparecer ao ato, ele foi representado pelo Sr. Arnold Silva, abertamente candidato à prefeitura, que foi portador do documento de homologação, pelo prefeito, do acordo que instituiria a Semana Inglesa em Feira de Santana, velha aspiração dos trabalhadores comerciários, que até bem pouco tempo, trabalhavam aos domingos e feriados.<sup>346</sup>

Vemos que a “eterna vigilância” já tinha articulado internamente a candidatura de Arnold Silva para sufrágio de 1958, restava-lhe trabalhar para aumentar popularidade do aspirante. O “teatro da dominação”<sup>347</sup>, expressão usada por E. P. Thompson para metaforizar a espetacularização (produzida pelo poder) de certas datas, eventos, costumes, ou, ainda, das poucas vitórias da classe trabalhadora, nos parece uma boa alternativa, mesmo considerando a distância espaço-temporal dos processos em revista pelo historiador inglês, para pensarmos os festejos em torno da homologação da Semana Inglesa. Os dominantes, em geral, e a fração udenista, em específico, buscavam a apropriação das conquistas dos trabalhadores comerciários para instituí-las de forma controlada, além de transmutá-las em capital político. Se lembrarmos o histórico elitista e antegetulista da UDN, uma questão não escapa: era o partido, nascido e crescido propagando o antepopulismo, usando uma famosa estratégia populista?<sup>348</sup>

<sup>344</sup>Sobre a Semana Inglesa, ver: LEONY, Yolanda C. B. Conflitos e Negociações entre trabalhadores e patrões (Feira de Santana 1940-60). 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012. p. 36-9.

<sup>345</sup>“O Prefeito Municipal, Sr. João Marinho Falcão, atendendo ao desejo unanime de empregados e empregadores desta cidade (...) homologou, na última quinta-feira, o acordo que institui, nesta cidade, a Semana Inglesa.” Ao lado desta reportagem encontra-se uma enorme foto de Arnold Silva sob o título de “Manifesto”, tratava-se de um abaixo assinado pela candidatura de Silva à Prefeitura. O primeiro a assinar o manifesto: João Marinho Falcão. *Folha do Norte*, 03 maio 1958. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>346</sup>FALCÃO, João. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>347</sup>THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50-62.

<sup>348</sup>Para um balanço adensado da história e da historiografia do populismo, ver: DEMIER, Felipe A. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. 2012. 506 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2012. p. 506.

Retornando ao jogo eleitoral de 1958. Aquele pleito recolocou um velho conflito em evidência: Arnold Silva (UDN) *versus* Eduardo Fróes da Mota (PSD). Os desafetos se enfrentariam pela segunda vez no voto, na primeira edição do confronto concorreram para Deputado Constituinte em 1946, ocasião vencida Fróes da Mota. O PTB não ficou de fora, lançou a candidatura de Claudemiro Campos Suzart. A configuração partidária não mudou em relação a 1954: UDN, PR, PSC e PTN reeditaram a Frente Democrática Feirense, PSD e PTB sustentaram candidaturas próprias.

Durante a campanha o *Folha do Norte* empenhava-se de “corpo e alma”, afinal era seu dono e mentor, Arnold Silva, a disputar as eleições. Do exemplar de 28 de junho até o de 09 de agosto, foram transcritas, em destaque, mensagens do prefeito João Marinho em favor da sucessão udenista e fragmentos do “discurso relatório de Arnold Silva ao passar pela prefeitura em 1928”. Parece que a tática era lembrar as gestas de Silva, quando Intendente Municipal 1924-8, vinculando-as, numa espécie de linearidade à gestão de João Marinho em 1954-8. Um indício do ardil pode ser lido no slogan da campanha: “Arnold Silva: um candidato experiente para continuar uma administração escrupulosa, eficiente e honrada”.<sup>349</sup>

Céu azul para UDN: Arnold Silva, 8.024 votos; Eduardo Fróes da Mota, 7.612 votos; Claudemiro Suzart, 497 votos. A estreita diferença na votação majoritária não se fletiu na Câmara: 09 vereadores da UDN e 02 do PR; 06 eleitos pelo PSD; apenas 01 pelo PTB. Com isso, a Frente Democrática conseguiu ampla maioria da *Casa*. A presidência da mesa diretiva ficou os 04 anos com João Durval, vereador eleito pela UDN com 834 votos, o quarto mais votado, o primeiro foi pessedista Oscar Marques, 1.014 votos, o segundo, o pessedista Colbert Martins, 895 votos, o terceiro o udenista Aberto Oliveira, filho de Áureo Filho, 880 votos.<sup>350</sup>

No tempo de Arnold Silva na prefeitura as disputas entre UDN e PSD esquentaram. Se na *Câmara* novos nomes se destacavam – João Durval, Hugo Navarro, Alberto Oliveira, Wilson Falcão pela UDN e Colbert Martins pelo PSD – nos jornais, os velhos rivais se enfrentavam. Arnold Silva, no *Folha do Norte*, acusou Eduardo Fróes da Mota de favorecer a si e a parentes com aforamentos irregulares quando foi prefeito em 1945. Fróes da Mota respondeu ao ataque via *Gazeta do Povo*:

Mente o Sr. Arnold Silva, Prefeito de Feira de Santana, deslavadamente, quando afirma que reservei para mim uma área de terrenos em loteamentos públicos. Vejamos. Ocupava o cargo de Prefeito, em 1944, quando deliberei, para aforamento, substancial área de terra nesta cidade, compreendida hoje,

<sup>349</sup>“Arnold Silva”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 jun. 1958. p. 01. (MCS/CENEF).

<sup>350</sup>“Apuração”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 01 nov. 1958. p. 04. (MCS/CENEF); e “Resultados oficiais do pleito de 03 de outubro último”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 18 nov.1958. p. 01.

na formosa Praça D. Pedro II e ruas adjacentes. Afim que de não houvesse motivo para queixa, institui o loteamento à base de sorteio, que se verificou sob a responsabilidade de uma Comissão integrada pelo Juiz de Direito, dr, Oscar Mesquita, Promotor da Comarca, Dr. Fernando Alves, Delegado de Polícia, cel. Américo Pedra. Em dia e hora marcada, procedeu-se ao sorteio dos 74 lotes, em presença de numerosa assistência.<sup>351</sup>

O aforamento, figura jurídica que remontava às divisões de terra da época das Capitânias Hereditárias, ainda era utilizado, em pleno século XX, para concessão de terrenos públicos à pessoa física ou jurídica, desde que justificassem os fins e pagassem o imposto anualmente. Após descrever como procedia o foro sobre direção, Eduardo Fróes da Mota, começou a citar os contemplados, destacando em letras maiúsculas aqueles que tinham ligações com Arnold Silva.<sup>352</sup> Fecha sua fala sentenciando:

[...] verá Arnold Silva, verão os meus amigos, verá o povo desta cidade, que Eduardo Fróes da Mota, não foi contemplado no dito sorteio e nem poderia sê-lo, sob nenhuma hipótese no dito sorteio, desde que não se inscreveu, nem deixou que qualquer pessoa da sua família participasse de tal(...) pergunto qual destino deu sr. Arnold Silva ao lote que lhe coube por sorte, no qual deveria construir um prédio, consoante ao contrato assinado com a Prefeitura? Construiu-o?<sup>353</sup>

As perguntas de Fróes da Mota não foram respondidas. Nas edições posteriores do Folha do Norte, Arnold Silva não voltou ao tema. A contenda entre os dois, além de troca de farpas e difamações, deixou uma pista sobre como aconteciam as divisões da área urbana, e mais, dos que apropriaram aquele espaço. O texto de Fróes da Mota, publicado no *Gazeta do Povo* e lido na Rádio Cultura, lista os nomes dos 74 contemplados com o aforamento, dentre eles, boa parte da família de Silva: Luiza Bahia, Raul Ferreira da Silva, Arnold Ferreira da Silva, Dálvaro Ferreira da Silva.<sup>354</sup>

Outros contemplados foram: Servilho Carneiro, fazendeiro e político; Vivaldo Barbosa, fazendeiro e comerciante; Renato Sá, comerciante; Filinto Marques Cerqueira, fazendeiro; João Batista Carneiro, fazendeiro e político; Teodorico José Alves, fazendeiro; Demócrito Soares, fazendeiro e político; J. J. Lopes de Brito, engenheiro e professor; Vicente dos Reis, advogado e político; Antonio de Oliveira Matos, político; Carlo Valadares, advogado, fazendeiro e político; Jorge Watt, advogado e político; João Barbosa de Carvalho,

<sup>351</sup>“Eduardo Fróes da Mota defende-se das injustas acusações de Arnold Silva, prefeito da cidade”. *Gazeta do povo*, Feira de Santana, 24 jul. 1960. p. 06. (Arquivo do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - LABELU).

<sup>352</sup>Idem.

<sup>353</sup>Idem.

<sup>354</sup>Idem.

fazendeiro e político; Hamilton Cohim, fazendeiro, comerciante, industrial e político; Modesto Cerqueira, fazendeiro e comerciante; Almáchio Alves Boaventura, professor, tabelião e político.<sup>355</sup>

Grande parte dos nomes citados por Froes da Mota figuram neste trabalho como protagonista da vida política feirense, todos ligados às frações dominantes da cidade. Outros foram identificados devido ao reconhecimento público das fortunas herdadas ou acumuladas ao longo de suas vidas. Ao que tudo indica, os aforamentos de terrenos no centro era questão de classe, para os trabalhadores restavam os terrenos afastados do núcleo urbano, nos “subúrbios esburacados e enlameados”.<sup>356</sup> Os aforamentos do centro poderiam até ser concedido via sorteio, o que supomos, não era regra geral, mas os nomes dos contemplados diz muito sobre como se formou o espaço do centro urbano de Feira.

A fortuna e a virtude, um rápido balanço: com João Marinho e Arnold Silva, a UDN de Feira experimentou seus anos dourados na cidade. Sobre esse período da política feirense, lembra Ana Maria Oliveira:

As eleições de João Marinho Falcão em 1954 e de Arnold Silva em 1958 expressavam a reorganização política local, não sob a tutela dos intendentess, prefeitos e interventores, comuns na Primeira República e na Ditadura Vargas. O poder político, até então, tinha sua base assentada na autoridade dos coronéis, como Agostinho Fróes da Mota e Eduardo Fróes da Mota, que, com as peculiaridades do mandonismo local haviam dominado a cena. A partir de meados dos anos 50, os herdeiros políticos do coronelismo foram compelidos a partilhar com os líderes urbanos de crescente prestígio, inclusive econômico, das intrigas do poder.<sup>357</sup>

Concordamos que reorganizações política marcaram a década de 1950. Entretanto, para nós, elas vinham desde 1930, passaram pelo Estado Novo, 1937, apertaram o passo com o retorno das eleições, em 1945. Tempos de rupturas e continuidades, dos arranjos entre: os elementos da política da “República Velha” (negociações e conflitos do voto de cabresto e do curral eleitoral, articulação do poder local, figurados nos coronéis, com as lideranças estatuais); e as novidades da política de massa, aperfeiçoada a partir de 1930 (centralização do poder, ampliação do Estado com novos ministérios, autarquias, órgãos públicos, estradas, meios de comunicação); para enfrentar o mundo que emergia com o desenvolvimento do

<sup>355</sup>Nem todos os nomes citados por Fróes da Mota estavam acompanhados de ocupação profissional, levantamos essas informações cruzando seu depoimento com os verbetes de ALMEIDA, Oscar Damião. *Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998. 258p.

<sup>356</sup>Discutimos um pouco mais desse tema no capítulo 2, p. 68-62.

<sup>357</sup>OLIVEIRA, Ana M. C. dos S. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008. p. 69.

capitalismo, a queda da ditadura estadonovista e a ascensão da democracia burguesa com suas instituições: eleições, eleitores, partidos, sindicatos, associações de classe.

O que havia de “novo” em Arnold Silva e João Marinho? Silva enriqueceu, ganhou projeção social e política na “República Velha”. Primeiro adquiriu o jornal Folha do Norte, depois casou com a filha de Bernardino Bahia, portentoso coronel daquele tempo, fatos que marcaram sua acessão social, credenciando-o para ocupar a Intendência Municipal ainda nos anos 1920. João Marinho fez fortuna na mesma época. Começou cedo a comerciar, se mostrou empresário sagaz, diversificou as atividades (gado, comércio e indústria), transformou-se num dos homens mais ricos da Bahia. Ambos tinham propriedades e negócios no centro urbano e no campo. Foram autodidatas, não nasceram ricos e famosos, constituíram fortuna ao longo da vida, fizeram sucesso político com a retórica da vitória pelo trabalho, do ascetismo político, do combate à corrupção e da associação entre iguais (compuseram o Rotary, Lyons, Associação Rural, Associação Comercial). Moralismo e elitismo já eram elementos intrínsecos aos dominantes, mas a ascensão social, a meritocracia e a exaltação da trajetória do indivíduo (não só da tradição herdada) eram novidades entre os poderosos da cidade.<sup>358</sup>

Contudo, João Marinho e Arnold Silva não representaram transformações progressistas, por assim dizer, na política da cidade. De outro modo, combinavam os elementos da “República Velha” (intimidações aos adversários e campanhas de difamação, por exemplo) com os signos da democracia liberal reanimados em 1945 (passaram a considerar os trabalhadores como sujeitos políticos relevantes no jogo eleitoral) para conservar a direção da cidade (o poder de definir sucessores e produzir políticas sociais a partir do Estado).

Por falar em políticas públicas, enquanto o espetáculo eleitoral tornava-se assunto do dia, os dirigentes aprovaram e desaprovaram inúmeros projetos que tocavam diretamente a vida dos trabalhadores. Enquanto Arnold Silva, Folha do Norte e UDN rixavam com Eduardo Froes da Mota e o PSD, a Câmara aprovara milhares de cruzeiro em subvenções para o Colégio Santanópolis (instituição privada), no mesmo momento engavetava o projeto de construção de Centro Regional de Educação, proposta pelo governo do estado.<sup>359</sup> As

---

<sup>358</sup>Há o caso de Agostinho Fróes da Mota, que mesmo não tendo origem familiar tradicional, era negro e de fortuna recente, ocupou lugar de relevo entre próceres da “República Velha”. Entretanto, não temos evidências de que Fróes da Mota utilizou essa retórica para fins políticos. Sobre sua trajetória, ver: REIS, Wagner A. *Agostinho Fróes da Mota*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012, 219p.

<sup>359</sup>Subvenções aprovadas para Colégio Santanópolis em: FEIRA DE SANTANA. *Ata da câmara dos vereadores*, 36 ° Sessão Ordinária, 27 out.1947, p. 54; FEIRA DE SANTANA. *Ata da câmara dos vereadores*,



rivalidades eleitorais explodiam, sequestrando a atenção dos feirenses, enquanto um terreno público era doado à Associações Comercial, vultosas somas destinadas à iluminação do centro e à Guarda Noturna do Comércio, que apenas beneficiavam o núcleo urbano, com único objetivo de proteger o patrimônio dos grandes mercadores.<sup>360</sup>

### 3.5 – Aos golpistas, à cidade: Feira/1964

A modernidade pregada pelo Capelão pertencia à antiguidade dos interesses, era coisa dos mandões de sempre, os velhos udenistas, pessedistas, fosse lá quem fosse, mas sempre velhos – oxente, como essa modernidade é velha! [...] Antão percebeu que o golpe, o cacete-aramado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo. O rico, o político, o militar reúne-se sim senhor, nas horas mortas, fora do olho do povo, para tramar o que lhe convém.<sup>361</sup>

“Cada modernizador é um golpista visceral”. Está dito no *Bicho que chegou feira*, livro de Muniz Sodré. O romance se passa na Feira dos anos 60, narra os desdobramentos locais do golpe civil-militar a partir do olhar de Antão, um mulato de “um metro e noventa, quase cem quilos”.<sup>362</sup> O personagem – segundo Sodré, inspirado livremente no seu pai, o contabilista, músico e ex-vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Antonio Leopoldo Cabral<sup>363</sup> – observava inquieto as transformações ao seu redor. Temeroso, precavia-se dos males se apegando ao que tinha de mais sagrado: sua ancestralidade.

A cultura afro-sertaneja é uma das marcas narrativas de Sodré. Diversos elementos são trabalhados no escrito: a memória de Lucas da Feira, os causos de Horácio de Matos, os melindres dos mercadores da feira, a precisão dos artificios populares e, sobretudo, a sabedoria dos velhos do Candomblé, representado, com singeleza e respeito, pelo personagem Vô Alípio – o confidente e conselheiro de Antão. No romance, que transita “pela fronteira do fantástico, utilizando-se da intersecção História/Literatura”<sup>364</sup>, o “bicho” metaforiza o golpe,

08ª Sessão Ordinária, 01 jun.1948, p. 79. FEIRA DE SANTANA. *Ata da câmara dos vereadores*, 29ª Sessão Ordinária, 04 nov.1948, p. 36-40 (ACM/FSA). Para mais, ver: no capítulo 2, p.81, a tabela das subvenções públicas destinadas ao Santanópolis (1945-64).

<sup>360</sup>Doação do terreno a Associações Comercial em FEIRA DE SANTANA. *Ata da câmara dos vereadores*, 05ª Seção Ordinária, 02 maio1948, p. 07; Projeto-de-lei para criação do Serviço Municipal de Vigilância Noturna em FEIRA DE SANTANA. *Ata da câmara dos vereadores*, 29ª Sessão Ordinária, 05 jul. 1948. p. 18. (ACM/FSA).

<sup>361</sup>SODRÉ, Muniz, d 1942. *O bicho que chegou a feira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. p. 146.

<sup>362</sup>SODRÉ, Muniz. *Op. cit.*, p. 12

<sup>363</sup>SODRÉ, Muniz. Entrevista. *A pala revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010, Semestral. p. 70.

<sup>364</sup>RAMOS, Isis Moraes. Embriaguez e desarranjo: uma febre de modernidade em “O bicho que chegou a Feira”, de Muniz Sodré. *XI Congresso Internacional ABRALIC: tessituras, interações, convergências*. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil, 13 a 17 de julho de 2008. p. 03. Disponível em:

que chegava com força devastadora naquele abril de 64. Se a “fera” dava cores à conspiração civil-militar, representava também os articuladores desse movimento na Feira de Santana, em especial os velhos políticos da seção municipal da UDN.<sup>365</sup>

Não foi por acaso que o “bicho chegou à Feira”. Desde os anos 1940 ele rondava seus arredores. Avançava, recuava, espreitava. Uma “fera” vigilante, atenta ao que se passava na cidade. Um “monstro” que tomara formas diferentes entre 1945 e 1964. Em 1947, quando a Feira elegeu um prefeito do PTB, o “bicho” ressentido tentou impedir a posse do eleito; depois, fez-se dócil e seduziu o petebista Aguinaldo Boaventura, que largou seu partido e aliados (PSD), a governar ao lado da UDN. Em 1950, com a eleição do pessedista Almáchio Boaventura, a “besta-fera” mostrou os dentes. Feroz, impôs dura campanha de desmoralização ao prefeito, que conseguiu resistir aos botes durante quatro anos. Em 1954 e 1962 o monstro refestelou-se, engordou nas vitórias dos velhos João Marinho e Arnold Silva. Foram oito anos de “moita”, regozijo e tranquilidade para o animal. Sobressalto: em 1962, uma apertada derrota o atíçou novamente. Pinto venceu Carneiro por 43 votos.<sup>366</sup>

E a fera voltou a espreitar. Com Chico Pinto, a cidade experimentava um tipo, até então, desconhecido de gestão. Segundo Larissa Penelú, o novo prefeito “possuía um programa diferente de governo, seguindo tendências nacionais do PSD de instituição de negociações diretas com os trabalhadores, o que lhe custava, no sertão da Bahia, a fama de prefeito opositor e, entre a população feirense, promoção da imagem de prefeito popular”.<sup>367</sup> Para a autora, as tentativas de ampliar a esfera política estatal para além do Paço Municipal e da Câmara de Vereadores fez de Pinto inimigo número um dos udenistas.

Eventos e ações do governo Pinto serviram de alimento para ódio dos setores mais conservadores da cidade, destacando-se a instituição do Código Tributário; a constante intervenção no mercado local, regulamentação de preços e taxaço de serviços; a defesa das reformas de base; a “guerra dos currais”; e o “quebra-quebra da Câmara”.<sup>368</sup> Trataremos brevemente dos dois últimos.

---

<[http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/033/ISIS\\_RAMOS.pdf](http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/033/ISIS_RAMOS.pdf)

> Acesso em: 22 fev. 2014.

<sup>365</sup>CORRÊA, Diego C. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011. p. 54-7.

<sup>366</sup> Para mais detalhes da disputa entre Chico Pinto e João Durval na campanha eleitoral de 1962, ver: CORRÊA, Diego C. *Op., cit.*, p. 34-8.

<sup>367</sup> PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, Feira de Santana, 2009. p.95.

<sup>368</sup>Sobre isso, ver: CORRÊA, Diego C. *Op., cit.*, p.38-42; PACHECO, Larissa P. B. *Op., cit.*, p. 94-6.

A “guerra dos currais”, travada em junho de 1963, eclodiu da discordância entre os governos municipal e estadual em torno da arrecadação de impostos. Em entrevista, Chico Pinto lembrou que a prefeitura, na época, “não tinha uma máquina de cobrar impostos”, recolhia tributos através da Secretária Municipal de Finanças. Segundo ele, a UDN local, em aliança com o governador Lomanto Junior, tentava retirar João Torres do cargo de coletor municipal e “foram mais além, proibiram que nós colocássemos funcionários na Recebedoria de Rendas”. Asseverou o pessedista que a intenção era imobilizar administrativamente seu governo, que ficaria “estrangulado” por falta de recurso.<sup>369</sup>

Quando Lomanto Júnior decretou que os impostos fossem recolhidos por fiscais estaduais nos locais do comércio, não mais na Recebedoria de Rendas, a crise institucional pioraria. Logo no primeiro dia de cobranças, o alvoroço:

O secretário da fazenda veio aqui, não esteve comigo, mas fez ameaça e requisitou força policial. No dia imediato, a Polícia se plantou no Campo do Gado para garantir os fiscais do Estado. Eu obtive a informação que eles iriam fazer uma operação de guerra. Então armei o pessoal com espingardas “papo-amarelo”, revolver e botamos uma barricada de areia. Na hora que chegaram os prepostos, o comandante da Polícia e os fiscais eu barrei. Disse: ninguém entra, mas atrás de mim estava meu pessoal com armas apontadas para eles. Nós estávamos prontos para reagir: tínhamos água, boi para matar e aguentávamos um tiroteio razoável. Eles recuaram diante da bravura daqueles homens. Na hora que o comandante pediu para dialogar, nós mandamos que eles deixassem as armas na porta para poder entrar.<sup>370</sup>

O Campo do Gado foi destino dos prepostos do estado. O alvo eram os currais, a feira do gado, local estratégico para economia da cidade, lembrou Diego Corrêa.<sup>371</sup> Logo a confusão começaria. Os trabalhadores do campo do gado impediram a entrada dos fiscais, que voltaram escoltados por força policial para fazer valer, a qualquer custo, as ordens do governador. Pinto entrevistou, organizou um grupo para resistir à ação policial, a situação ficou tensa por horas. O desfecho: depois de ameaças dos dois lados e do prenúncio de um banho de sangue, o recuo de Lomanto Júnior. Era um prefeito do interior, apoiado na guarda municipal e em trabalhadores, impelindo uma derrota ao governo da Bahia. Para os udenistas um conflito que ameaçava a ordem e o culpado era Chico Pinto. Dizia o Folha do Norte:

A análise dos acontecimentos revela, entretanto, que tudo não passou de um desentendimento que há entre o Secretário de Finanças do Município, João

<sup>369</sup>“Chico Pinto, a voz do contra” (entrevista) em *Entrevista Revista Panorama da Bahia*. Feira de Santana, Ba: Bahia Artes Gráficas, 29 de agosto de 1984. p. 12. (ACM/FSA).

<sup>370</sup>Idem, p. 13.

<sup>371</sup>CORRÊA, Diego C. *Op., cit.*, p. 42.

Torres e o Secretário da Fazenda do Estado, criando o caso que o Prefeito teve de perfilhar, prestigiando o mais importante membro do seu secretariado e aproveitando a chance para a demonstração de novas bravatas, pois o atual Governo Municipal é evidente que não pretende passar a história por suas realizações, mas por suas atitudes *heroicas*, compatíveis com o ambiente caótico da hora presente.<sup>372</sup>

O evento reverberou na Câmara. Da tribuna, bradava Hugo Silva, “que o prefeito desejava fazer política e não administração, lembrando o incidente ocorrido na última segunda-feira [...] comentando também que ainda hoje ouviu declarações, onde o Prefeito, ao invés de procurar sanar, desejou prosseguir na luta”. Afirmou, ainda, que a crise aconteceu por “motivo do prefeito ter armado o povo contra os prepostos” e, por isso, o “Secretário da Fazenda, ameaçou prender o Prefeito”.<sup>373</sup> A “guerra dos currais” deixara suas sequelas, na Câmara, os opositores de Pinto, utilizaram-no, sempre que possível, para atacá-lo.

Quatro meses depois, dia 29 de novembro, outro evento agitaria a cidade. Um grupo de pessoas, nas galerias da Câmara, assistia à votação de emendas e leis orçamentárias, reivindicando maior participação naquele processo político. Levantavam a pauta da educação pública e da diminuição do custo de vida. O movimento causou contragostos a alguns vereadores. Joselito Amorim, presidente da *Casa*, encerrou a sessão e ordenou a retirada dos manifestantes. A multidão não acatou e com palavras-de-ordem partiram para o confronto. O *Folha do Norte* responsabilizou o prefeito, o chamando de:

Incapaz, como administrador, inteiramente inepto para um cargo de alta responsabilidade como é o de Prefeito de Feira de Santana, apático, vacilante, mambembe e, muitas vezes, indiferentes, como governante, utilizando, entretanto, uma linguagem desabrida, virulenta e pelejada de imprudência quando se dirige ao povo, passou a ser joguete dos comunistas, os verdadeiros donos do poder neste município.<sup>374</sup>

Na edição seguinte, quase toda dedicada ao evento, o periódico afirmava recompor os fatos daquele dia 29 de novembro, primeiro noticiava:

Eram cerca de dezenove horas quando as galerias do legislativo municipal foram tomadas por estudantes do Ginásio Municipal, onde entre os quais estavam os senhores Alfredo Coelho, Gervásio Bacelar e vários outros funcionários da prefeitura nomeados pelo Francisco Pinto, inclusive oficiais de gabinete que são também estudantes e considerados pelegos do Prefeito

<sup>372</sup>“A guerra dos currais” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 22 jun. 1963. p. 01. (Grifo da fonte) (AP/JFN)

<sup>373</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 44ª Sessão Ordinária, 19 jun. 1963. p. 45. (ACM/FSA).

<sup>374</sup>“Pinto comanda desordem: invadida e depredada a Câmara dos Vereadores”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 30 nov.1963. p. 01. (Arquivo Privado do jornal *Folha do Norte* - AP/JFN)

[...]. Para nós foi motivo de surpresa aquela procissão. Os cabeças do movimento, pelo que deixaram transparecer, desde o início tinham em mente a depredação. Tanto que vários estudantes já vinham trazendo cartazes com os dizeres: se fecharem o Ginásio, fechamos a Câmara. Logo que o Sr. Joselito Amorim deu por encerrada a sessão após a ter declarada aberta, afim e não usar a violência contra os estudantes inocentes como desejava o Prefeito, ouviu-se uma voz que dizia: quebra-quebra!<sup>375</sup>

Em seguida, opinava o articulista Helder Alencar:

Feira de Santana hoje é palco do terror, onde o povo não pode dormir tranquilo, ameaçado de ser novamente, espectador de cenas trágicas e tristes como as que ocorreram há oito dias. A invasão da Câmara, para muitos, não foi surpresa [...]. Já, há uns cinco meses, armou-se uma luta com as autoridades no campo do gado. Agora lançam estudantes, temerosos de reprovação no Estabelecimento de Ensino Médio da Prefeitura, a casa do povo. [...] São amentáveis os últimos acontecimentos verificados nesta cidade, pois o prefeito, pela sua condição de inquilino da prefeitura é que mais deveria zelar da mesma. O povo está verdadeiramente chocado, pois jamais esperou que chegassem ao ponto de invadir e depredar as dependências do legislativo feirense.<sup>376</sup>

O Folha do Norte assumiu o papel de contendor do governo Pinto. Entre os argumentos utilizados pelo jornal, destaca-se uma elaborada retórica do medo. O jornal tentava produzir o clima de terror sobre a cidade, que se esforçava para construir imagens de insegurança social, utilizando-as como instrumento para desestabilizar o prefeito. O episódio do dia 29 de novembro na Câmara dos Vereadores foi tratado como expressão do caos, do descompromisso do governo municipal com a ordem social. O quinhão da UDN, naquela agitação, não foi sequer mencionado pelo periódico, lembramos que a confusão começou quando vereadores da “eterna vigilância” articulavam contra o projeto orçamentário de Francisco Pinto, restringindo o gasto público, principalmente com a educação. Seria essa a primeira motivação da agitação popular que depredou o legislativo municipal.<sup>377</sup>

<sup>375</sup>“Vandalismo contra a Câmara”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 07 dez.1963. p. 01. (AP/JFN)

<sup>376</sup>ALENCAR, Helder. “Panorama: um quebra-quebra histórico”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 07 dez.1963. p. 01. (AP/JFN)

<sup>377</sup>Sobre isso, falou o deputado federal Fernando Santana no Congresso Nacional: “pois bem a câmara reduziu drasticamente a verba destinada a manutenção do ginásio (municipal). O plano de obras por exemplo era de 180 milhões de cruzeiros. A câmara reduziu para 90, fazendo dos outros 90 milhões uma espécie de pulverização – para pequenas obras de interesses mais ou menos eleitorais. Tudo isso resultou numa tensão tal que nos últimos dias de votação do orçamento a câmara teve seu recinto totalmente cheio de populares, e como a Assembleia abrisse e praticamente fechasse a sessão no mesmo instante, a população, que estava acompanhado de perto o problema revoltou-se com contra a atitude do legislativo municipal e daí resultou um estado, digamos, de choque entre os srs. Vereadores e população.” SANTANA, Fernando. Discursos (pequeno expediente). BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 18 dez. 1963. p. 10115. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18DEZ1963.pdf#page=19>> Acesso: 27 fev. 2014.

O “quebra-quebra” repercutiu para além da Feira. Na Câmara Estadual, o deputado estadual Áureo Filho, “condenou veementemente o procedimento do Prefeito Francisco Pinto, quando no dia 29 passado promoveu a depredação da Câmara dos Vereadores”.<sup>378</sup> No Congresso Nacional, os deputados federais João Mendes Filho e Wilson Falcão, denunciavam: “populares invadiram e depredaram a Câmara de Vereadores revoltados pelo prefeito”<sup>379</sup>, solicitando ao “Secretário de Segurança Pública da Bahia tomar providências para conter a anarquia na cidade”.<sup>380</sup> Esse acontecimento desagradava setores da classe dominante, principalmente os organizados na UDN, que buscavam, a todo o momento, motivos para moverem duras campanhas contra o Prefeito. Lembra Diego Correia:

Não só o governo Jango é alvo de críticas pela UDN e seu órgão, mas Chico Pinto, este é o verdadeiro inimigo do povo feirense que deve ser visto com muita desconfiança pelos cidadãos. A ameaça estava sentada a cadeira do paço municipal e deveria ser contida em seu governo sindicalista, assim é que Pinto continua em capas do Jornal Folha do Norte [...]. Em sua gestão são apresentados os mais variados projetos de lei que em sua maioria são reprovados pela Câmara em debates constantes com a oposição, principalmente a UDN.<sup>381</sup>

Com os dois episódios, o Folha do Norte acentuava sua campanha contra o prefeito. Em 28 de dezembro, seis meses antes do golpe, alardeava: “Pinto ingressa na ilegalidade”<sup>382</sup>. Helder Alencar<sup>383</sup>, colunista fixo, passou o ano de 1963 atacando Chico Pinto, de sua lavra: “Estação Rodoviária”, criticava a situação de precariedade do equipamento público, responsabilizando o prefeito.<sup>384</sup> “Um presente”, ironizava os melhoramentos do cemitério municipal, classificando-os como obras inúteis.<sup>385</sup> “A cidade está doente”, descrevia situação municipal como caótica, imputando ao prefeito a culpa para tanto.<sup>386</sup> “Panorama”, atribuía ao

<sup>378</sup>“Dep. Áureo Filho condena na Assembleia Legislativas atitudes do Prefeito” em *Folha do Norte*, 07/12/1963, p. 01. (AP/JFN).

<sup>379</sup>COSTA FILHO, João M. da. Discurso. BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 18 dez.1963. p. 10113-4. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18DEZ1963.pdf#page=19>> Acesso: 27 fev.2014.

<sup>380</sup>FALCÃO, Wilson da C. Discurso. BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 10 dez.1963. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10DEZ1963.pdf#page=17>> Acesso em: 27 fev.2014.

<sup>381</sup>CORREA, Diego Ca. *Op. cit.*, p. 42.

<sup>382</sup>“Pinto ingressa na ilegalidade”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 dez.1963. p. 01. (AP/JFN).

<sup>383</sup>Sobre o posicionamento de Helder Alencar, ver: CORRÊA, Diego C. *Op. cit.*, p. 82.

<sup>384</sup>ALENCAR, Helder. “Estação Rodoviária”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 29 jun.1963. p.01. (AP/JFN).

<sup>385</sup>ALENCAR, Helder. “Um presente”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 07 set.1963, p. 01. (AP/JFN).

<sup>386</sup>ALENCAR, Helder. “A cidade está doente”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 16 nov.1963, p. 01. (AP/JFN).

governo municipal a crise do abastecimento de água.<sup>387</sup> “A fala oficial”, apontava problemas na infraestrutura urbana e defendia uma intervenção que retirasse Pinto da prefeitura.<sup>388</sup>

Os vereadores da UDN mantiveram o mesmo tom. Hugo Silva, por exemplo, escreveu um artigo intitulado “As clarinadas dos sinos”, nele desejava um “calvário, sem redenção e sem glória” ao prefeito.<sup>389</sup> Na tribuna, Silva dizia que o “Sr. Prefeito nada poderá realizar, por estar o mesmo acompanhado de incompetentes”.<sup>390</sup> Já na sessão de 08 de abril de 1963, Godofredo Leite Filho professava: “o Sr. Francisco Pinto deve rezar e pedir a Deus para terminar o seu mandato”.<sup>391</sup>

Um ano depois, dia 1º de abril de 1964, um golpe de Estado derrubava o governo João Goulart. A conspiração encorpava, reunia aliados, caçava opositores, ganhava o país. Na Bahia, o governador Lomanto Junior dispôs de uma escolha: “adesão ao golpe ou destituição. No dia 02 de abril de 1964, comunicou pessoalmente pela televisão ao povo baiano seu apoio à Revolução”.<sup>392</sup> Em Salvador, o prefeito Virgildásio Sena não teve alternativa: “foi golpeado com violência, com deposição e prisão”.<sup>393</sup> A “Revolução” estendia os tentáculos sertões adentro, nenhuma cidade deveria escapar. O presságio do seu avanço crescia entre os feirenses, nas ruas uma pergunta assombrou: será que o prefeito Chico Pinto<sup>394</sup> resistiria ao “bicho que chegava?”<sup>395</sup> Um jornal local, alinhado ao Golpe, denunciava:

Agitados andaram os traidores que ergueram barricadas no interior da Prefeitura Municipal com sacos de areia e reuniram armas para atacar as forças da Constituição. O que pretendia o Prefeito era transformar Feira em um vasto campo de batalha, pois os tambores e bandeiras do Ginásio Municipal foram apresentados numa passeata de apoio ao ex-presidente João Goulart. Aparelhos da Rádio Cultura foram colocados na Prefeitura, a fim de que, pelo rádio os comunistas levantassem o povo para lutar contra as forças democráticas. Carros munidos de alto-falantes corriam as ruas conclamando o povo para uma grande concentração, na Prefeitura, às 20horas.<sup>396</sup>

<sup>387</sup> ALENCAR, Helder. “Panorama” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 28 nov.1963, p. 01. (AP/JFN).

<sup>388</sup> ALENCAR, Helder. “A fala oficial” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 14nov.1963, p. 04. (AP/JFN).

<sup>389</sup> SILVA, Hugo N. “As clarinadas dos sinos”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 19 jan. 1963, p. 01. (AP/JFN).

<sup>390</sup> FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 02ª Sessão Ordinária, 09 abr. 1963. p. 166. (ACM/FSA).

<sup>391</sup> FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1963. p. 162. (ACM/FSA).

<sup>392</sup> FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. p. 14. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf)> Acesso em: 21 nov. 2014

<sup>393</sup> DANTAS, Paulo Fábio. *Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964*. p. 02. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf)> Acesso em: 21 fev. 2014

<sup>394</sup> Francisco José Pinto dos Santos, Partido Social Democrático (PSD), foi eleito prefeito em 1962.

<sup>395</sup> Sodré produziu uma interpretação romanceada do desenlace do golpe em Feira de Santana. No livro, o evento é metaforizado como um “bicho” que avança mudando o cotidiano, impelindo desconfiança e medo aos viventes da cidade: Ver: SODRÉ, Muniz, d 1942. *O bicho que chegou a feira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991, 149 p.

<sup>396</sup> “Prefeito levanta barricadas contra as forças da Democracia” em *Folha do Norte*, 04/04/1964, p. 01. (Arquivo Privado do Jornal Folha do Norte – AP/FSA).

Enquanto a cidade assimilava a situação, o golpe manobrava seus poderes contra as organizações ladeadas ao prefeito. A “grande concentração em apoio a Jango” foi esvaziada por ação policial comanda pelo capitão Arlindo Barbosa. Em 03 de abril, mais operações: a Gazeta do Povo fechada à força, a Rádio Cultura retirada do ar, a Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas (AFES) e o Sindicato dos Bancários sofreram batidas, confisco de documentos e encerramento das atividades.<sup>397</sup>

Mais sobressaltos. Feira desassossegada com o alarme, disparado via imprensa, que centenas de armas, “inclusive carabinas e metralhadoras” estavam em mãos comunistas e prontas “para iniciar uma verdadeira chacina, com invasões de residências e saques das casas comerciais”. Militares e políticos golpistas responsabilizavam o prefeito “Francisco Pinto e seu séquito de subversivos” pelo suposto caos que recaía sobre a cidade.<sup>398</sup> Com discurso anticomunista afinado, o jornal Folha do Norte utilizava o terror e o medo como instrumentos de legitimação do golpe.<sup>399</sup>

Em meio à febre dos acontecimentos, em 08 de abril, sucedeu a primeira reunião da Câmara Municipal pós-golpe. Dos 13 vereadores que a compunham, 12 presentes: Godofredo Leite Filho, Hugo Navarro da Silva, Joselito Falcão Amorim, Newton Tavares Carneiro, Paulo Almeida Carneiro, partidários da União Democrática Nacional (UDN); Antônio Antunes dos Santos e Altamir Alves Lopes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Antônio Manuel de Araújo, Antônio Pinto dos Santos, Colbert Martins da Silva, Jackson do Amaury, e Jorge Cerqueira Mascarenhas, do Partido Social Democrático (PSD).<sup>400</sup>

Ata aberta, quórum verificado, reunião instituída. Logo de início, o udenista Hugo Silva encaminhou a Moção 01/64, cujo teor era “aplausos para às Forças Armadas Brasileiras que se empenharam na luta contra o comunismo” e a “deposição do Prefeito Municipal, levando em conta as atividades subversivas do mesmo”. Contra isso se manifestou o pessedista Colbert Martins que classificou aqueles termos como “inadequados ao decoro da casa”. Silva, então, passou a defender sua proposta:

<sup>397</sup>“Fechada Gazeta do Povo”, “Saí do ar a Rádio Cultura”, “AFES, centro de subversão” e “Sindicato dos Bancários, antro de traidores” em *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 abr.1964. p. 01(AP/FSA).

<sup>398</sup>“Comunistas estavam armados e preparavam chacina”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 abr.1964. p. 01. (AP/FSA).

<sup>399</sup>Textos de teor anticomunista veiculados no jornal: “Como identificar um comunista”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 18/ abr. 1964. p. 01; “Fui um comunista”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 25 maio 1964, p. 03; e “O perigo do comunismo na hora presente”, *Folha do Norte*, Feira de Santana, 06 jun. 1964. p. 03. (AP/JFN).

<sup>400</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1964, p.175-6. (ACM/FSA).



Que a mesma baseia-se nas ameaças comunistas no país, e que no município o Poder Executivo sempre obedeceu a orientação comunista, citando como exemplo a invasão da legislatura municipal, chamamento ao povo para praticar arrombamentos em armazéns, nomeações de vários comunistas para cargos públicos, ligação com Miguel Arraes, Assis Brasil e outros elementos esquerdistas, conclui por dizer que tais fatos são suficientes e justificam a moção apresentada.<sup>401</sup>

Via imprensa, o Presidente da Câmara, o udenista Joselito Falcão Amorim, já havia marcado posição: “confiamos no patriotismo das nossas gloriosas Forças Armadas” para com as “forças democráticas” proporcionar “aos feirenses dias de felicidade, onde a lei, o trabalho e ordem passassem a imperar”, “confiamos na vossa vigília cívica, pois o inimigo – o comunismo – ainda nos ronda.”<sup>402</sup> Líderes da oposição na Câmara, Silva e Amorim, lançaram mão, recorrentemente, da retórica anticomunista para atacar/desqualificar Francisco Pinto e para defender/justificar o golpe.<sup>403</sup>

Naquela sessão de 08 de abril, a Câmara contava com 05 vereadores do PSD, 05 da UDN e 02 do PTB. O jogo entre udenistas e pessedistas empatava. Os petebistas decidiram a partida. Resultado: moção de Silva aprovada em primeira votação por 07 votos a 05.<sup>404</sup> Detalhe, a moção não tinha competência legal para caçar o prefeito, mas expressava a opinião da maioria do legislativo, era seu meio para afirmar o apoio ao golpe e sinalizar o desejo de depor Chico Pinto.

O cerco se fecharia ainda mais no legislativo. Em 14 de abril, os vereadores aprovaram a moção de “congratulação com gel. Humberto Castelo Branco pela sua posse na Presidência da República”.<sup>405</sup> No dia 19 do mesmo mês, aconteceu a “Marcha da Família Feirense com Deus e a Democracia” com intenção de ser “uma grande demonstração de fé e de patriotismo do povo feirense em regozijo pela vitória das Forças Armadas e do povo Brasileiro contra o

---

<sup>401</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1964, p. 177. (ACM/FSA).

<sup>402</sup>AMORIM, Joselito F. “Ao povo feirense”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 04 abr.1964. p. 01. (AP/JFN).

<sup>403</sup>Nos anos 1960, a retórica anticomunista brasileira (em geral) e udenista (em específico) alardeava: que os comunistas perseguiram os cristãos, atentavam contra a propriedade privada e a democracia. Sobre isso ver: MOTTA, Rodrigo P. Sa. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. 297p; SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunista brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 254p.; “Anticomunismo na Bahia: sociedade política e repressão” em LIMA, Aruã S. de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhaes, Otavio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, 2009. p. 91-139.

<sup>404</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1964, p. 178. (ACM/FSA).

<sup>405</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 05ª Sessão Ordinária, 14 abr.1964. p. 184. (ACM/FSA).

comunismo ateu que visava escravizar o Brasil”.<sup>406</sup> Na reunião do dia posterior, Hugo Silva e Joselito Amorim, “saldavam a extraordinária demonstração de fé e confiança no atual Governo, com a Marcha da Família com Deus, a qual nem a chuva conseguiu dispersar”.<sup>407</sup>

Em 06 de maio, depois de um mês driblando tentativas de prisão e cassação, Chico Pinto foi detido por tropas do exército comandadas pelo Major Hélvio Moreira.<sup>408</sup> Para legitimar a deposição e a escolha de um novo prefeito, marcou-se uma reunião na Câmara para 08 de maio, lá estavam: Godofredo Filho, Hugo Silva, José Freitas (suplente), Newton Tavares Carneiro e Paulo Almeida Carneiro, os udenistas; João Catapano (suplente), Odilon Santana (suplente), representando PTB; Antônio Araújo, Antônio Pinto, José Ferreira Pinto (suplente), Colbert Martins, Jackson do Amaury, Theódulo Junior, pelo PSD. Em pauta, o Projeto de Resolução 55/64, cuja finalidade era caçar o mandato de Francisco Pinto.<sup>409</sup>

A sessão começou tensa. Um “ofício da VI Região Militar comunicava detenção do vereador petebista Antônio Antunes”. Aviso ou ameaça? Seguiu a reunião: exposição do projeto, debates, troca de acusações, encaminhamentos, votação da matéria e vitória da proposta golpe-udenista. Diego Corrêa lembra que o projeto foi “aprovado por 08 votos a favor contra 05, depois de vários constrangimentos aos vereadores”.<sup>410</sup> Momentos depois, a presidência da *Casa* “esclareceu que eram necessários dois terços para sua aprovação e que encerrava a presente sessão, convocando outra especial para daqui a cinco minutos”.<sup>411</sup> Pormenor, não consta no Livro Ata rastro da tal sessão especial. O próximo registro data 11 de maio e já trazia “ofício do prof. Joselito de Falcão Amorim, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito no dia (8) do mês corrente”.<sup>412</sup>

Caiu o Governo Chico Pinto. Enfim, a “revolução de 31 março”, mais de um mês depois de derrubar o presidente da República, de cooptar o governador da Bahia, de caçar o prefeito de Salvador, apoderava-se da Boca do Sertão. A tarefa de dominar a Feira de Santana

---

<sup>406</sup> “Amanhã: Marcha da Família com Deus pela Democracia”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 18 abr.1964. p. 01. (AP/JFN).

<sup>407</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 07ª Sessão Ordinária, 20 abr.1964. p. 186. (ACM/FSA)

<sup>408</sup>“Volta a reinar a tranquilidade no seio da família feirense”. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 09 maio1964. p. 01. (AP/JFN).

<sup>409</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio1965. p. 196. (ACM/FSA).

<sup>410</sup>CORRÊA, Diego Carvalho. Ações políticas, historiografia e golpe de 1964 em Feira de Santana. *A Pala Revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, ano 04, jun. 2014, semestral, p. 17.

<sup>411</sup>FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio1965. p.197. (ACM/FSA).

<sup>412</sup>FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 17ª Sessão Ordinária, 09 maio1964. p. 198. (ACM/FSA)

parece não ter sido das mais fáceis para os golpistas, evidencia disso observamos na grande quantidade de energia política movida para tal finalidade.

A UDN local, organização que tomou para si e protagonizou a tarefa (entre os civis) de findar o governo Pinto, por exemplo, articulava interesses para além da Câmara de Vereadores. Na Assembleia do Estado tinha o deputado Áureo Filho. Na Câmara Federal, João Mendes da Costa Filho e Wilson Falcão. Dos 05 udenistas, em mandatos públicos-eletivos, empenhados no combate aos “traidores da pátria”, 03 foram ligados ao Santanópolis, o dono Áureo Filho, o ex-diretor e professor Joselito Amorim e o ex-aluno Hugo Silva. Quatro passaram pela direção do Rotary de Feira: Wilson Falcão, Áureo Filho, Joselito Amorim e João Mendes. Wilson Falcão e João Mendes circulavam na Associação Comercial e na Associação Rural da cidade. Hugo Silva era articulista e partícipe da família proprietária do jornal Folha do Norte. Ainda, João Mendes foi diretor do posto médico-odontológico do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup>Ver: CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011. p. 50-62; MONTEIRO, Jhonatas Lima. *Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)*. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2009. p. 36-50; PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, Feira de Santana, 2009. p.115-20.

## CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

[...] as classes dominantes já começaram a pressentir que a sociedade não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformações.<sup>414</sup>

É chegada a hora do arremate. Retornamos ao princípio deste escrito e apresentamos suas impressões finais. Inspirados no “pulo do *Gattopardo*” – movimento dos dominantes no sentido de permanência no poder – estudamos o que se passava na política de Feira de Santana entre os golpes de outubro de 1945 (fim da ditadura do Estado Novo) e abril de 1964 (início da ditadura civil-militar), com especial atenção às relações de força e ao papel histórico dos sujeitos, organizações e práticas de poder dessa classe. Para tanto, nos esforçamos: 1) em relacionar a política local com a situação do capitalismo brasileiro, observando que tal modo de produção se desenvolveu no país de forma desigual, combinando elementos globais e locais, “queimando etapas” para acelerar seu avanço; 2) buscamos os diálogos entre o poder local e a situação do Estado Brasileiro, que, naquele momento, movimentava-se no sentido de centralização e adensamento, com forte atuação social e econômica.

Pesquisar classe dominante, partido, poder e política e não apontar uma concepção de Estado pareceu-nos estranho. Deixamos para o final, mas resolvemos esse problema recorrendo a Gramsci. Explicamos: para o marxista sardo o Estado se constrói na constante relação entre sociedade civil – conjunto de sujeitos e relações sociais (escolas, sindicatos, partidos, igrejas, associações de classe) e sociedade política (a burocracia e o aparelho de governo).<sup>415</sup> Em hipótese alguma o Estado se faz, age ou representa como entidade abstrata, neutra, acima, fora da sociedade civil. Longe disso, ele é a condição de dominação de uma classe sobre e nele se opera “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia”.<sup>416</sup> Um organismo amplo, capaz de monopolizar a violência física e simbólica, produzindo coerção e consenso. Nesse prisma, o Estado é entendido como conteúdo ético da sociedade, exercendo a função de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares a necessidade do continuo desenvolvimento do aparelho de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.”<sup>417</sup>

<sup>414</sup>MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro 1. 29. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011. p.18.

<sup>415</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 3. 3°. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007. P. 225.

<sup>416</sup>GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, 254.

<sup>417</sup>Idem, p 46.

Através dessas lentes interpretamos as transformações sociais na Boca do Sertão. No primeiro capítulo observamos que o crescimento populacional, a urbanização, a industrialização, o retorno das eleições, os realinhamentos do poder, não estavam isolados do que acontecia no Brasil daqueles anos. A abertura da Estrada Rio-Bahia, a construção dos Currais Modelo e a organização da Companhia de Carnes Verdes da Bahia, por exemplo, foram visadas como metáforas de um mundo que mudava, que absorvia as lógicas produtivas do capital (rapidez, racionalidade, eficiência, higiene) para inserir a forma mercadoria no centro da vida feirense. Clovis Ramaiana Oliveira já alertava, a passagem do valor-de-uso para o valor-de-troca nas formações (conhecidas como “sociedades do pastoreio”) aconteciam através dessas transformações.<sup>418</sup> Acreditamos ser esse um caminho possível para entender o desenvolvimento capitalista em Feira de Santana.

Como lembrou Marx, as sociedades modernas se modificam ligeiramente, elementos novos caducam antes de terem seus nomes memorados, afinal: “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profano e os homens são finalmente obrigado a encarar sem ilusões a sua posição social e a sua relação com os outros homens”.<sup>419</sup> Mas os dominantes se mexiam, respondiam as metamorfoses sociais. No Brasil o Estado Novo caiu em função de elementos internos e externos de transformações, foi ao chão, mas não estilhaçou o poder da classe dominante. Mudou o jogo: saía a ditadura, entravam as eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados, vereadores.

E como se reorganizou o poder e a política em Feira de Santana?

Foi essa a principal questão do segundo capítulo. No estudo da política de Feira, escolhemos a UDN local como fio narrativo, miramos suas articulações na vida social e no cotidiano da cidade: escolas, jornais, associações de classe, clubes sociais. Entendemos esses lugares como organismo de poder, como produtores de estratégias, na medida em que articulavam discurso e instituíam práticas sociais. A UDN de Feira, ao nosso ver, foi uma protagonista na reestruturação (ante as transformações sociais e políticas) dos modos de produzir o poder na cidade. A legenda conservou diversos elementos da “velha ordem” enquanto a urbe experimentava a transição da política dos coronéis para a política de massa, enfrentou essa situação articulando arcaico e moderno, velho e novo, sempre lutando pela permanência de sua fração nos lugares de decisão política. Essas reflexões nos ajudaram a interpretar o papel histórico da UDN de Feira. Fundada no final do Estado Novo, abril 1945, a

---

<sup>418</sup> OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. Entre currais e modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. *Léguas e Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*. Vol. 7, nº 5, 2009. p. 01-18.

<sup>419</sup> MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. Revistada. São Paulo: Boitempo, 2010. p.43.

legenda da “eterna vigilância”, construiu projetos políticos e produziu práticas de poder até sua extinção, por força do Ato Institucional número 02 (AI – 02), outubro de 1965.

A curiosidade pela UDN, por seus sujeitos e projetos tomou nossa atenção na medida em que descobrimos sua capacidade de produzir efeitos na política de Feira de Santana. Capacidade esta, condicionada ao seu domínio dos aparelhos sociais de poder, como Folha do Norte, Colégio Santanópolis, Rotary Club. Na cidade esses organismos constituíram-se como espaços de poder para frações da classe dominante. Agências legitimadas pelo acúmulo de bens materiais e simbólicos dos seus associados, pelo discurso de neutralidade, revestido de argumentos da técnica, da ciência, da racionalidade (dirigidas e frequentadas por: médicos, advogados, odontólogos, professores, jornalistas, político). Seus valores (principalmente: meritocracia, moralismo, individualismo) se queriam universais, como um sistema ético para elevação material e moral (civilização) da cidade. Acreditamos que no bojo desses ideais, mesclam-se: a moral cristão, o fordismo, o cosmopolitismo, o elitismo, a defesa da livre iniciativa, da propriedade privada, da democracia liberal. Máquina de produzir e veicular visões de mundo de frações da classe dominante eram UDN, Folha do Norte, o Colégio Santanópolis, Rotary Club.

Ainda, a UDN de feira articulava interesses que iam além da cidade. Agiam na Assembleia e na Câmara Federal. Era um “pedaço” de um partido nacional que expressava os interesses de frações da classe dominante ligada ao grande capital, mas que se queria representante das classes médias urbanas. Um partido que tinha o liberalismo como ideologia e o autoritarismo como prática, demonstrando a face excludente e elitista da burguesia brasileira. As articulações dos udenistas locais com Juracy Magalhães, Octávio Mangabeira, Clemente Mariane, entre outros próceres baianos da legenda, foram evidentes, além de apoio eleitoral (presença em comitativas, comícios...), frutificavam em políticas públicas (facilitadas pelos correligionários) e figuradas na instalação de uma subestação de energia elétrica, de um sistema de gerenciamento e distribuição de água encanada, de um matadouro frigorífico e de um Banco.

No terceiro capítulo, quando voltamos as retinas para as dinâmicas eleitorais intraclasse classe dominante, miramos: tratos, traições, acirramento eleitoral, difamações via jornais, intrigas de corredores, desavenças nas tribunas, processos na justiça, às vezes até violência física, como elementos que pareciam marcar a política feirense. Era jogo de cena e jogo de poder (havia dissensões internas, é verdade), mas tanto barulho nos momentos eleitorais era também ardil utilizado para outro propósito, pensamos: transformar a grande política em migalhas. Lembramos Gramsci, “é grande política tentar excluir a grande política

do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”.<sup>420</sup> Por isso analisamos o que havia de rasteiro, raso e pueril no cotidiano político feirense, para buscar indícios das práticas de empoderamento dos dominantes. Encontramos. Os “donos da cidade” espetacularizavam a política para desviar a atenção dos trabalhadores das demandas que de fato incidiam sobre suas vidas. Agiam sobre a opinião pública, esvaziavam os lugares de organização política, retiravam da ordem do dia assuntos e dilemas caros à mudança qualitativa da vida social e introduziam no seu vácuo a mesquinhez e a vulgaridade dos noticiários, plenárias e salões do poder.

Destarte, a UDN de Feira e seus organismos congêneres, parece-nos ter cumprido, de fato, o papel de partido no sentido gramsciano, visto que já existiam na cidade germes de uma vontade coletiva (difusos) que essas estruturas trataram de organizar, dando-lhe formato e sentido político. Foi assim que espreitou e “chegou o bicho” à “cidade que fervia” em tensões sociais: tentando refazer sua ordem que despedaçava com mais um avançar do capitalismo, poderosa emergência que transformou a paisagem e vida feirense. Arriscamos, baseados nos índicos e evidências trabalhados ao longo desse escrito, que Feira de Santana passava por um processo de intensificação do desenvolvimento capitalista e ampliação do Estado (aqui pensamos na noção de Estado ampliado de Gramsci). Foram essas as questões que moveram e orientaram nosso olhar inquieto para aqueles anos, suscitando nossas perguntas sobre as muitas histórias daquele tempo, instigando-nos a produzir uma versão, um sentido para o experimentado naquela época, para o passado.

---

<sup>420</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### 1 - JORNAIS E REVISTAS:

##### 1.1 - Museu Casa do Sertão:

*Folha do Norte*, 1942-1960.

*Revista Panorama da Bahia*. Feira de Santana, Ba: Bahia Artes Gráficas, 1983-1984.

##### 1.2 - Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais:

*A Gazeta*, 1957-1958.

*Gazeta do Povo*, 1959-1960.

##### 1.3 – Arquivo do jornal Folha do Norte:

*Folha do Norte*, 1962-5.

##### 1.4 - Fundação Senhor dos Passos:

Memórias: periódicos feirenses: Santanópolis (1954 a 1955) e O Coruja (1955 a 1957). Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos/Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2010.

#### 2 - DOCUMENTOS DO ESTADO:

##### 2.1 - Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana:

*Atas da Câmara dos Vereadores de Feira de Santana*, 1947-1964.

*Ofício da Prefeitura Municipal*, 28/07/1948.

*Projetos de Lei 1947-1964*. Caixas 01-05.

##### 2.2 - Arquivo do Congresso Nacional:

BRASIL. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 01 jun. 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-5739-29-maio-1940-322942-publicacaooriginal-1-pe.htm>> Acesso em: 23 abr. 2014.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 18 dez. 1963. p. 10115. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18DEZ1963.pdf#page=19>> Acesso: 27 fev. 2014.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 18 dez. 1963. p. 10113-4. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18DEZ1963.pdf#page=19>> Acesso: 27 fev. 2014.



BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 10 dez.1963. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10DEZ1963.pdf#page=17>> Acesso em: 27 fev.2014.

### **3 - ESTATÍSTICAS:**

Anuário Estatístico do Brasil, 1981, IBGE. In AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercília M. F. *Política e sociedade no Brasil (1930-64)*. São Paulo, SP: Annablume. 2002.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, IBGE. (Fragmentos da estática urbana brasileira). Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>> Acesso em: 23 de abr. de 2014.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. Vol. 2. Feira de Santana: CDL, 2000.

### **4 - LIVROS:**

#### **4.1- Romances:**

BAHIA, Juarez. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SODRÉ, Muniz. *O bicho que chegou a feira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

#### **4.2 - Biografias e memórias:**

BOAVENTURA, Eurico Alves. *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA, 2006.

CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira Santana: Silva e irmãos, 1940.

DAMIÃO, Oscar. *Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998

FALCÃO, João. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax, 1993.

FARIAS, José Boa Sorte. *Guia Distrital: a humanidade é a nossa missão*. Feira de Santana-BA: Editora Gráfica Radami, 2001.

LAJEDINHO, Antonio. *Feira na década de 30*. Feira de Santana: [s.n.], 2004.

LAJEDINHO, Antonio do. *A Feira no século XX*. Feira de Santana, BA: Talentos, 2006.

OLIVEIRA FILHO, Áureo; PITOMBO, Dival. Como pode Rotary influenciar na formação moral da juventude. *Conferências Antológicas*. Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos, 2011, p. 77.

PINTO, Raymundo. *Pequena História de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Fundação Senhor dos Passos, 2011.

SANTOS, Ruy. Feira de Santana, grande porta do sertão baiano. *Conferências antológicas*. Feira de Santana, Ba: Fundação Senhor dos Passos, 201.

SILVA, Arnold. *Discurso de posse*. Feira de Santana: Silva e irmãos, 1926.

## **BIBLIOGRAFIA CITADA**

### **1 - LIVROS:**

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES, Maria V. de M. *UDN e udenismo: ambiguidades no liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO JUNIOR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas sobre a teoria da ação*. 9º ed. Campinas, Papyrus, 2008.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa, Portugal: Difel, 1990.

CHALHOUB, Sydney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Organizadores). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DANTAS NETO, Paulo Fábio *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte; Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Organizador). *O Brasil Republicano: livro 03: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 251.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: vol. 02. 3º. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007.*

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: vol.03. 3º. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007.*

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: vol.04. 3º. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007.*

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2005.

HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 04 ed. São Paulo, SP: Martins fontes, 2010.

MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisses: manuscritos econômicos de 1856 – 1857: esboço da crítica da economia política*. São Paulo. Boitempo. 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. Revistada. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura 2009

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2. Ed Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3a ed. São Paulo: Global Ed, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimentismo e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1975.

SETTON, Maria da Graça J. *Rotary Club: Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, EDUFBA, 2000.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Queroz. 1984.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SOARES, Gláucio A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOARES, Valter Guimaraes. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador, Ba, Feira de Santana, Ba, 2009.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunista brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2007, p

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução Russa*. Vol. 03. 03 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011, p.

## **2 – CAPÍTULOS DE LIVROS:**

FONTES, Virgínia e MENDONÇA, Sônia Regina de. História e teoria política em CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Economia no Brasil. LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Campus, 2004.

MARTINS, José de Souza. O poder político no Brasil lúmpen e místico. MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. Nota do autor e prefácios. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1*. 29. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. FERREIRA Carla; OSÓRIO, Jaime (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-46;

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano (tomo III): sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAID, Edward W. A Velha ordem persiste. SAID, Edward W. *Estilo tardio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

### 3 - TESES

CRUZ, Rossini C. da. *A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional*. 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999.

DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. 506 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2012.

MELO, Demian B. de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2012. p. 72-93.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *'Canções da cidade amanhecendo': urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. 2011. 298f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2011.

### 4 - DISSERTAÇÕES

ALVES, Chintamani S. *Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas (1900-1920)*. 2013. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2013. 218p.

CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011.

CUNHA, Nayara Fernandes. *Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012.

CUNHA, Joaci de Sousa. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. 1995. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1995.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996*. 1998. 189 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 1998.

LEONY, Yolanda C. B. *Conflitos e Negociações entre trabalhadores e patrões (Feira de Santana 1940-60)*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012.

LIMA, Aruã S. de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhaes, Otavio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, 2009.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. *Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)*. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2009.

PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, Feira de Santana, 2009.

REIS, Wagner A. *Agostinho Fróes da Mota: trajetória e conquistas de “um homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)*. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012.

SILVA, Andréa Santos Teixeira. *Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960)*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

SILVA, Kelman C. da. *Quem manda na Feira? Política, classe e rearranjos de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930 – 1945)*. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) -

Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Santo Antonio de Jesus, 2012.

## 5 - ARTIGOS E ENSAIOS:

BADARÓ, Marcelo Mattos. O significado das eleições no Brasil de hoje em *Revista Libertas*, Juiz de Fora, Vol. 4, Nº 1, 171-184p, julho de 2010.

CORRÊA, Diego Carvalho. Ações políticas, historiografia e golpe de 1964 em Feira de Santana. *A Pala Revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, ano 04, jun. 2014, semestral, p. 17.

DANTAS, Paulo Fábio. *Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964*. p. 02. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf)> Acesso em: 21 fev. 2014

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. p. 14. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf)> Acesso em: 21 nov. 2014

LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*. Vol. 01, nº 01, p. 70-80. Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf) Acesso em: 25 abr. 2014.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. Entre currais e modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. *Léguas e Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*. Vol. 7, nº 5, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estudos – CEBRAP*. 2006, n.74, p. 67-85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>> Acesso: 20 set. 2013.

RAMOS, Isis Moraes. Embriaguez e desarranjo: uma febre de modernidade em “O bicho que chegou a Feira”, de Muniz Sodré. *XI Congresso Internacional ABRALIC: tessituras, interações, convergências*. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil, 2008. Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/033/ISIS\\_RAMOS.pdf](http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/033/ISIS_RAMOS.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2014.

SANTOS, Ana M. Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, n. 24, jan./jun. 2001.

SILVA, Marcos José Diniz. Rotary Club, maçonaria e igreja católica: “serviço social” e polêmica religiosa no Ceará nos anos de 1930. *Revista de História Regional* 16(2): 495-516, Inverno, 2011.

VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de Classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização de Feira de Santana. Em *A Pala Revista*. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, ano 01, n. 1, 2010, Semestral.



**APÊNDICE A – Quadro político da UDN de Feira (1945-64)**

| <b>Nome</b>                 | <b>Formação, ocupação e outras informações.</b>   | <b>Cargos Públicos</b>   |
|-----------------------------|---|--|
| Alberto Sampaio de Oliveira | Formação: Odontólogo. (Filho de Áureo Filho)  | Vereador: 1959-62.   |
| Arnold Ferreira da Silva    | Autodidata. Jornalista. Empresário: dono do jornal <i>Folha do Norte</i> ; sócio da <i>Cia de Carnes Verdes da Bahia</i> . Fazendeiro: gado | Prefeito: 1959-62.   |
| Arthur Vieira de Oliveira   | Comerciante.  | Vereador: 1951-1954; 1955-1958; 1959-62.   |
| Áureo de Oliveira Filho     | Formação: Odontólogo. Empresário: dono do Colégio Santanópolis; do Cine Santanópolis.   | Vereador: 1948-50. Deputado Estadual: eleito em 1962 mesmo com o golpe ficou até 1967.                 |
| Augusto Matias da Silva     | Formação: médico. Fazendeiro: gado  | Vereador: 1948-50; 1951-1954; 1955-1958. Provedor da Santa Casa de Misericórdia: 1959-1960, 1963-1970. |
| Carlos Arthur Rubinos Bahia | Fazendeiro: gado e fumo. (Filho de Bernardino Bahia e cunhado de Arnold Silva)  | Candidato a prefeito em 1947 e 1950.   |
| Godofredo Leite Filho       | Comerciante   | Vereador: 1963-66.   |
| Heráclito Dias de Carvalho  | Fazendeiro: gado e fumo.  | Vereador: 1951-1954.   |
| Hugo Navarro da Silva       | Formação: Advogado. Jornalista. (Sobrinho de Arnold Silva)  | Vereador, UDN: 1963-1966   |
| João Batista Carneiro       | Fazendeiro: gado e fumo. (Pai de João Durval)   | Vereador: 1948-50.   |
| João Durval Carneiro.       | Formação: Odontólogo. Fazendeiro: gado e fumo.  | Vereador: 1951-1954; 1955-1958. Candidato a prefeito: 1962.  |
| João Joaquim Saback         | Comerciante   | Vereador: 1948-50.   |
| João Marinho Falcão         | Comerciante. Fazendeiro. Industrial. Banqueiro. Sócio da <i>Cia de Carnes Verdes da Bahia</i> .   | Prefeito, UDN: 1955-58.  |
| João Mendes da Costa Filho  | Formação: Advogado. Comerciante. Fazendeiro: gado e fumo. Industrial. Banqueiro.  | Deputado Federal: 1946-1951 (constituente); 1959-1963; 1963-1967.                                      |

## APÊNDICE A – Quadro político da UDN de Feira (1945-64)

(Conclusão)

| Nome                       | Formação, ocupação e outras informações.  | Cargos Públicos   |
|----------------------------|---|---|
| Jonathas Teles de Carvalho | Profissional Liberal: administrou bancos e comércios. Empresário: dono de farmácias.      | Vereador: 1959-1962.  |
| José Sisnando Lima         | Médico. Fazendeiro: gado e fumo.  | Vereador: 1959-1962; Prefeito: entre outubro de 1962 e maio de 1963 por ocasião de licença de Arnold Silva. |
| Joselito Falcão de Amorim  | Professor. Funcionário público.   | Vereador: 1955-1958; 1963-1966. Prefeito: 1964-1967(via golpe militar).                                     |
| Newton da Costa Falcão     | Comerciante. Fazendeiro. Industrial. Banqueiro.<br>(Filho de João Marinho Falcão)         | Não exerceu cargo eletivo no período. Mais tarde (1971-73 foi prefeito de Feira).                           |
| Newton Tavares Carneiro    | Comerciante. Sócio do Hospital Emec.  | Vereador: 1963-1966   |
| Paulo Almeida Carneiro     | -   | Vereador: 1963-1966   |
| Raymundo Oliveira          | Formação: Magistério. Professor.  | Secretário de Educação no governo João Durval.  |
| Waldy da Silva Pitombo     | Ocupação: Médico. Professor do Santanópolis. (Genro de Arnold Silva)                      | Vereador: 1959-52.  |
| Walter Ninck Mendonça      | Ocupação: Médico. Professor e dirigente do Colégio Santanópolis. Comerciante.             | Vereador: 1951-1954; 1955-1958.   |
| Wilson da Costa Falcão     | Médico. Comerciante. Fazendeiro. Industrial. Banqueiro.<br>(Filho de João Marinho Falcão) | Vereador: 1948-50; 1951-1954; 1955-1958. Deputado Federal: 1963-1967.                                       |

Fontes: Atas e registros da Câmara de Vereadores de Feira de Santana; matérias e informes do *Folha do Norte*; ALMEIDA, Oscar Damião. Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998. 258p.

**APÊNDICE B - Quadro político do PSD de Feira (1945-64)**

| <b>Nome</b>                | <b>Formação, ocupação e outras informações.</b>   | <b>Cargos Públicos</b>   |
|----------------------------|---|--|
| Abílio Santa Fé Aquino     | Fazendeiro.   | Vereador: 1948-50.   |
| Almáchio Alves Boaventura  | Formação: magistério. Professor. Tabelião.  | Vereador: 1948-50. Prefeito: 1951-54.                            |
| Antonio Manuel de Araújo   | Formação: magistério. Professor. Tabelião.  | Vereador: 1959-62; 1963-66.                                      |
| Antonio Oliveira Matos     | Formação: Magistério. Professor da escola normal e do Colégio Santanópolis (um dos fundadores do Feira Tênis Clube) | Vereador: 1948-50.   |
| Antonio Pinto dos Santos   | Formação: Advogado. Fazendeiro. (Irmão de Francisco Pinto)  | Vereador: 1959-62; 1963-66.                                      |
| Carlos Valadares da Silva  | Profissional Liberal: Advogado e Juiz de Direito. Fazendeiro.   | Deputado Constituinte: 1947-1951. Deputado Federal: 1951-1955.   |
| Antonio Ribeiro da Cunha   | Comerciante.  | Vereador: 1948-50; 1951-54.                                      |
| Colbert Martins da Silva   | Odontólogo. Fazendeiro.   | Vereador: 1955-58; 1959-62; 1963-66.                             |
| Demócrito Lima Soares      | Formação ginásial. Fazendeiro: gado.  | Vereador: 1948-50; 1951-54.                                      |
| Dorival Costa de Oliveira  | Radialista. Funcionário Público.  | Vereador: 1955-58.   |
| Edelvito Campelo de Araújo | Formação: Advogado.   | Vereador: 1948-50  |
| Eduardo Fróes da Mota      | Médico. Fazendeiro. Comerciante. Proprietário de casas de aluguel.  | Interventor Municipal em 1945. Deputado Constituinte: 1947-1951. |
| Francisco Barbosa Caribé   | Comerciante de tecido. Proprietário de salas comerciais para aluguel.   | Vereador: 1948-50; 1951-54.                                      |

**APÊNDICE B - Quadro político do PSD de Feira (1945-64)***(Conclusão)*

| <b>Nome</b>                       | <b>Formação, ocupação e outras informações.</b>           | <b>Cargos Públicos</b>               |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|
| Francisco José Pinto dos Santos   | Advogado. Fazendeiro: gado.                               | Vereador: 1951-54.                   |
| Genésio Moreira Serafim           | -   | Vereador: 1948-50                    |
| Humberto Cerqueira Mascarenhas    | Formação: Contabilista. Professor Comerciante.            | Vereador: 1959-62.                   |
| Jackson do Amaury                 | Formação: medicina. Médico.                               | Vereador: 1963-66.                   |
| Jorge Cerqueira Mascarenhas       | Comerciante.  | Vereador: 1963-66.                   |
| João Oliveira Campos              | Médico. Fazendeiro.                                       | Vereador: 1951-54.                   |
| Oscar Marques                     | Formação: primário. Empresário: dono de cassino. Pecuárta | Vereador: 1959-62.                   |
| Oswaldo Monteiro Pirajá           | Formação: médico.   | Vereador: 1955-58.                   |
| Renato Santos Silva               | Formação: médico.   | Vereador: 1948-50                    |
| Servilho Alves Carneiro           | Fazendeiro: Gado.   | Vereador: 1948-50                    |
| Tito Barreiro Machado             | Fazendeiro: gado. Comerciante.                            | Vereador: 1951-54.                   |
| Teódulo Bastos de Carvalho Junior | Fazendeiro: gado. Comerciante.                            | Vereador: 1959-62; PSD-MDB: 1963-66. |

Fontes: Fontes: Atas e registros da Câmara de Vereadores de Feira de Santana; matérias e informes do *Folha do Norte*; ALMEIDA, Oscar Damiano. Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998. 258p.

**APÊNDICE C - Quadro político do PTB de Feira (1945-64)**

| <b>Nome</b>                 | <b>Formação, ocupação e outras informações.</b>                              | <b>Cargos Públicos</b>   |
|-----------------------------|--|--|
| Aguinaldo Soares Boaventura | Formação: autodidata. Comerciante. Industrial.                               | Prefeito PTB: 1948-50. Saiu do PTB em 1950. Vereador PTN: 1951-54.       |
| Antonio Antunes dos Santos  | Militar: 1º tenente. Professor.  | Vereador: 1951-54.   |
| Altamir Alves Lopes         | Formação: magistério. Servidor público municipal.                            | Vereador: 1959-62; 1963-66.  |
| Antonio Manoel Araújo       | Formação: magistério e contabilista. Tabelião.                               | Vereador: 1955-58.   |
| Antonio Leopoldo Cabral     | Contabilista.  | Vereador: 1948-50.   |
| Antonio Lourenço Nery       | Ligado ao Sindicato do Fumo de Feira de Santana.                             | Vereador: 1955-58.   |
| Clovis Gonçalves Amorim     | Ginasial incompleto. Fazendeiro. Escritor.                                   | Vereador: 1948-50.   |
| Claudemiro Campus Suzart    | Formação: técnico em contabilidade e administração. Comerciante.             | Vereador: 1951-54.   |
| Hamilton Sabak Cohim        | Professor. Fazendeiro: gado. Industrial. Comerciante                         | Vereador: 1951-1954; 1955-1958. Deputado Estadual: 1959-1963; 1963-1967. |
| Jorge Watt da Silva         | Formação: advogado. Delegado Regional. (Irmão de Renato Santos Silva do PSD) | Vereador: 1955-58.   |
| Mário Porto                 | Ex-jogador de futebol.   | Vereador: 1955-58.   |

Fontes: Atas e registros da Câmara de Vereadores de Feira de Santana; matérias e informes do *Folha do Norte*; ALMEIDA, Oscar Damião. Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998. 258p.

### APÊNDICE D – Quadro de políticos que dirigiram o Rotary Clube de Feira

| <b>Dirigentes do Rotary Clube Feira de Santana (1945-64).</b> | <b>Ocupação e informações pessoais</b>   | <b>Cargos Públicos (1945-64)</b>   |
|---|--|--|
| Antonio Manoel Araújo   | Formação: magistério e contabilista. Tabelião.   | Prefeito PTB: 1963-66.   |
| Áureo de Oliveira Filho                                       | Profissional Liberal: Odontólogo. Empresário: dono do Colégio Santanópolis; do Cine Santanópolis.  | Vereador, UDN: 1948-50. Deputado Estadual, UDN: eleito em 1963 mesmo com o golpe ficou até 1967. |
| Carlos Valadares da Silva                                     | Profissional Liberal: Advogado e Juiz de Direito.  | Deputado Estadual Constituinte, PSD: 1947-1951. Deputado Federal, PSD: 1951-1955.                |
| Eduardo Fróes da Mota.  | Médico. Fazendeiro: gado. Proprietário de casas de aluguel.  | Prefeito, PSD 1945.  |
| Francisco Barbosa Caribé                                      | Comerciante de tecido. Dono de farmácia. Fazendeiro. Proprietário de salas comerciais para aluguel.  | Vereador, PSD: 1948-50; 1951-1954.   |
| Hamilton Sabak Cohim  | Professor. Fazendeiro: gado. Industrial. Comerciante   | Vereador, PTB: 1951-1954; 1955-1958. Deputado Estadual, PTB: 1959-1963; 1963-1967.               |
| João Marinho Falcão   | Comerciante. Fazendeiro. Industrial. Banqueiro.  | Prefeito, UDN: 1955-58.  |
| Joselito Falcão de Amorim                                     | Professor. Funcionário público.  | Vereador, UDN: 1955-1958; 1963-1966. Prefeito: 1964-1967.  |
| Jonathas Teles de Carvalho                                    | Profissional Liberal: administrou bancos e comércios. Empresário: dono de farmácias. Ocupou cargos não eletivos em diversos órgãos públicos. | Vereador, UDN: 1959-1962.  |
| Renato Santos Silva   | Profissional Liberal: Médico.  | Vereador, PSD: 1948-50; PR 1951-1954.  |
| Theódulo Bastos de Carvalho Junior                            | Fazendeiro: gado. Comerciante.   | Vereador, PSD: 1959-62; PSD-MDB 1963-66.   |
| Wilson da Costa Falcão  | Comerciante. Fazendeiro. Industrial. Banqueiro.<br>(Filho de João Marinho Falcão)  | Vereador, UDN: 1948-50; 1951-1954; 1955-1958. Deputado Federal, UDN: 1963-1967.                  |

Fontes: Fontes: Atas e registros da Câmara de Vereadores de Feira de Santana; matérias e informes do *Folha do Norte*; ALMEIDA, Oscar Damiano. Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998, 258p; COSTA, Egberto Tavares. Caminhando e servindo: 60 anos do Rotary clube de Feira de Santana. Feira de Santana, BA: Radami, 2001, 111 p.